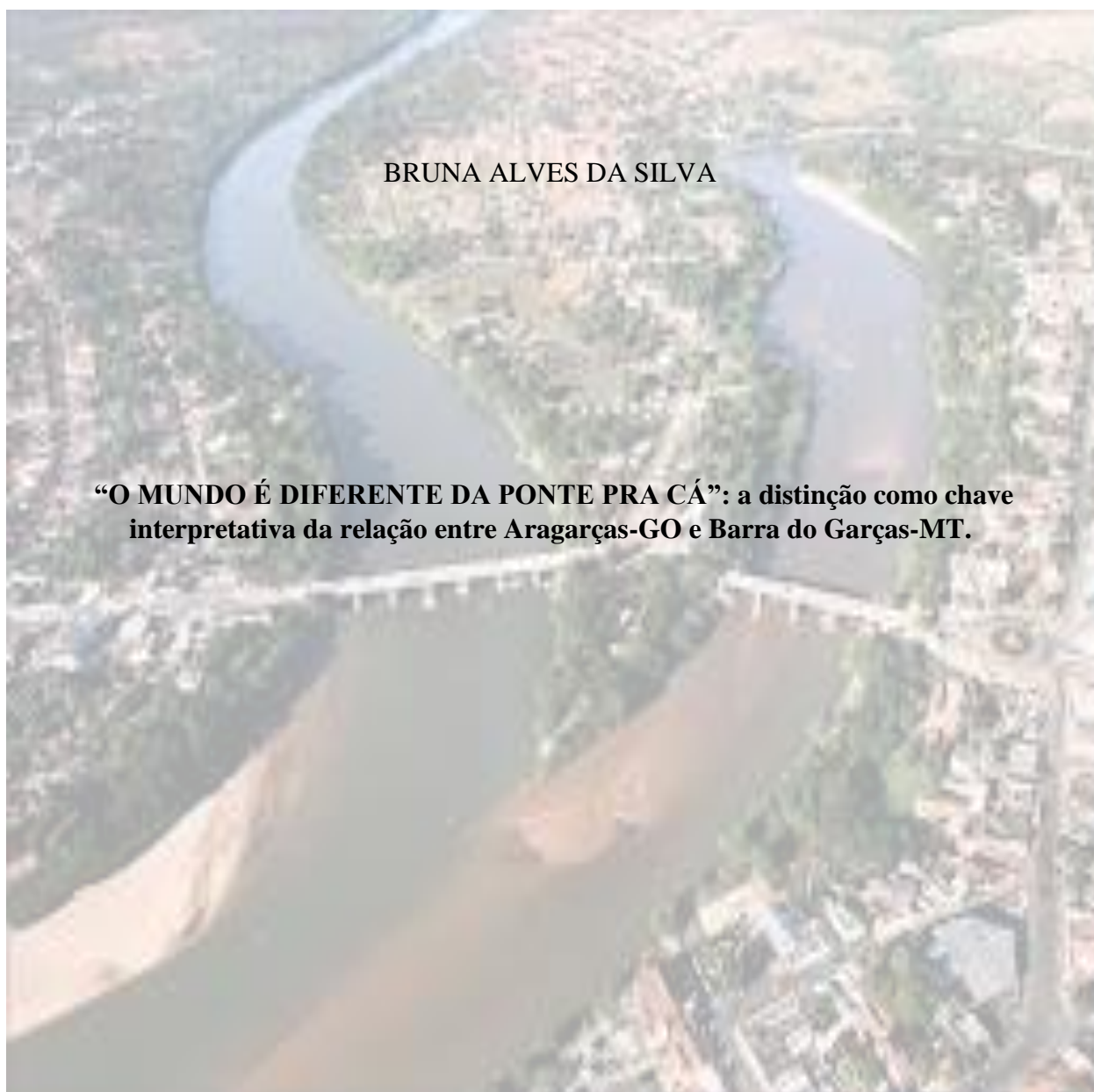


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas  
Programa de Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado



BRUNA ALVES DA SILVA

**“O MUNDO É DIFERENTE DA PONTE PRA CÁ”: a distinção como chave interpretativa da relação entre Aragarças-GO e Barra do Garças-MT.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na linha de pesquisa Saberes e Expressões Culturais do Cerrado.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria de Fátima Oliveira.  
Coorientador: Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva.

Anápolis

2019.

## Ficha catalográfica

S586m

Ficha catalográfica

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes  
Bibliotecária/UEG/Anápolis - CCSEH  
CRB1/2385

S586m Silva, Bruna Alves da.  
“O Mundo é diferente da ponte pra cá  
[manuscrito]: a distinção como chave  
interpretativa da relação entre Aragarças-GO e  
Barra do Garças-MT. / Bruna Alves da Silva. –  
2019.

177 f. : il.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima  
Oliveira.

Coorientador: Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva.  
Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em  
Territórios e Expressões Culturais no Cerrado).  
Universidade Estadual de Goiás, Campus de  
Ciências Socioeconômicas e Humanas,  
Anápolis, 2019.

Inclui bibliografia.

1.Cidades – Delimitação de espaço –  
Similaridade. 2.Aragarças(GO) e Barra do  
Garças(MT) – Ocupação - História.  
3.Aragarças(GO) e Barra do Garças(MT) –  
Fronteira – Aspectos políticos e culturais . 4.  
Dissertações – TECCER – UEG. I.Oliveira,  
Maria de Fátima. II.Silva, Sandro Dutra e.  
III.Título.

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes  
Bibliotecária/UEG/Anápolis - CCSEH  
CRB1/2385

BRUNA ALVES DA SILVA

**“O MUNDO É DIFERENTE DA PONTE PRA CÁ”: A distinção como chave interpretativa da relação entre Aragarças-GO e Barra do Garças-MT.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na Linha de Pesquisa Saberes e Expressões Culturais do Cerrado.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Oliveira.  
Coorientador: Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva.

**Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Oliveira  
Presidente / UEG – TECCER

---

Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira  
Examinador Interno/UEG – TECCER

---

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes  
Examinador Externo/UFC

---

Prof. Dr.<sup>a</sup> Maria Idelma Vieira D’Abadia  
Suplente/UEG - TECCER

Anápolis, .... de ..... de 2019.

Aos meus pais, Maria e Jovino Magalhães...  
Por todo amor, incentivo e paciência em me amar.

## AGRADECIMENTOS

À Deus por sua misericórdia e amor.

À minha orientadora, Professora Dr. <sup>a</sup>. Maria de Fátima Oliveira, por toda dedicação e paciência em me orientar nessa pesquisa. Além de suas pontuais correções, foram seus abraços calmos e carregados de confiança que me ajudaram nos momentos de maior ansiedade.

Ao meu coorientador, professor Dr. <sup>o</sup>. Sandro Dutra e Silva, pela perspicácia nas observações que contribuíram em sobremaneira para o norteamento final dessa pesquisa e pelo melhor café que já tomei nesses dois últimos anos.

Aos professores Dr. <sup>o</sup>. Eliézer Cardoso de Oliveira e Dr. <sup>o</sup>. Eurípedes Funes, pela gentileza em aceitar o convite para compor a banca examinadora na qualificação e na defesa final. Gostaria de reforçar meu agradecimento pelas observações feitas no momento da qualificação, pois foram substanciais para firmar e delimitar o cerne da pesquisa.

Aos professores Dr. <sup>o</sup>. Ademir Luiz, Dr. <sup>a</sup>. Dulce Portilho, Dr. <sup>o</sup>. Robson Pereira, Dr. <sup>a</sup>. Poliene Bicalho e Dr. <sup>o</sup>. Fernando Lemes, pelas contribuições, advertências, empréstimos de livros e apresentação a conceitos que orientaram essa pesquisa.

Ao meu companheiro, Marçal Pereira, pela imensa parceria nos assuntos cotidianos e afetivos, que me possibilitaram tempo e dedicação à pesquisa de campo e à escrita do texto.

À minha irmã, Lorena Magalhães, que de maneira muito especial se dedicou à leitura e revisão do texto.

Aos meus companheiras (os) de vida acadêmica, Ana Calorine Caixeta, Daniele Carvalho, Bruna Marquezan, Layanna Sthefanny, Keyde Taisa, Pedro Lucas e Kelly Gondim pela carona, palavras de incentivo, companhia em eventos e por partilharem comigo os anseios e medos da pós-graduação.

Aos meus colegas de longa data, Einstein Augusto e Arnaldo Salustiano, que desde a graduação me auxiliaram com indicações de leituras, fontes e boas ideias.

Aos professores Dr. <sup>o</sup>. Hidelberto Ribeiro e Dr. <sup>a</sup>. Marilene Ribeiro, pela gentileza em me receberem em sua residência e me disponibilizarem bibliografias importantes para o desenvolvimento da pesquisa.

De maneira especial, agradeço à minha amiga Angélica Bee, por me fornecer indicações que foram substanciais para minha investigação.

Às minhas companheiras de trabalho Gabriela e Sâmia, que por várias vezes reorganizaram seus turnos para que eu tivesse mais tempo de estudo.

Aos meus familiares e amigos que mesmo distante torceram e oraram por mim.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

## RESUMO

Esta pesquisa, de caráter interdisciplinar, está inserida na linha de pesquisa *Saberes e Expressões Culturais do Cerrado*. Nosso objetivo principal foi o de captar como duas cidades vizinhas, Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT), compartilhando um mesmo histórico de formação e uma mesma dinâmica cultural foram construindo discursos de poder que negavam e diminuíaam o *outro* no intuito de se afirmar como superior. Assim, o estudo buscou elucidar que fatos e acontecimentos contribuíram para a alternância do poder simbólico, representativo e identitário entre elas, bem como, os elementos elencados pelos dois lados no intuito de afirmarem seu prestígio socioeconômico e distintivo. E ainda, quais símbolos, personagens e monumentos foram selecionados pelas duas comunidades na promoção de sua diferenciação, e quais representações foram mais caras à ascensão de seu *status* social. A delimitação temporal da pesquisa compreende desde a fundação dos núcleos garimpeiros no início do século XX, até a consolidação urbana dos dois municípios, na década de 1980. É neste período que as duas cidades experimentaram a alternância do poder simbólico que lhes outorgara a distinção, o *status* e o prestígio social e cultural, delimitando a importância do espaço social do *eu* e do *outro*. Os fundamentos teóricos que embasam a investigação são múltiplos, mas com estreita relação com a História Cultural, como por exemplo, a utilização dos conceitos de cultura, memória, identidade, distinção e representação. O estudo tem como suporte uma diversidade de fontes, merecendo destaque para os jornais da imprensa nacional e regional que reportaram as duas cidades e/ou região do Vale do Araguaia entre as décadas de 1920 a 1990; os escritos de memorialistas locais; e ainda, as fontes orais, por meio de entrevistas e questionários com os pioneiros das duas municipalidades. A dissertação está dividida em três capítulos: o primeiro aborda o contexto histórico do surgimento das duas cidades, suas similaridades e as transformações que contribuíram para acirrar as disputas entre elas; o segundo capítulo dá visibilidade às estruturas de poder e construções distintivas utilizadas por aragarcenses, com a finalidade de reafirmar o poder simbólico, representativo e identitário de Aragarças frente à vizinha, Barra do Garças; e no terceiro capítulo buscou-se compreender os mecanismos que propiciaram à cidade de Barra do Garças erigir um discurso que estigmatizasse a cidade de Aragarças, evidenciando como as duas cidades se revezaram na alternância de busca de poder simbólico e representativo, com vistas à distinção e prestígio social.

Palavras-chave: Distinção, Similitude, Elementos simbólicos, Estigmatização, Garças/Araguaia.



## ABSTRACT

This research, which has an interdisciplinary nature, is part of the *Knowledge and Cultural Expressions from Cerrado (Saberes e Expressões Culturais do Cerrado)*. Our main purpose is collecting how two neighboring cities, Aragarças (GO) and Barra do Garças (MT), sharing the same historical formation and the same cultural dynamic in which they were constructing power speech that denied and decreasing the *other* in order to declare itself as superior. Therefore, the study sought to elucidate the facts and events that contributed to an interchange of the symbolic, representative and identity power between them, as well as the elements listed on both sides to affirm their socioeconomic and distinctive status. Also, which symbols, characters and monuments were selected by both communities in the promotion of differentiation, and which representations were more expensive to the rise of their social status. The research's temporal delimitation involves the foundation of the garimpeiro cores in the beginning of twentieth century until urban consolidation of both towns, in the 1980s. During this period, the two cities experienced an alternation of symbolic power that granted them the distinction, status and social and cultural prestige, delimiting the importance of the social space of *self* and *other*. The theoretical bases for the investigation are multiple, but with a relation to Cultural History, such as the use of the concepts of culture, memory, identity, distinction and representation. The study is supported in a diversity of sources, deserving highlights to the national and regional press newspapers, which reported both cities and/or the Vale do Araguaia region between the decades 1920 to 1990; the writings of local memorialists; and also, the oral sources, by means of interviews and questionnaires with the pioneers from two cities. The essay is divided in three chapters: the first one approaches the historical context from the appearance of the two cities, their similarities and transformation that contributed to stir the disputes among them; the second chapter gives visibility to the power structures and the distinctive constructions used by people from Aragarças face the neighbor, Barra do Garças; and the third, tried to understand the mechanisms that propiciate to the city of Barra do Garças lift a speech to stigmatize the city of Aragarças, evidencing how both cities took turn in the search of symbolic and representative power, with a view to the distinction and social prestige.

Key words: Distinction, Similitude, Symbolic elements, Stigmatization, Garças/Araguaia.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01- Mapa da área de estudo confeccionado a partir dos dados IBGE 2017.....	19
Ilustração 02 -Reprodução do Plano Diretor da cidade de Aragarças.....	61
Ilustração 03 - Construção da ponte sobre os rios Araguaia e Garças.....	65
Ilustração 04 - Cruzeiro - marco zero da Expedição Roncador-Xingu.....	110
Ilustração 05 - Hospital Getúlio Vargas e Igreja São Judas Tadeu.....	111
Ilustração 06 - Monumento dos Três Peixes, Aragarças (GO).....	112
Ilustração 07 - Monumento ao Garimpeiro - Barra do Garças (MT).....	125
Ilustração 08 - Pedra S.S. Arraya.....	126
Ilustração 09- Obelisco que marca o início da Amazônia Legal.....	127
Ilustração 10 - Monumento ao Centro Geodésico do Brasil – Praça da Matriz/BG.....	128
Ilustração 11 - Monumento em homenagem ao Cel. Percy Harrison Fawcett.....	129
Ilustração 12 - <i>Meme</i> sobre o aeroporto para Ets.....	146
Ilustração 13- Cartaz de divulgação da temporada de praia de Barra do Garças- 2010.....	148
Ilustração 14 - <i>Meme</i> sobre morar em Aragarças.....	151
Ilustração 15 - <i>Meme</i> de como é engraçado falar “bem” de Aragarças.....	152
Ilustração 16 - <i>Meme</i> “ninguém é ateu em Aragarças”.....	153
Ilustração 17 - <i>Meme</i> “quando alguém fala mal de Aragarças”.....	154
Ilustração 18 - <i>Meme</i> advertindo sobre os problemas de Aragarças.....	154
Ilustração 19- <i>Meme</i> da “Cinderela aragarcense”.....	155
Ilustração 20 - <i>Meme</i> “aragarcense ao ver rua asfaltada”.....	156
Ilustração 21 - <i>Meme</i> “o mundo é diferente da ponte pra cá!”.....	157
Ilustração 22 - <i>Meme</i> “Rei Leão aragarcense”.....	157
Ilustração 23- <i>Meme</i> “comparações simbólicas”.....	158
Ilustração 24 – <i>Meme</i> do discoporto como um lugar místico do planeta.....	158

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAN	Correio Aéreo Nacional
CANG	Colônia Agrícola de Goiás
CPP	Comissão de Planejamento da Produção
DTC	Departamento de Terras e Colonização
ERX	Expedição Roncador-Xingu
FAB	Força Aérea Brasileira
FBC	Fundação Brasil Central
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MINTER	Ministério do Interior
MT	Mato Grosso
SESP-MT	Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
UEG	Universidade Estadual de Goiás

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 – DA SIMILARIDADE AO PRINCÍPIO DA DISTINÇÃO: a delimitação do espaço distintivo entre Barra Goiana e Barra Cuiabana</b> .....	23
1.1 – <i>Ser</i> (tão) Imaginado: história e natureza na ocupação da região de Aragarças (GO/Barra do Garças (MT)).....	24
1.2 – Do Norte se viu o brilho: garimpo e migração nas margens do Garças/Araguaia.....	34
1.3 – Marcha para Oeste: os novos bandeirantes, emancipação e interdependência de Aragarças e Barra do Garças.....	49
1.4 – Sobre o vazio dos rios desfere o traço da ponte: da construção da ponte João Alberto às identidades fluídas.....	59
<b>2 – HÁ SEMPRE UM PONTO DE MIRA: evocação à distinção dos tempos da Fundação Brasil Central</b> .....	68
2.1 – Princesinha do Araguaia: Aragarças nos tempos da Fundação Brasil Central.....	69
2.2 – Extinção da Fundação Brasil Central e os novos investimentos da SUDECO.....	87
2.3 – Da revolução ao primeiro sequestro aéreo da humanidade: frustrações nas tentativas de retomar o tempo da <i>distinção</i> .....	93
2.4 – Mais <i>eles</i> que <i>nós</i> : a “parte baixa”, a ponte e a rasteira da Modernidade.....	105
<b>CAPÍTULO 3 – “NÃO ADIANTA QUERER SER, TEM QUE TER PRA TROCAR”: a representação da distinção do <i>eu</i> barragarcense</b> .....	118
3.1 – As estratégias da distinção entre Barra do Garças e Aragarças.....	119
3.2 – O Agro é <i>Pop</i> : popularidade e estigma em Barra do Garças.....	131
3.3 – Do impresso ao espaço: a representação nos jornais e o estigma do disporto.....	141
3.4 – De que lado da ponte? o estigma como herança social aragarcense.....	148
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	160
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	165
<b>ANEXOS</b> .....	177

## INTRODUÇÃO

Barra do Garças encanta  
É a musa que o povo canta  
[...]  
Das praias de areia branca  
Das águas limpas da serra  
Barra boa garça branca<sup>1</sup>

As graças barragarcenses cantadas no hino da cidade realmente encantaram aqueles que, pelos diamantes ou pela vastidão de *terras desocupadas*, acorreram-se às margens dos rios Garças e Araguaia. A paisagem natural do estado de Mato Grosso, mais especificamente a região do Vale do Araguaia – localizada a leste e marcada pelo encontro dos rios Garças/Araguaia na fronteira com o estado de Goiás –, teve sua dinâmica econômica e populacional orientada pela exploração dos recursos naturais abundantes na região.

O resultado da mistura entre o verde da natureza e o cinza do concreto da ponte sobre os rios Garças e Araguaia produz uma bela paisagem, deixando os moradores dos municípios de Barra do Garças (MT) e Aragarças (GO) orgulhosos, e os turistas admirados e saudosos da beleza e dos atrativos ecológicos da região. Mas quando se vai além da “temporada de praia” no rio Araguaia, as amenidades das festas dão lugar a discursos mais ácidos.

Morando na região a mais de trinta anos pudemos vivenciar a dicotomia nos discursos sobre as duas cidades e seus moradores, como se perceberam e como foram percebidos pelos seus vizinhos. Cada qual quis diferir-se do outro e, para isso o tom adotado nem sempre era cordial, valia ressaltar o que envergonhava o *outro* ou exagerar nos estereótipos considerados negativos.

Fora justamente esse cenário de disputas identitárias, representativas e simbólicas diluídas nas pilherias cotidianas que motivou nossa pesquisa sobre a história das duas cidades. De início a ponte seria nosso objeto de pesquisa pois, julgávamos que sua construção teria desencadeado a acidez discursiva entre as duas cidades. No entanto, no processo de revisão bibliográfica nos deparamos com alternâncias de poder entre

---

<sup>1</sup> Composição de CHAVES, Eudes Roberto de Arruda. Hino de Barra do Garças. Barra do Garças, 1993. Disponível em <http://www.barradogarcas.mt.leg.br/institucional/simbolos-oficiais>.

Aragarças e Barra do Garças que não conhecíamos, visto que, o discurso que tomávamos como o *real* era aquele que fora dado por Barra do Garças já nas décadas de 1980/90.

Após a construção da ponte ocorreu naturalmente uma maior interação entre as duas cidades, o que contribuiu para abalar as referências identitárias e representativas de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT). Amainada a barreira natural da fronteira entre as duas cidades, as relações econômicas, sociais, culturais e espaciais sofreram uma mescla que resultou num discurso de negação do *outro*, no qual cada município reivindicava singularidades distintas para se diferenciar do vizinho, surgindo, em alguns momentos, a relação de estabelecidos e *outsiders*.

A letra da música que compõe parte do título dessa pesquisa versa, justamente, sobre as “barreiras” sociais, identitárias e representativas provocadas pela construção de pontes na periferia de São Paulo. Composta por Mano Brown, vocalista e líder do grupo de rap Racionais MC’s na década de 1980, “Da ponte pra cá” descreve as dificuldades sociais e econômicas enfrentadas pelos moradores da periferia ao terem o acesso às partes “nobres” da capital paulistana mediado pela ponte – construção material carregada de simbologia – que ao mesmo tempo que une também separa, provocando “uma junção entre termos dissociados”, conforme apontado por Simmel (1996, p. 11). Expondo a dicotomia objetiva/geográfica e a simbólica/representativa da ponte, a composição afirma que há diferença na percepção da realidade social, cultural e econômica dependendo de qual “lado” da ponte o sujeito ocupa – periferia/discriminação e zona nobre/distinção –, ou seja, os julgamentos de valor e posição social também seguem essa *geografia simbólica*.

No decorrer do processo de revisão bibliográfica dos textos, artigos e livros que tiveram Aragarças (GO) e/ou Barra do Garças (MT) como objeto ou palco de pesquisa nos deparamos com a ponte. Sendo ela objeto material ou subjetivo, sempre estivera presente, estabelecendo os limites territoriais e simbólicos entre as duas cidades. No entanto, não encontramos nenhuma pesquisa que tivesse, como a nossa, o objetivo de compreender as relações distintas desenvolvidas entre aragarcenses e barragarcenses após a construção da ponte, ou seja, a vontade de distinguir “o lado de lá” e o “lado de cá” através de elementos que conferissem *superioridade* à cidade e ao grupo.

A ponte foi um artefato vivo na memória dos primeiros habitantes de Aragarças, como bem constatou o pesquisador Manuel Ferreira Lima Filho em seus estudos *Aragarças: a cidade encantada no sertão de Goiás* (2000) e o *Desencanto do Oeste* (2001). Para o autor, a importância dessa memória está não apenas no valor da ponte

enquanto “monumento”, mas muito mais na lembrança do “tempo” de sua construção, momento em que os pioneiros de Aragarças gozavam de prestígio e poder social.

As publicações são resultados de estudos cujo objeto de pesquisa fora a festa do Pioneiro da *Marcha para o Oeste* da cidade de Nova Xavantina em 1997. Segundo o autor, a festa é realizada anualmente para celebrar a saudade (do poder) e reafirmar Aragarças como sendo a cidade pioneira e encantada do sertão de Goiás, para sempre motivo de orgulho no presente. Lima Filho concluiu que os pioneiros usam da memória dos tempos áureos da Fundação Brasil Central para reorganizar sua existência, dando significado a vivência por meio da lembrança do poder que detiveram no passado.

Dulce Portilho Maciel (2006) também analisou o contexto do surgimento de Aragarças, em artigo intitulado *Aragarças (1943-1968): A moderna urbe na rota para oeste*. Ela destaca como se deu a construção da cidade de Aragarças, dentro do programa *Marcha para o Oeste*, ressaltando que o objetivo era o de constituir uma base avançada e moderna que possibilitasse a expansão progressista do Governo Federal. Maciel conclui que Aragarças tornou-se de fato a moderna urbe, com instalação de toda a infraestrutura necessária (aeroporto, ponte, selaria, olaria, hotel, hospital, escola, centro administrativo) para o sucesso do programa do governo.

Sarah Tavares Corrêa Cunha em *No vale do Araguaia mato-grossense: uma análise do mercado imobiliário de Barra do Garças no período de 1950-1975* (2006), afirma que o desenvolvimento econômico, social e populacional de Barra do Garças passou por três “fases” – garimpeira, da Fundação Brasil Central e a dos incentivos fiscais – sendo que na “fase dos incentivos fiscais” (1964) o mercado imobiliário de Barra do Garças apresentara maior crescimento e supervalorização das terras. O que concorreu para que grupos sulistas empreendessem programas de colonização privada em Barra do Garças. Enquanto Cunha explora as transformações provocadas no espaço geográfico da cidade de Barra do Garças com a chegada dos sulistas e dos investimentos governamentais, nós investigamos como essas ações alteraram as relações sociais, culturais, identitárias e distintivas entre aragarcenses e barragarcenses.

Aline Lopes Murillo em *Histórias que se entrecruzam: narrativas de Valdon Varjão sobre Barra do Garças* (2011), apresenta, através da análise da narrativa histórica de Valdon Varjão, a memória coletiva de Barra do Garças (MT) construída por este autor. Valdon Varjão, migrante nordestino que se tornou personalidade política e social de destaque e prestígio em Barra do Garças, foi uma de nossas fontes mais ricas, pois nos possibilitou, a partir de um exame mais crítico de seu discurso, vislumbrar grande parte

da *construção distintiva* empreendida por ele e pelos barragarcenses – conjunturas e símbolos usados e exaltados na “corrida” pela *diferenciação* distintiva entre os moradores das duas cidades.

Por outro lado, Marilene Marzari Ribeiro (2004) e Hidelberto de Sousa Ribeiro (2001; 2016; 2016), abordam, por meio de entrevistas, as vicissitudes dos migrantes – nordestinos e nortistas em sua maioria – que chegaram à região do Vale do Araguaia, desde os primeiros rumores da descoberta de diamantes (1924), até as novas políticas migratórias empreendidas pelo Governo Federal a partir de 1964. Os relatos colhidos por Ribeiro (2001; 2016) junto aos primeiros moradores de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT), na primeira década do século XXI, nos possibilitaram captar os primeiros momentos de similitudes entre as duas cidades e o princípio da distinção – quando os discursos buscavam salientar a *diferença* social, cultural e econômica entre às margens do Araguaia.

A interação e integração na paisagem proporcionada pela ponte entre Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) foi também tema de duas pesquisas científicas que tiveram os dois municípios como palco, entre 2015 e 2016. Pollyany Pereira Martins em *Dinâmica socioespacial de Aragarças Goiás: a cotidianidade na construção e estruturação do espaço urbano*, desenvolve um estudo geográfico sobre a ocupação do espaço urbano e como a cidade compreende e interage com essa dinâmica socioespacial; Já Alexandre Eduardo Santos, na pesquisa intitulada *Agrupamentos de cidades pequeno porte: um estudo sobre Barra do Garças -MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO*, buscou compreender se a dinâmica de agrupamento urbano entre as três cidades citadas apresenta características de cunurbação ou aglomeração urbana.

Compreendemos a importância e a relevância desses estudos, pois apresentaram significativas considerações sobre as relações econômicas, geográficas, espaciais e sociais vivenciadas em Barra do Garças, em Aragarças e/ou entre as duas cidades com a região do Vale do Araguaia como um todo. A “flexibilidade” nos limites territoriais entre os estados de Goiás e Mato Grosso foi percebido por todas as linhas de investigação. No entanto, nenhuma delas levou em consideração as relações simbólicas e representativas constituídas por estas comunidades nos sucessivos anos de convivência em um ambiente de similaridades. Desta forma, julgamos pertinente nossa investigação, pois lança luz sobre os elementos de *diferenciação* selecionados pelos aragarcenses e barragarcenses na promoção de sua separação distintiva, ou seja, no estabelecimento de uma *fronteira*



*simbólica* que resultou na demarcação do *status* e do poder social e representativo entre os moradores das cidades em questão.

Assim, o problema que impulsionou nossa pesquisa foi o de tentar compreender como o processo de construção distintiva entre as cidades de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) em um contexto de fronteira geográfica e simbólica – que ao ser amenizado pela construção da ponte sobre os rios Garças e Araguaia – teria desencadeado um processo de estigmatização do *outro*. A partir desse problema central, outros questionamentos podem ser colocados: quais elementos de diferenciação foram utilizados para conferir maior *status* e poder social às duas cidades? Teriam sido as reviravoltas governamentais, tais como, a ascensão do Governo Militar e o fim das políticas públicas em prol do povoamento e integração do *Oeste* brasileiro? Esse fato teria desviado o foco desenvolvimentista para Barra do Garças, restando aos moradores de Aragarças um discurso amargo e ressentido do *status* perdido? Como aragarcenses e barra-garcenses lidaram com as oscilações distintivas? E, por fim, como estas interferiram na construção da identidade e representação social dos municípios em questão?

Nosso objetivo foi apreender como os dois municípios que compartilharam um mesmo histórico de formação e uma mesma dinâmica cultural foram construindo discursos de poder que negavam e diminuía o *outro* no intuito de se afirmar como superior. Por conseguinte, compreender quais símbolos, personagens e monumentos foram selecionados pelas duas comunidades na promoção de sua diferenciação distintiva e quais representações foram mais caras à ascensão de seu *status* social.

Buscamos também, com esse estudo, propiciar uma discussão sobre como o discurso da modernização e do progresso adotado pelo Estado brasileiro, iniciado no Governo de Vargas e prolongado até a década de 1980, influenciaram mudanças espaciais, sociais e econômicas no *sertão* brasileiro. Compreendemos que tais ações foram determinantes para a “modernização dolorosa” das relações culturais, econômicas e sociais desde os grandes centros urbanos até cidades interioranas como Aragarças e Barra do Garças.

Nossa hipótese é que a disputa simbólica pelo poder distintivo do *status* social, econômico e cultural entre Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) surgiu a partir do momento em que a construção da ponte possibilitara a “união” das semelhanças compartilhadas pelas duas comunidades. Assim, as duas cidades erigiram elementos de *diferenciação* e estigmatização para afirmarem seu poderio simbólico e representativo.

Este estudo se insere dentro dos aportes teóricos e metodológicos propiciados pela História Cultural que possibilitaram novos paradigmas de análise aos estudos que comportam conceitos como distinção, cultura, memória, identidade e representação. Logo, nossa linha de pesquisa compreende os *Saberes e Expressões Culturais do Cerrado*, pois tratamos de disputas em torno do poder simbólico que busca a autodeterminação do *status* social de um grupo, de uma sociedade e de uma cidade frente a *outra*.

Por certo a vida é uma empreitada muito árdua e arriscada para ser trilhada sozinha e sem possibilidades de ancoragem para um momento de descanso, de refúgio, de revitalização das forças, ou mesmo, aquisição de coragem para retomar o caminho ou descobri-lo. Neste interim, cabe aos indivíduos *enfeitarem* esse caminho, construindo mecanismos que os ajudem a suportar e assim, vivenciar a experiência do viver de forma mais afável, diluindo os medos e receios de se viver em sociedade, por meio das representações e do simbólico, dando novos contornos àquilo que é considerado real, ou seja, conforme Chartier (2002, p.17), a realidade é uma representação uma construção social que uma coletividade cria para dar ordenamento a sua vivência.

Assim, esse viver em sociedade se organiza em torno da lógica da unidade grupal, daquilo que confere semelhança aos indivíduos, dando unidade simbólica aos membros e lhes transmitindo segurança, pois entendem que caminham entre iguais. Nessa perspectiva, é propício acionar o conceito de cultura, que de acordo com Geertz (1978), pode ser visto como uma teia de relações e significados, ou seja, a cultura não é única, não é individual, ela é coletiva e erigida pelos indivíduos de uma comunidade e compreendida por eles como sendo os valores, tradições, orientações sociais criadas por aquele grupo para ordenamento próprio.

Desta forma, cada comunidade, cada sociedade vai elencar os padrões a serem observados na construção dos significados culturais do grupo, expondo-os como modelo a ser seguido, resguardado por aqueles que quiserem compartilhar da sua unidade social. E como salienta Thompson (1998, p. 22), as práticas culturais não seguem por caminhos retos e claros: é necessário desfazer os “novelos” coesos das diversas atividades e propriedades que formam as manifestações culturais de um grupo, povo, cidade e país, de maneira a não confundir ou ocultar os diferentes componentes que colaboram para o desenvolvimento histórico das relações sociais.

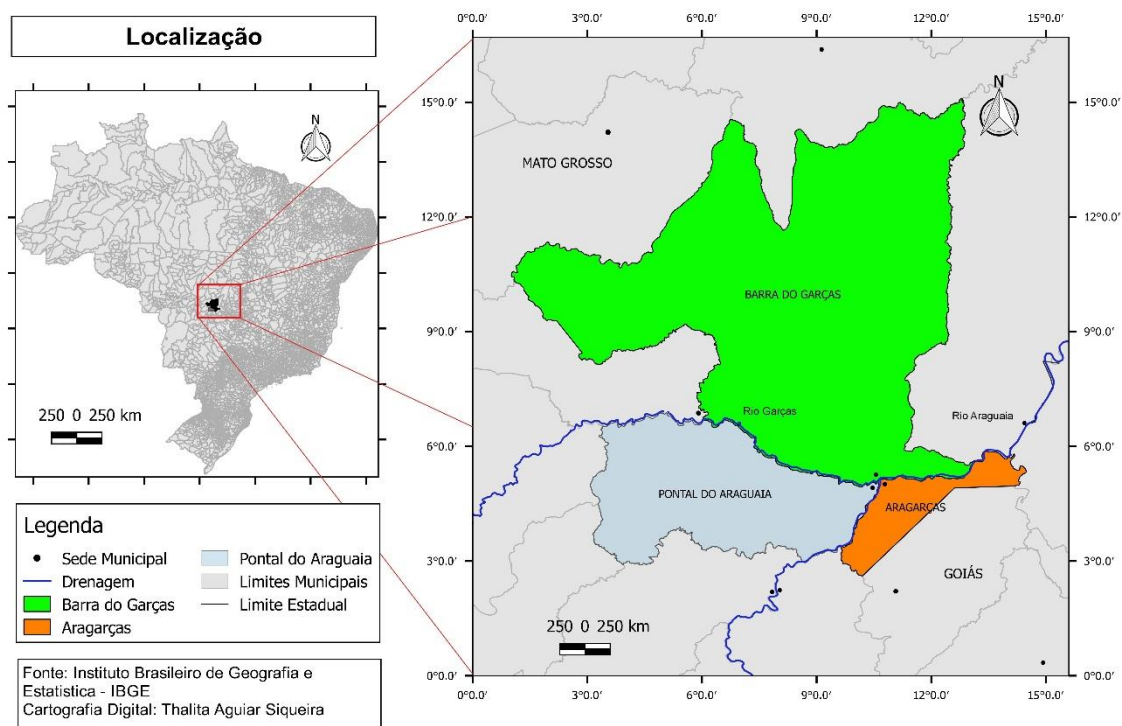
Desse modo, ao analisarmos mais detalhadamente a composição cultural de Aragarças e Barra do Garças nos deparamos com disputas distintivas, identitárias e

representativas, onde cada qual fez questão de evidenciar *aquilo* que considerava como sendo *sua* expressão cultural.

As considerações de Michael Pollak (1989; 1992) e Maurice Halbwachs (1990), sobre o *lugar da memória* na constituição identitária e simbólica de um grupo e as negociações, seleções e enquadramentos que podem ser utilizados na confecção da memória coletiva nos ajudaram a entender como as *lembranças culturais* dos dois municípios deram coesão e orientação na constituição de suas memórias coletivas e individuais. Obviamente que tais relações são carregadas de analogias e disputas pelo poder de quem concebe a representação como sendo o real e de quem vai construir a realidade simbólica que orientará as ações naquela sociedade. As afinidades identitárias submergem desse emaranhado de significados e significações representativas e simbólicas que formam o amálgama social, pois a identidade é que confere coesão ao grupo no instante em que os indivíduos se sentem partilhando com os iguais, com aqueles que lhe imprimem o sentimento de pertencimento ao todo.

Aragarças (GO) erigiu-se na margem direita do rio Araguaia e Barra do Garças (MT) na margem esquerda, na confluência do Garças com o Araguaia. A ponte João Alberto Lins de Barros que a partir de 1958 passou a integrar a paisagem, já bastante aprazível aos olhos, propicia ao homem “o bizarro sentimento de planar por um instante entre o céu e a terra” (SIMMEL, 1996), e possibilita o trânsito constante e natural entre aragarcenses e barragarcenses.

Ilustração 01- Mapa da área de estudo confeccionado a partir dos dados IBGE 2017.



A fronteira territorial entre as municipalidades não é compreendida apenas no sentido geográfico, de separação, limiar, divisas estatais, representação de limite. Compreendemos uma outra dimensão para a fronteira, aquela pensada por Pesavento (2002) e Leenhardt (2002), que admitem características culturais, simbólicas, abarcando a possibilidade de a fronteira ser, também, caminho entre lugares, suscitando trocas, permeabilidades. Desta forma, poderíamos falar em *fronteiras* que “induzem a pensar na passagem, na comunicação, no diálogo e no intercâmbio. Figurando um trânsito não apenas de lugares, mas também de situações ou época, assim como de população...” (PESAVENTO, 2002, p. 36).

Assim, buscamos captar as alternâncias construtivas dos discursos distintos entre Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT), em um cenário cujas semelhanças embrionárias deixaram de ser constitutivas frente a novos discursos ideológicos de caráter nacional que, além de erigir discursos simbólicos inéditos, reformularam as próprias condições de concepção de si, desdobrando-se em compreensões identitárias calcadas na disputa pelo poder simbólico e distintivo.

Pierre Bourdieu (2008, p.76; 2010), nos ajuda a identificar e compreender os mecanismos de diferenciação empreendidos tanto por Aragarças como Barra do Garças no intuito de afirmarem sua *distinção* e poder simbólico dentro dos sistemas culturais

partilhados pelos municípios. Pois, como enfatiza o autor, a escolha da roupa, dos quadros que se decora a sala, dos sapatos calçados, da cor usada na fachada da casa, no sotaque adotado e no hábito do chimarrão ou do café moído abrigam possibilidades de diferenciação dos sujeitos e de taxá-los e/ou inseri-los em alguma categoria – dominador/dominado, selvagem/civilizado, desbravador/covarde, sulista/nortista, garimpeiro/fazendeiro – que formam as representações sociais e culturais do que é tido como a realidade do grupo social.

Buscando compreender esse complexo cenário de representações recorreremos aos estudos de Roger Chartier (2002) e Sandra Jathay Pesavento (2002), para os quais, os discursos representativos buscam produzir estratégias e práticas que visam impor uma deferência, uma autoridade além de legitimar escolhas. Desta luta representativa o resultado seria a imposição da concepção do mundo social (do grupo mais forte) ao *outro* ou mesmo ao grupo, demonstrando que não há neutralidade nos discursos representativos criados por Aragarças e Barra do Garças, mas sim um jogo de poder cujo alvo era a autoridade em legitimar a *realidade* local.

São também de Pesavento (2005) as reflexões que nos levaram a pensar na *fronteira simbólica* com mais ênfase do que na fronteira geográfica, pois em seu limiar destacaram-se mais a fluidez no trânsito de pessoas e ideias do que as divisas geográficas.

Sendo as relações identitárias fruto deste meio social partimos das discussões de Stuart Hall (2006; 2014); Tomaz Tadeu e Silva (2014) e Kathryn Woodward (2014), acerca das possibilidades representativas e simbólicas envolvidas na formação identitária das sociedades fragilizadas pela perda de referenciais de identificação individuais e coletivos. Não perdendo de vista a advertência de Hall (2006, p. 13), de que “a identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que os rodeiam”. Para lidarmos com a *mobilidade identitária* experimentada por aragarcenses e barra-garcenses buscamos Zygmunt Bauman (2013) e Anthony Giddens (1991), onde encontramos, também, esclarecimento para os conceitos de modernidade e modernização que foram tão caros para a constituição identitária de Aragarças.

Os referenciais propostos por Norbert Elias e John L. Scotson em “Os estabelecidos e os *outsiders*” (2000), foram de muita valia para nossa sustentação teórica, pois os paradigmas utilizados pelos autores no estudo sobre a fictícia comunidade de

Winston Parva<sup>2</sup>, onde o estigma e a determinação das categorias *outsiders* e estabelecidos são determinados em um ambiente semelhante, mas com discurso de diferença. Cenário semelhante ao encontrado em Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT), comunidades que tiveram o princípio citadino e desenvolvimento urbano correlacionados, mas que buscaram elementos de *diferenciação* frente as semelhanças, tendo em vista que o “comum” não conferiria *status e valor* ao grupo.

Embora os autores tratem de uma realidade diferente de nossa proposta, a relação de estabelecidos/*outsiders* se encaixa no contexto de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT), principalmente, no que se refere a “rede de fofoca” depreciativas difundidas pelos barragarcenses com o intuito de minar e/ou diminuir o *status* distintivo de Aragarças e seus moradores.

Desta forma, nossa pesquisa busca elucidar quais os fatos e acontecimentos contribuíram para a alternância do poder simbólico, representativo e identitário entre as cidades de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT), bem como os elementos elencados pelos dois municípios no intuito de afirmarem seu prestígio socioeconômico e a distinção ocupada no ordenamento do mundo que é dado a ler e compreendido como real pelos demais indivíduos do grupo.

Nossas fontes<sup>3</sup> que se constituíam dos escritos de memorialistas das cidades de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) ganharam mais corpo com a utilização de jornais e revistas. Delimitamos a análise dessas fontes jornalísticas entre as décadas de 1920 até 1990, tendo em vista o tempo cronológico compreendido pela pesquisa. **Desta forma, compreendemos que os *memes*, elementos que só surgiram com o advento e difusão da internet (década de 1990) e das mídias sociais (2004), configuram-se como uma extensão do discurso que buscara a diferenciação distintiva entre os moradores dos dois municípios.**

Tomamos o cuidado de observar as orientações de Tania Regina de Luca (2008), quanto ao tratamento ao utilizarmos os jornais e revistas como fontes históricas. Assim,

---

<sup>2</sup> Mesmo constatando a adequação teórica dos conceitos propostos por Elias e Scotsson (2000), é importante assinalar que na fictícia Wilson Parva a distinção era apenas por antiguidade, os moradores mais antigos construíram elementos de diferenciação para demarcar e elevar seu poder distintivo frente aos moradores recém-chegados. Nas margens do Araguaia, houveram elementos de distinção mais concretos – o funcionário público federal x garimpeiro; os gaúchos x nordestinos – que ajudaram na marcação *outsiders* e *estabelecidos* de maneira mais contundente.

<sup>3</sup> Por ocasião da qualificação recebemos outras contribuições dos historiadores Dr. ° Eurípedes Funes e Dr. ° Eliezer Cardoso de Oliveira para a sustentação do aporte teórico e metodológico da pesquisa, no que se refere à constituição de nossas fontes, nos seus usos e análises, o que possibilitou a consolidação do rigor científico exigido em pesquisas na área das Ciências Humanas.

não perdemos de vista a importância de situar os responsáveis e os respectivos períodos pelos quais passava a sociedade brasileira e qual o ideal de país defendido na época das publicações por nós utilizadas. Estas ponderações nos auxiliaram na compreensão dos mecanismos e das práticas sociais utilizados na formação e configuração do *Oeste*, bem como de seu desdobramento na constituição social e simbólica entre aragarcenses e barragarcenses.

Na pesquisa também foram utilizadas as fontes orais por meio de questionários e entrevistas<sup>4</sup>, para acessar as lembranças e memória histórica daqueles que viveram os acontecimentos aqui investigados. Contamos com quinze entrevistas (que foram gravadas, transcritas e arquivadas em banco de dados digital) com os pioneiros moradores de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT), pois como nos lembra Alessandro Portelli (1997, p. 31) “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, e o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”. Entendemos que na “subjetividade” das fontes orais a *vontade* dos aragarcenses e barragarcenses em demonstrar *distinção* tornaram-se mais “visíveis”, pois na entonação da fala, no tempo gasto para relatar um acontecimento e a necessidade de afirmar a *verdade* dos fatos, encontramos os anseios em marcar a *diferença* e o *status* social e cultural.

Assim, dividimos a dissertação em três capítulos. O primeiro, “Da similaridade ao princípio da distinção: a delimitação do *espaço* distintivo entre Barra Goiana e Barra Cuiabana”, apresenta, em consonância com as fontes por nós examinadas, os referenciais teóricos que servem de alicerce para a pesquisa, bem como, a origem das duas cidades, suas similaridades e as transformações que serviram de estopim para as disputas representativas, simbólicas e identitárias.

O segundo capítulo, “Há sempre um ponto na mira: evocação à distinção dos tempos da Fundação Brasil Central”, expõe as estruturas de poder e as construções distintas utilizadas por Aragarças (GO) com a finalidade de reafirmar o poder simbólico, representativo e identitário da cidade frente à vizinha, Barra do Garças (MT).

No terceiro capítulo, “Não adianta querer ser, tem que ter pra trocar: a representação da distinção do *eu* barragarcense”, buscou-se compreender os mecanismos econômicos, sociais e simbólicos que propiciaram à cidade de Barra do Garças (MT)

---

<sup>4</sup> Esta pesquisa possui aprovação do Comitê de Ética Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás (CEP-UEG) coloque o n. que consta no parecer, que fiscaliza e regulamenta pesquisas que envolvem seres humanos.

erigir um discurso identitário e representativo que estigmatizasse a cidade de Aragarças (GO).



Capítulo 1: DA SIMILARIDADE AO PRINCÍPIO DA DISTINÇÃO: a delimitação do *espaço* distintivo entre Barra Goiana e Barra Cuiabana.

Araguaia...  
Musa de tantos poetas,  
Ilusão de garimpeiros,  
Sonhos milionários.  
Cantos...  
Contos...  
Lendas...  
Águas cálidas  
Acariciantes.  
(Diniz, 2003 p. 09).

Neste capítulo, apresentamos os momentos históricos que possibilitaram a formação dos núcleos populacionais que deram origem as cidades de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT). Os embriões citadinos dos municípios experimentaram várias similaridades, o que lhes conferem um princípio identitário e simbólico sem muitas disparidades, demonstrando o elo social e cultural compartilhado entre as duas comunidades que, mesmo vivendo em fronteiras estaduais, tendo os rios Garças e Araguaia como divisas geográficas, soergueram identidades e relações simbólicas compartilhadas. Representações do real que proporcionaram unidade identitária às duas margens – uma enxergando na *outra* o reflexo de seu ordenamento cotidiano.

Desse modo, para uma melhor compreensão do estudo, a abordagem focou nos seguintes aspectos: 1) A natureza como um condicionante regulador e um chamariz nos processos migratórios e colonizadores de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT); 2) a chegada dos migrantes, em sua maioria do norte do país, às margens do Garças/Araguaia atraídos pelo garimpo e as consequências para a região do litígio entre o governo do estado e o coronel José Morbeck – onde os motivos do conflito seriam a exploração das minas diamantíferas do rio Garças; 3) as transformações ideológicas, sociais, econômicas e simbólicas experimentada por Barra Goiana, rebatizada de Aragarças, após a implementação da Fundação Brasil Central e, por fim, 4) as novas configurações representativas e identitárias desenvolvidas entre Aragarças e Barra do Garças devido a construção da ponte João Alberto Lins de Barros e de novos suportes ideológicos.

### 1.1 – *Ser* (tão) Imaginado: história e natureza na ocupação da região de Aragarças (GO/Barra do Garças (MT)).

Neste tópico apresentamos como a paisagem natural do estado de Mato Grosso, mais especificamente a região do Vale do Araguaia – localizada a leste e marcada pelo encontro dos rios Garças/Araguaia na fronteira com o estado de Goiás – teve sua dinâmica econômica e populacional orientada pela exploração dos recursos naturais abundantes na região, tais como, os rios, peixes, diamantes e terras férteis.

A pesquisa de compilação bibliográfica e o processo de levantamento das fontes sobre a expansão da fronteira no Brasil Central nos permitiu identificar um tema que se tornou recorrente, que era a preocupação constante com a categoria “sertão”, ou mesmo a forma como a natureza aparecia nas diferentes descrições das paisagens. Neste meio “natural” inseriam-se os elementos geomorfológicos, a fauna, a flora e os *outros* seres “selvagens”, os índios. De modo que, as apreciações que nos chegam desse período são carregadas de opiniões e sentenças que afirmavam o quanto hostil foi a ambientação dos “civilizados” nos sertões da colônia, império e, por fim, da República.

Instigados, fomos à procura do significado denotado ao termo *sertão* pois, sua paisagem, paragens e domínios naturais se constituíam em verdadeiras nebulosas impedindo que a “civilização” enxergasse quais caminhos deviam traçar para dominá-lo. Impossibilitando, respectivamente, os portugueses de alargarem suas possessões, o Império, seus domínios e a República, sua racionalidade.

*Sertão* denominava o “lugar incerto”, o “lugar do desertor”, o “que não está entrelaçado ao conhecimento” (GALETTI, 2002, p. 48). A origem etimológica do conceito advinha de civilizações que lidavam com a dicotomia mar/interior, por isso, sertão também remete aqueles lugares distantes do mar. O que vai ao encontro do sentido adquirido pelo termo na historiografia brasileira: “lugar desconhecido”, “distante” e longe dos centros “civilizados” representado pelo litoral, nos levando, também, ao conceito de – civilizado/civilização – que se caracterizava, durante o período colonial e imperial, àqueles que participavam e guardavam os valores, costumes e ritos das representações sociais e culturais do colonizador.

Assim, foram usados os moldes desta “civilidade europeia” para reorganizar a paisagem de parte dos núcleos populacionais brasileiros; cidades litorâneas foram calçadas, arborizadas, divididas e tiveram seu planejamento desenhado para atender e caber nos modelos de paisagem e de ambientação dos europeus. O intuito era submeter

os aspectos naturais desconhecidos do Brasil e, por vezes, temidos por sua exuberância, amedrontando espíritos mais sensíveis, fazendo-os caber dentro dos padrões já conhecidos e apreciados pelos europeus. De acordo com Naxara (2004), estes eram tidos como sinônimo de evolução, civilidade e do controle do homem sobre a natureza, enquanto aqueles estavam ligados ao bárbaro, ao *estado natural*, à selvageria.

Ao analisar as considerações de viajantes que passaram pelo território de Mato Grosso no século XIX – Bartolomé Bossi, Friedrich Ratzel, Herbert Smith, Karl von den Steinen – acerca da natureza e da paisagem, Galetti (2002, p. 115) constata que elas estão carregadas de “adjetivos e interjeições”, o que não deixa de revelar

[...] o quão inculta e primitiva apresentava-se a paisagem local aos olhos destes homens viajados, oriundos de países onde, por quase toda parte, viam-se as marcas inconfundíveis da ação humana, a operar transformações que consideravam como evidências da marcha da história rumo a um estágio mais elevado de civilização.

Diante de tais constatações, chamou-nos a atenção as percepções da natureza da região Centro-Oeste do Brasil – onde se desenrolaram as vicissitudes históricas por nós pesquisadas – influenciou e propiciou a constituição de relações culturais, sociais e históricas, demonstrando como os seres humanos transformam e têm suas ideias, sonhos e projetos alterados pela natureza.

Nesse sentido, são pertinentes as observações suscitadas pelos escritos de Worster (1991), quanto aos três níveis/grupos de perguntas pelas quais a história ambiental orienta suas pesquisas, e que de maneira surpreendente imbricam-se no nosso *locus* de trabalho: 1) a natureza por si mesmo, como se organizou e funcionou no passado; 2) como os povos produziram bens a partir dos recursos naturais e 3) os aspectos subjetivos que marcam a interação do indivíduos/dos grupos com a natureza: os valores, as leis e os mitos.

As ações empreendidas pelos colonizadores tiveram como objetivo a transformação do meio natural, mas, era a natureza tropical que “ditava” à civilização quais ações seriam necessárias para “dobrá-la”. Almejavam o ouro? Fazia-se necessário penetrar o sertão, cabendo à coroa portuguesa selecionar, delegar poderes, estipular a divisão das riquezas encontradas, contornar desafetos e desviar dos infiéis para, enfim, instituir uma bandeira. Aos bandeirantes que passariam de três a seis meses desbravando caminhos, esboçando os primeiros “mapas” do sertão nas buscas auríferas, cabiam nova arregimentação de companheiros, escravos, mantimentos e muars, Diante de tantos aparatos, necessidades e incertezas, o que lhes valiam era a ânsia de poder e de riquezas.

Alcântara Machado (1943, p. 42), em *Vida e Morte do Bandeirante*, afirma que o destemor dos bandeirantes resultou em *glórias celestiais* já que em seus inventários “chamam de pobreza ao seu patrimônio” e “com justo motivo e não por modéstia”.

Assim, a vida, as produções e os instrumentos de trabalho eram pensados e ordenados em torno da próxima bandeira. O tempo das bandeiras era determinado pelo ritmo dos anseios humanos, pela natureza, e por aqueles que a ela já estavam acostumados, mas vistos como selvagens integrados ao meio hostil, carentes de dominação e doutrinação: os índios.

Isso, de certa maneira, serviu para justificar a demora na ocupação do interior do Brasil: embora as condições ambientais não fossem propícias para o efetivo povoamento de todo o território, com a descoberta das minas auríferas, no século XVIII, as dificuldades passaram a figurar oportunidades, “[...] a busca de novos “descobertos” prosseguia incansável. Todos os anos, ao aproximar-se a estação da seca nos arraiais mais populosos ou mais avançados no interior do sertão [...]” (PALACIN, 1994, p. 26). Isso demonstra que a mineração possibilitou um adensamento populacional e transitório nos *espaços vazios* do sertão.

Como bem pontuou Nísia Trindade Lima (2013), em *Um sertão chamado Brasil*, o sertão nunca esteve vazio, sempre teve *gente*, só que abandonadas pela historiografia construída na costa litorânea, pois os elementos sociais e culturais que definiam o sertão distavam dos parâmetros de civilidade utilizados pela elite. Como observa Naxara (2004, p. 188), a natureza configurava um desafio a mais para a *civilização* do sertão, sendo “descrita como invencível [...]”, onde o homem estava submetido “a um poder maior, um poder que aterroriza”, em que os domínios da técnica e da mensuração ainda não tinham conferido suas transformações, tornando-a mais dócil e servil. O sertanejo era, por natureza, fruto da *condescendência* social que resultou numa miscigenação entre índios, negros e brancos. “A mestiçagem aqui, havia dado origem a um sem número de tipos humanos, diversos na sua aparência, de forma a causar estranhamento ao primeiro olhar, e ao olhar que se (re)nova a cada vez” (NAXARA, 2004, p. 190), que na visão eurocêntrica de viajantes e da elite brasileira do século XIX resultava em uma paleta de cores e costumes sociais e culturais carentes de “civilidade”.

De modo que, entre os séculos XVIII e XIX, nos deparamos com o imaginário construído em torno do território que representa, atualmente, o estado de Mato Grosso e de Goiás, firmados nessa dicotomia entre civilização e barbárie. Desde o ambiente natural e suas oportunidades econômicas aos autóctones – os vários grupos indígenas que

abrigavam os sertões de Mato Grosso e Goiás – as representações são geralmente em torno do controle, domínio, desejo de transformar e modificar o meio natural e suas gentes, em prol de uma racionalidade europeia, um ideal de trabalho, consumo, crenças e simbologias que atendessem os padrões eurocêntricos defendidos pela elite cultural brasileira.

Assim, em seus múltiplos e ambivalentes sentidos, as noções de sertão e fronteira forneceram os elementos-chaves com os quais viajantes estrangeiros e brasileiros do *litoral* produziram a caracterização da *região mato-grossense* como *confins* do mundo *civilizado* e da nação brasileira [...] (GALETTI, 2002, p. 34).

Tais apreciações nos chegaram por meio dos escritos dos viajantes europeus e brasileiros<sup>5</sup>, como por exemplo, Bartolomé Bossi, Francisco de Paula Castro, Luiz D’Alincourt, Joaquim Ferreira Murtinho, Francis Castelnau e Couto de Magalhães, que percorreram o interior do Brasil e que tomavam como referências sociais, econômicas e ecológicas àquelas observadas na Europa ou mesmo nas cidades litorâneas do Brasil. Desse modo, ofereciam um material rico em possibilidades, pois temos a oportunidade de analisar os moldes representativos pelos quais foram julgados os moradores, os autóctones e a natureza do *sertão*. Evidentemente que não foi da maneira mais neutra ou simpática possível, visto que, as gentes e o meio físico ambiental do interior brasileiro em nada se assemelhavam as paragens socioambientais da Europa.

O primeiro choque vivenciado por estes “primeiros” desbravadores foi com a natureza, tão dispares das áreas de florestas latifoliadas, dos mares de morros e do clima ameno e úmido do Sul e Sudoeste do país. O domínio morfoclimático do Cerrado (AB`SÁBER, 2003), apresenta algumas particularidades que somente quem despende de tempo e de calma consegue captar e compreender a dinâmica.

---

<sup>5</sup> Viajantes que percorrem o território que hoje é o estado de Mato Grosso: Bartolomé Bossi. Viaje pintoresco por los rios Paraná, Paraguay San Lorenzo y Cuyabá e el Arino tributário del grande Amazonas com la descripción de la Provincia de Mato Grosso bajo su aspecto físico, geográfico, mineralojico y sus producciones naturales. Paris, 1985; Francisco de Paula Castro. “Relatório da Viagem de Matto-Grosso ao Pará pelo rio Xingu, apresentado ao Ministério de Guerra – 1885 – pelo então Capitão...”. Revista O Archivo. Coleção fac-similar completa – 1904 – 1906. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993; Luiz D’Alincourt. Memória sobre a viagem de Porto de Santos à cidade de Cuiabá. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975; Joaquim Ferreira Moutinho. Notícia sobre a Provincia de Mato Grosso seguida d’um roteiro de viagem da sua capital a São Paulo. São Paulo, 1869; Francis Castelnau. Expedição as Regiões Centrais da América do Sul (Belo Horizonte: Itatiaia, 2000); José Vieira Couto de Magalhães. Viagem ao Araguaia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1863.

Formação geológica entre planaltos e planícies, com duas estações climáticas – verão úmido e inverno seco – bem definidos, o que interfere na organização do cotidiano dos moradores do Cerrado; do manejo do rebanho bovino, festejos religiosos e do aumento ou quase abandono dos núcleos populacionais urbanos. Acontecimentos que foram vistos pelos viajantes como sinônimo de atraso, de credices irracionais e de preguiça, que segundo Bartolomé Bossi – que viajou por Mato Grosso em meados do século XIX – era a principal causa da miséria dos mato-grossenses, “a fome e a miséria são só devidas à preguiça do povo, que ali devia viver na abundância [...]. Lance o governo um olhar de compaixão para aquele povo, e procure lhe dar um remédio eficaz à preguiça, ao contrário terá de vê-lo sempre miserável” (BOSSI, 1865 *apud* GALETTI, 2002, p. 132)

Logo, as dicotomias sociais, culturais e econômicas encontradas entre os moradores do Cerrado e os litorâneos foram creditadas ao atraso, as distâncias e as dificuldades de acesso que a civilização e as normas progressistas tinham para chegar ao sertão. As particularidades ambientais do Cerrado e suas condições que regiam a vivência daqueles que habitavam suas paragens não foram consideradas, não com um olhar positivo pela historiografia tradicional que, conforme Lemes (2015), orientada pelo *olhar estrangeiro* acabou por atribuir aos goianos e mato-grossenses juízos de valor depreciativos – decadente, atrasado, incivilizados.

A descrição geomorfológica feita pelo geógrafo brasileiro, Aziz Ab`Sáber nos ajuda a compreender a monotonia da paisagem do Cerrado, o que pode ter contribuído para o *cansaço* no olhar dos viajantes europeus que circularam por esta paisagem, pois

Trata-se de um conjunto paisagístico inegavelmente monótono, sobretudo no que concerne às suas feições geomórficas e fitogeográficas de tipo banal. No entanto, o domínio dos cerrados apresenta imponentes exceções de padrões de paisagens nas altas escarpas estruturais, onde ocorrem *trombas*, *aparados e tombadores*, a par com *canyons* de diferentes amplitudes e com sítios de águas termais (“águas quentes”) (AB`SÁBER, 2003, p. 19).

Desse modo, aqueles que enfrentavam a monotonia das paisagens do Cerrado ao longo das viagens por Mato Grosso ou Goiás, enxergavam na diversidade geomorfológica da região do Vale do Araguaia, possibilidades de crescimento econômico, explorando as riquezas naturais que havia em fartura naquelas paragens, quer sejam, diamantes, rios

navegáveis, águas termais, água para as plantações e, principalmente, terra a perder de vista.

Lembremos que os grupos indígenas que já viviam na região foram tomados como um entrave ao “povoamento” e desenvolvimento da região. Eram vistos como bárbaros e selvagens e, desde o século XVIII, como “inimigos da civilização”, pois desde aquele século os relatos de ataques indígenas a núcleos populacionais e/ou garimpeiros que se aventuravam nas águas do Garças/Araguaia eram de conhecimento das autoridades administrativas da colônia. “Os índios Caiapós e Bororos já se tornavam insuportáveis com ataques frequentes aos primeiros colonizadores do Brasil Central, região do Araguaia” (VARJÃO, 1985, p. 74)<sup>6</sup>.

No intuito de solucionar tal problema, os presidentes das províncias de Goiás e Mato Grosso somaram esforços e fundaram a Colônia Agrícola e Militar Macedina (1871), denominada Presídio de Macedina, que serviria também, para a catequização dos grupos indígenas. Importante ressaltar que os empecilhos considerados pelos colonizadores da região Centro-Oeste e do Vale do Araguaia, demonstram quais percepções e ambições tinham os “desbravadores” com relação ao meio ambiente e os recursos naturais. Foram as possibilidades de exploração que levaram ao dispêndio de recursos humanos e financeiros, como observado na publicação do *Jornal do Commercio*, de 22 de setembro de 1871.

Goyaz – Noticiamos, não há ainda muito tempo achar-se projectada em Goyaz a fundação de uma colônia que, situada à margem do Araguaia, na linha divisória da Província de Mato Grosso poderá ser o fundamento de uma futura cidade, pelas condições que devem constituí-la o empório comercial de vastíssimas regiões. O Presídio de Macedina, que tal é a denominação do novo estabelecimento, servirá desde já como ponto de apoio, quer para comunicações, quer para a defesa das suas províncias de Goyaz e Mato Grosso, podendo prestar importante auxílio à catequese dos indígenas que povoam as margens do Araguaya e seus afluentes (*Jornal do Comércio*, 22 de setembro de 1871 *apud* VARJÃO, 1985, p. 74).

A garimpagem no Garças e Araguaia datam desde o século XVIII, sendo que os ataques constantes das etnias Caiapó e Bororo, fervorosos defensores de suas terras, é que

---

<sup>6</sup> Valdon Varjão foi escritor, *historiador amador* e memorialista da cidade de Barra do Garças, migrou com a família de Cariús, Ceará, em 1923, atraídos pelas notícias das riquezas proporcionadas pela garimpagem no Araguaia. Constituiu família em Barra do Garças em 1948, engajou na vida política municipal, sendo eleito prefeito por duas vezes (1958-1961 e 1973-1976), deputado estadual (1963-1967) e ocupou a cadeira de senador como suplente de Gastão de Mattos Müller (1980-1981), por esta feita é considerado o primeiro senador negro do Brasil.

teria retardado o efetivo povoamento da região pelos “brancos”. No entanto, com a chegada dos padres católicos da ordem salesiana em 1902 à região, a catequização dos índios foi intensificada e os grupos indígenas “domesticados”, facilitando o contato e povoamento da região do Vale do Araguaia.

As transformações no ambiente aconteceram na medida em que as necessidades dos “civilizadores” do sertão foram se expandindo. Assim, a partir de 1921-1922, quando os garimpeiros eram em maior número, a balsa que servia para ligar as duas margens, as ruas sem calçamentos serviam a calma do transitar interiorano e as choupanas de palhas de buriti, retiradas nas margens dos brejos próximos, davam forma a brevidade dos casebres e, ao mesmo tempo, acalorava as relações de compadrio entre os moradores das duas margens que, na similaridade da vivência áspera buscavam consolo nas ações comunitárias.

A região do Vale do Araguaia teve suas características naturais captadas pelo viés das possibilidades de exploração, de obtenção de riquezas e crescimento econômico. Das tentativas de Couto de Magalhães que, de 1868 a 1888, despendeu esforços e recursos na tentativa de implementar uma efetiva navegação no rio Araguaia, ligando as regiões do Sul-Sudeste ao Centro-Oeste e Norte, de maneira rápida e eficiente (SANTOS, 2007), até a consolidação da exploração diamantífera nos rios Garças e Araguaia entre as décadas de 1920 à 1940.

Observa-se que foram aquelas características que impulsionaram ou nortearam as percepções humanas na organização de suas vivências e seu desenvolvimento social e econômico. Evidente que os moldes de desenvolvimento e vivência que permaneceram incrustados na historiografia local foram os dos colonizadores brancos, o que não permite uma análise, de maneira mais profunda, de como os grupos indígenas compreendiam e organizavam suas relações comunitárias, cívicas e bélicas no ambiente em questão.

Os grupos majoritários – bandeirantes no século XVII, mineradores no XVIII e os garimpeiros no século XX – organizaram e sistematizaram as transformações ambientais que viabilizassem a efetiva ocupação da região. Balsas e canoas eram usadas para facilitar o trânsito de pessoas, mercadorias e diamantes entre as duas margens, numa época em que a natureza ainda se mostrava altiva frente as possibilidades técnicas dos garimpeiros. Fora justamente as pedras preciosas que concorreram para o inchaço populacional de Barra Goiana e Barra Cuiabana em 1933, quando um diamante de nove quilates é encontrado por Joaquim Mendes de Sousa, na margem direita do Araguaia (DINIZ, 2016).



Com o passar dos anos e com as mudanças ideológicas das políticas governamentais, novos incrementos e artefatos foram imprimindo mudanças na paisagem natural da região. Para tanto, o governo instituiu o Plano de Integração Nacional: *Marcha para o Oeste*, criando a Expedição Roncador-Xingu (1938) e a Fundação Brasil Central – FBC (1943) que, anexando os serviços da expedição, tinha como objetivo mapear a região central do Brasil e abrir caminhos que a ligasse ao restante do País. O objetivo era integrar o país, promover sua modernização e industrialização atrelando-as aos planos de efetivo povoamento dos *espaços vazios* das regiões Centro-Oeste e Norte, ocupando o Brasil e explorando suas riquezas.

A busca da conquista do Oeste é apresentada como realização de um destino: juntar o litoral e o sertão, juntar o corpo e a alma da nação. A conquista do território, a expansão para o interior, é o destino que as elites litorâneas devem assumir. É preciso integrar homem e território, realizar um tipo de “imperialismo interno”, cujo exemplo maior foi Rondon (OLIVEIRA, 2008, p. 16).

A intenção do Estado era modernizar as relações econômicas do país, aparelhá-lo à economia de mercado do bloco ocidental, logo, à economia capitalista-industrial. Mas, como a economia mostrava-se “numa curiosa combinação de moderno-arcaico” (IANNI, 1981, p. 136), coube ao Estado intervir nessa promoção. Assim, migração, industrialização e modernização constituíram-se em palavras de ordem entre as décadas de 30 a 70 do século XX.

O que nos leva a considerar com mais atenção as ponderações de Worster (1991), pois nas primeiras décadas do século XX os migrantes que afluíram para a região do Garças/Araguaia percebiam a natureza como “guardiã” de riquezas minerais, cabendo ao homem extraí-la com suor e muita sorte. Não se contava com a sistematização do labor garimpeiro. A partir da década de 1940, com a mudança ideológica significada pela atuação da Fundação Brasil Central na região, as percepções acerca da natureza e de suas potencialidades foram reconfiguradas pelos regionais, seguindo a ordem discursiva que vinha de fora, passaram então a compreender que o meio natural carecia de transformação e de intervenções. O intuito era modificar as feições locais, torná-las atrativas ao capital,

Essa ação do Estado sobre o território e a sociedade carregou, como não poderia deixar de ser, a mística do progresso de que ela seria o avanço da “civilização”. Era claro para os homens públicos – os que estavam no poder -, o desejo de redesenhar o perfil do país e de seus habitantes,

afastando a imagem de “atrasado” e “exótico”, que julgavam herança do período imperial. Desejava-se, a todo custo, construir uma nova nação, o que significava ter controle completo sobre o território e sua população (ARRUDA, 2000, p. 103).

As mudanças na forma de ver a natureza na constituição da nação brasileira devem ser analisadas a luz das transformações ideológicas vivenciadas pela sociedade brasileira. Como expõe Worster (1991, p. 211), as ações dos homens sobre a natureza estão diretamente relacionadas com seu *lugar social*,

Evitando reduzir todos os pensamentos e valores a uma base material, como se a imaginação humana nada mais fosse do que uma racionalização das necessidades do estômago, o historiador deve entender que a cultura mental não brota por si mesma. Uma maneira de entender esse relacionamento é afirmar que as idéias são socialmente construídas e, portanto, refletem a organização das sociedades, os seus tecno-ambientes e as suas hierarquias de poder. As idéias variam de pessoa a pessoa dentro de uma sociedade de acordo com o gênero, a classe, a raça e a região. Homens e mulheres, quase sempre separados em esferas mais ou menos distintas, chegaram a modos distintos – por vezes radicalmente distintos – de encarar a natureza.

Assim, para além das atividades exploratórias e dominadoras da natureza, essa outra forma de ver, contar e cantar o Araguaia pode ter contribuído, por exemplo, para a decisão de mudança do advogado José Mario Guedes Miguez, que trocou o interior paulista pela possibilidade de viver entre o deleite das pescarias e a exploração agrária nas terras mato-grossense: “aqui, moramos na beira do rio; por isso as pescarias são mais constantes. Aliás, diga-se de passagem, o que nos motivou, a mim e a meu irmão, a vir pra cá morar foi este lendário rio, o Araguaia” (MIGUEZ, 1996, p. 45). Miguez chegou à região na década de 1970, advogou, pescou, montou restaurante e escreveu três livros sobre as belezas e as mazelas da região do Vale do Araguaia.

Não é o caso, também, de se tomar tais depoimentos como sendo um exemplo da boa e agradável coexistência entre homens e natureza. Não se deve ser ingênuo e desqualificar e/ou atenuar as motivações de cunho econômico e social que impeliram os novos migrantes. Miguez adquiriu, em conjunto com seu irmão, muitos alqueires de terra próximo ao município de Barra do Garça. Desse modo, é possível concordar com Worster (1991), quando ele afirma que “Devemos presumir que toda cultura contém um leque de percepções e valores variados, e que jamais houve uma cultura que realmente quisesse viver em harmonia total com o seu ambiente”.

Mesmo contrastantes, as ações, vivências, discursos e interferências homem/natureza e natureza/organização humana demonstram o quanto elaborado constitui-se a exploração de um meio histórico, ou seja, o meio ambiente não pode ser esquecido, relegado e/ou desconsiderado, ainda mais, quando nos voltamos para os estudos das regiões “catalogadas” como “selvagens” e “habitat da barbárie”.

Lançando luz à maneira como a natureza foi vista e transformada na região do Garças/Araguaia pudemos avançar na compreensão da formação do discurso representativo e simbólico da região e de seus moradores. Ao acompanharmos as transformações ideológicas que resultaram em transformações econômicas, representativas, simbólicas e sociais, nos deparamos com diferentes percepções acerca da natureza, da sua significância e uso, tanto para os que viviam na região há mais tempo, quanto para os migrantes que chegaram a partir da década de 1970, como bem expressou Zélia dos Santos Diniz (2003, p. 09):

Conto uma estória  
De amor à primeira vista.  
Aconteceu quando  
Aventureiro senhor de meu destino  
Me conduziu  
Por estradas empoeiradas  
Rasgadas em cerrado belos.  
Animais assustados  
Fugiam das máquinas possantes dos automóveis  
Sem perceber que ali estavam  
Pessoas amáveis, apaixonadas.

Portanto, as percepções daqueles que se embrenharam pelos sertões do interior do Brasil estavam encharcadas de ânsia afoita, turvando a vista com um discurso de atraso e precariedade, mas ainda deixava passar a luminosidade da esperança em obter vantagens, de alcançar no leito do Garças/Araguaia uma luminosa pepita ou um bom bocado de terra. À medida que foram transformando o meio, produzindo bens de consumo e ressignificando o viver por meio das águas, do Cerrado e da terra arenosa, que tanto exigiu desvelo e correção, ascenderam a região do Vale do Araguaia como a maior rizicultora do Brasil (VARJÃO, 1985) e reivindicaram para si a promoção dos valores representativos, simbólicos, econômicos e sociais da região do Vale do Araguaia.

## 1.2 - Do Norte se viu o brilho: garimpo e migração nas margens do Garças/Araguaia.

Neste tópico apresentamos o embrião citadino das cidades de Aragarças-GO e Barra do Garças-MT, antes Barra Goiana e Barra Cuiabana, respectivamente. As representações identitárias e sociais dos dois municípios não afluíram no cenário da diferença e do conflito. A fronteira, esta sim, presente desde o princípio não poderia ser negada visto que era constituída por fluídos e volumosos cursos d'água: os rios Araguaia e Garças aformoseavam a dureza, a aspereza dos humildes casebres que se encorpavam as suas margens, dando forma aos povoados de Barra Goiana e Barra Cuiabana.

Compreendemos que lidamos tanto com uma fronteira geográfica, no sentido de separação, de divisas, mas de maneira mais contundente com a fronteira simbólica (PESAVENTO, 2002), pois a formação das cidades de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) não encontraram na divisa geográfica um empecilho para compartilharem suas origens citadinas na exploração garimpeira. Quando os rios faziam a fronteira marcante, obstáculos naturais a serem transpostos diariamente, os dois povoados ancoravam-se na cooperação e no anseio do encontro da riqueza dispostas nos leitos do Araguaia e do Garças. Por certo que a unidade identitária era a do garimpeiro, a maioria migrantes, sôfregos, afugentados pela seca e fome no Nordeste ou da exploração inumana nos seringais da Amazônia.

O contorno garimpeiro, compartilhado pelos moradores de Barra Goiana e Barra Cuiabana conferiu-lhe similaridades, pois os grupos sociais constroem representações e faces identitárias uniformes, e “basicamente, a fronteira cultural aponta para forma pela qual os homens investem no mundo, conferindo sentidos de reconhecimento” (PESAVENTO, 2002, p. 36). Assim, o mundo do garimpo proporcionou a configuração de representações sociais semelhantes entre goianos e mato-grossenses, pois ainda não cabia a diferenciação, as equações de divisão de poder, *status* e distinção. O olhar sobre a margem esquerda refletia a margem direita do rio Araguaia, o reconhecimento do “meu mundo” no *outro* possibilitava a união da fronteira geográfica. Foram as mudanças culturais, a partir de 1943, as transformações de caráter econômico e social, após 1967, que abriram espaço à lonjura cultural e social entre Barra Goiana e Barra Cuiabana.

Salvaguardados à sombra do *sertão* brasileiro, os migrantes nordestinos achegaram na região do Vale do Araguaia a partir de 1921-1922 a procura de diamantes, formando o povoado de Barra Goiana, atual Aragarças (GO), tendo como primeiro morador um certo “Carola” e sua família, seguido por Minervino Machado, acompanhado

de muitas outras famílias de migrantes nortistas (VARJÃO, 1985; DINIZ, 2016) . Em 1933, Joaquim Mendes de Sousa encontra um diamante de nove quilates na margem direita do Araguaia, do lado goiano (DINIZ, 2016). A notícia se espalha com furor e migrantes afluem de todas as regiões às margens dos rios Garças e Araguaia. Acompanhando a garimpagem vieram os denominados capangueiros, compradores de diamantes, comerciantes, prostitutas, aventureiros e toda sorte de indivíduos. Formando o cenário típico das regiões de garimpo – as de Mato Grosso e Goiás inspiraram poesia:

Mato Grosso não tem justiça,  
Nem Goiás e nem Minas,  
A justiça em garimpos,  
É faca, bala ou carabina...  
O delegado mesmo fala,  
A justiça de garimpo  
É trinta e oito, faca e bala.  
(VARJÃO, 2000, p. 173).

É importante observar os “silêncios” na historiografia regional quanto aos primeiros habitantes do Vale do Araguaia: os índios Caiapó e Bororo. Há relatos que mencionam a passagem, ainda no século XVIII, dos bandeirantes que trataram o indígena como uma “infestação de selvagens”. Os grupos indígenas Caiapó e Bororo não foram considerados em suas particularidades culturais, não tendo seu território respeitado pelo homem branco, que os consideravam um entrave à expansão territorial e a conquista do sertão pela *civilização*.

Segundo Regina Beatriz Guimarães Neto (2006), que realizou um estudo sobre as práticas culturais e memória nas cidades que surgiram no leste de Mato Grosso por conta da mineração, a historiográfica mato-grossense optou por “registrar as informações selecionadas” (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 38), “priorizando” as representações que demonstrassem o caráter desenvolvimentista proporcionado pela exploração dos diamantes. “Desta forma, operações descritivas engendram a produção de uma história para as áreas de mineração, com a intenção de demonstrar quadros de desenvolvimento, já previamente considerados” (Idem, p. 38).

Logo, as relações travadas entre os autóctones da região dos rios Garças/Araguaia e os migrantes foi a do conflito, tendo em vista que os indígenas eram tidos como bárbaros e selvagens que dificultavam a exploração diamantífera, cabendo a eles o extermínio ou a catequização. Como evidencia o relato de Varjão (1985, p. 100)

E nesse lugar assombroso, o que se via? Selvas homicidas infestadas de malária e de dezenas de milhares de índios bravios e sanguinários, que só espalhavam horrores em seu “habitat” com suas façanhas tremendas, inacessíveis à civilização, praticando, de quando em vez, verdadeiras chacinas contra os civilizados.

A afirmação de Varjão exemplifica que “quando os povos indígenas aparecem no discurso dos que tomam para si o encargo de relatar os primórdios da ocupação do leste, produzindo-se a imagem/face do território sob o poder dos desbravadores, perpetua-se uma memória do tempo passado marcada pelas atrocidades e selvagerias” (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 37). Para compreender essa representação faz-se necessário observar as determinações legais acerca dos indígenas; em 1910 fora criado o Serviço de Proteção ao Índio e Trabalhadores Nacionais – SPILTN (em 1918 passa a ser só SPI- Serviço de Proteção ao Índio), “que tem entre seus objetivos a racionalização do processo de incorporação dos territórios e das populações indígenas à sociedade brasileira” (BIGIO, 2007, p. 13-14). Ou seja, caberia ao Estado orientar, regular e mediar essa “incorporação” territorial e cultural entre “civilizados” e “silvícolas”, até que estes estivessem imersos nas práticas econômicas, sociais e culturais da nação brasileira.

Assim, o início do fluxo migratório para a região do Garças e Araguaia estão diretamente ligados a construção da “necessária Colônia Agrícola e Militar para a catequese, denominada Macedina” (VARJÃO, 1985, p. 74). O presídio de Macedina, como era conhecido a colônia, representou um esforço conjunto dos presidentes das províncias de Goiás e Mato Grosso no intuito de proporcionar segurança e incentivar a ocupação do território por aqueles que eram tidos como “civilizados”. Como observa Guimarães Neto (2006), os relatos históricos de Mato Grosso tendem a destacar as formações cidadinas oriundas da exploração diamantífera e as inúmeras dificuldades encontradas pelos colonizadores no intuito de imprimirem a ordem civilizatória em território inóspito e “infestado por índios bravios”.

De modo que, a constituição urbana de Barra Goiana e Barra Cuiabana não foge à regra, sendo suas narrativas históricas permeadas pela bravura, persistência e coragem dos colonizadores que enfrentaram as adversidades naturais do sertão e a *barbárie* dos índios Caiapó, Bororo e Xavante.

Há duas narrativas acerca da fundação do povoado de Barra Cuiabana, as duas remetem aos auspícios da garimpagem. No entanto, numa delas prevalece o caráter moralizante, próprio das narrativas míticas: conta-se que um velho garimpeiro, já

próximo da morte, chama sua numerosa prole para declamar os bens a serem deixados a cada um. Dispondo apenas de um pequeno pedaço de terra o deixa a todos os filhos, acrescentando que havia enterrado ali uma garrafa cheia de ouro e joias. Aquele que a encontrasse poderia ficar com toda a riqueza. Muitos foram os anos que os filhos passaram revolvendo a terra a procura da garrafa. Como tardava o abastado encontro, foram semeando e cultivando a terra, vendendo sua produção e provendo o sustento de todos, ou seja, o tesouro constitui-se no trabalhar a terra, não nos diamantes (VARJÃO, 1985). Nos será caro essa lógica do *trabalhar a terra* em capítulo vindouro.

A segunda narrativa conta que, no ano de 1871, os ex-combatentes da Guerra do Paraguai, Marcos Afonso e seu Pai Simião da Silva Arraya, encontraram pedras preciosas às margens do rio Garças, tantas que encheram uma garrafa. Atacados pelos bravos índios bororos, enterraram a garrafa próximo de uma pedra, no intuito de resgatar o tesouro assim que os indígenas abandonassem o local. Quando retornaram as chuvas haviam removido o cascalho, sobrando apenas a pedra, na qual fizeram a inscrição: *S.S. Arraya, 1871*, que por sua vez foi tombada como patrimônio público municipal. A pedra foi retirada da foz do Garças com o Araguaia e transferida para a Praça Tiradentes, ao lado da prefeitura da cidade de Barra do Garças – como símbolo de sua origem garimpeira (VARJÃO, 1985).

Como observa Michael Pollak (1989; 1992) e Maurice Halbwachs (1990), as referências do passado servem para orientação e coesão social no presente, configurando uma memória coletiva em que os membros se sentem integrados e participantes. Barra Cuiabana buscou nas personalidades do mundo garimpeiro, destacando sua ousadia e coragem, suas bases identitárias, o que possibilitou às gerações futuras as mesmas qualidades, justificando os monumentos erigidos na cidade em homenagem ao período, como a pedra S.S. Arraya, o garimpeiro na praça principal e o brasão na bandeira do município. São esses elementos que colaboraram para a construção de uma identidade individual e coletiva destemida, que não se abate frente às dificuldades e que usa as transformações ideológicas para projetar seu desenvolvimento.

Nos relatos memorialistas de Barra Cuiabana (VARJÃO, 1985; 2003; DINIZ, 1991; 2016), o povoamento teve início em 1924, com a chegada de Antônio Cristino Côrtes e Francisco Dourado, acompanhado de suas famílias e muitos outros garimpeiros. Antônio Cristino Côrtes é lembrado como destemido e bravo. Foi professor primário da cidade de Santa Maria do Araguaia no norte goiano, hoje estado do Tocantins, debandou numa excursão ao Rio das Mortes, a convite de dois intrépidos pernambucanos – Antônio

Matias e Camerindo Matias –, pois haviam notícias da existência de grande quantidade de Mangabeiras, árvore da qual se extraía látex, produto de grande valor econômico na época.

Em 1916, Antônio Cristino Côrtes inicia grande amizade com o engenheiro agrônomo José Morbeck, líder dos garimpos de toda a região Leste de Mato Grosso, homem de muita influência política e notável poder nas zonas garimpeiras. Cristino Côrtes, em 1924-1925, embrenha-se numa nova aventura: a garimpagem no rio Garças, obtendo grande sucesso empregando suas rendas na formação de fazenda de gado e lotes de terra para garimpagem. Como dono de garimpo, Cristino Côrtes envolve-se em um dos conflitos mais sangrentos dos garimpos do Garças e Araguaia: a revolução Morberck versus Carvalinho no ano 1925, assunto que trataremos adiante.

A instalação do garimpo de Antônio Cristino Côrtes colaborou para a chegada constante de novos garimpeiros, que foram sendo organizados por ele; determinando o traçado de ruas, locais de construção das choupanas, delimitação das terras devolutas e áreas agricultáveis, tomando para si a gerência do povoado. Tanto assim, que solicitou de um amigo comerciante, Emiliano Costa, residente em Registro do Araguaia (hoje Araguaiana), a instalação de um armazém na currutela. Emiliano designou seu cunhado, João Souza, e o ajudante de balcão, Antônio Paulo da Costa Bilego, para a empreitada de vender produtos de primeira necessidade e comprar diamantes em Barra Cuiabana (Varjão, 1985). Não obstante que, Antônio P. C. Bilego construía importante carreira política e social na futura Barra do Garças-MT, juntamente com a descendência de Antônio Cristino Côrtes.

De acordo com o relato do memorialista Valdon Varjão (1985), Antônio Cristino Côrtes tomou para si a incumbência de administrar o povoado de Barra Cuiabana,

A sua sonhada cidade, que teria como protetor o Santo Antônio, começa a florir com as primeiras casas construídas, abrindo ruas, marcando quadras, distribuindo lotes, fazendo sacrifícios, às vezes deixando os seus afazeres, quando solicitado. Ali, de balisa em punho, bancando o engenheiro, arquiteto da época, construiu a Avenida que hoje recebe o seu nome. Além daquele mister, era o Juiz, mediador em todas as questões, justiceiro, não regateando para dar suas opiniões; era um destemido à toda prova, sóbrio, seguro dos seus atos, excessivamente elogiáveis. Tinha predileção pelo garimpo. (VARJÃO, 1985, p. 35).

No garimpo, a personificação da justiça em uma só pessoa, no caso, em Cristino Côrtes, constituiu-se características *sine qua non* das zonas de garimpagem no sertão



brasileiro. As grandes distâncias entre os garimpos e os centros administrativos legais faziam com que a justiça, a ordem e a punição fossem deferidas por aqueles que detinham maior poder econômico e carisma social. No emaranhado de sotaques e frenesi da ânsia por riqueza ao mover da bateia, sem os aparatos legais da justiça para regulamentar, coagir e delegar direitos e deveres é certo a emergência do líder local, personificação de todo o aparato legal, da ordem e da lei.

A narrativa histórica da constituição do povoado de Barra Goiana também é firmada pela ação garimpeira: a esperança de enriquecer num golpe de sorte, com a descoberta de uma grande pepita de ouro ou de uma pedra de diamante impulsionaram os fluxos migratórios no Brasil desde os tempos da colônia. A febre do ouro não se extinguiu por vacinação, perpetuando-se ainda nos tempos modernos da nação independente e progressista.

Barra Goiana, na margem direita do rio Araguaia, foi formada sem nenhuma preocupação urbanística. Migrantes, em sua maioria baianos e maranhenses, como a família de “Seu Carolo” e de Minervino Machado, primeiros garimpeiros a fixarem morada nas margens do rio Araguaia em 1924, residiam em choupadas, construídas com madeira e palha, parco abrigo contra as intempéries do tempo. Fato é que o povoado nasceu de uma invasão da fazenda Jaraguá cujo proprietário, Sr. Pio de Barros, outro migrante baiano, que de tropeiro tornou-se grande fazendeiro residente em Bom Jardim de Goiás-GO, não permitia a exploração garimpeira em suas terras. Como a cobiça e os sonhos são destemidos por natureza, Barra Goiana continuou sua expansão e cada vez mais pessoas fixaram-se nos barrancos do rio Araguaia e se dedicaram a garimpagem.

Em 1933, o garimpeiro Joaquim Mendes de Sousa encontra um diamante de nove quilates na margem direita do rio Araguaia. A notícia se espalha e a região de Barra Goiana e Barra Cuiabana experimenta novo surto migratório. Entre garimpeiros e capangueiros, como eram chamados os compradores de diamantes, vieram também maior número de comerciantes que abandonaram o povoado de Deixado (hoje Araguaiana), promovendo o crescimento populacional e agitando novamente os povoados de Barra Goiana e Barra Cuiabana.

Tanto que, em 1936, os comerciantes Pedro Martins e Rafael Cardoso, que mantinham casa comercial em Deixado e Barra Cuiabana, empreenderam a construção de uma estrada que ligaria o povoado de Barra Goiana à Bom Jardim de Goiás-Go e à Caiapônia-GO. Em 1937, já era possível o trânsito de caminhões que chegavam carregados de mercadorias vindas de Uberlândia-MG (DINIZ, 2016).

Barra Goiana foi ganhando corpo, mais casas de palha, taipa e abobe foram construídas dependendo das condições e das intenções daqueles que se achegavam à região; os garimpeiros mais afoitos, orientados pela maré das pedras, construíam suas choupanas de palhas bem próximas ao barranco do rio, pois, em caso de enchente ou mudança, não se ressentiam e seguiam no balançar das canoas. Aqueles que possuíam o intuito de fixar morada, cansados das rotas migratórias ou crentes na sorte da bateia, construíram morada mais sólida, dando o tom desordenado a organização urbanística que nascia. Não havia traçado certo para as ruas, mas a invasão da fazenda Jaraguá se concretizava e o Sr. Pio de Barros não obtivera sucesso na tentativa de expulsá-los.

A construção da igrejinha, em homenagem ao Senhor Bom Jesus da Lapa, padroeiro do povoado, atesta a procedência dos moradores, “a maior parte da população era de devotos do Senhor Bom Jesus, vindos da Bahia” (DINIZ, 2016, p. 28). Assim, estava consolidado o novo povoado da região garimpeira, que teve maior expansão populacional devido ao fato de que no povoado vizinho, Barra Cuiabana, o fundador Antônio Cristino Côrtes determinava as características das casas a serem construídas pelos novos migrantes que chegavam à margem esquerda do rio Araguaia: as casas deveriam ser de adobe, não poderiam ser feitas nas margens do rio de forma desordenada visto que, Cristino Côrtes já havia desenhado um *croqui* urbanístico para o novo núcleo populacional,

Entre os anos de 1926 até 1933, decorre um período de paz na região, com uma população reduzidíssima, que só veio a ter maior desenvolvimento com a descoberta do garimpo da praia e o achado de um diamante de 10 quilates por Joaquim Mendes de Souza (Joaquim Guardiato), época de grande afluência garimpeira, que fez iniciar-se a povoação da margem oposta ao rio (hoje Aragarças), motivada com a invasão da fazenda Pio Barros, uma decorrência da exigência que os habitantes de Barra do Garças impunham aos garimpeiros chegantes (fato continuado em nossos dias e que está novamente provocando um maior povoamento em Aragarças) (VARJÃO, 1985, p. 80).

O relato acima deve ser observado com cautela, pois marca uma nova fase na narrativa histórica das duas cidades, naquele momento povoados, cuja gênese foi o garimpo, mas que foram ganhando novos contornos com o passar dos anos e, principalmente, com os novos empreendimentos que chegaram à região do Vale do Araguaia a partir de 1943. Escrito em 1985, o enunciado despendeu os ideais de distinção desenvolvidos por Barra Cuiabana, posteriormente, Barra do Garças, no intuito de posicionar-se como a detentora do poder legitimador político, econômico e social da

região. Não podendo, portanto, respaldar o momento histórico de 1933, pois como já apresentamos, “as duas cidades tinham, no começo, o mesmo *status*” (LIMA FILHO, 2001, p. 81), Varjão usou a tentativa do arranjo urbanístico empreendido por Antônio Cristino Côrtes na intenção de ressaltar a suposta organização urbana que a cidade de Barra do Garças teria experimentado desde o começo.

No entanto, no ambiente húmico do garimpo esta distinção não foi tida como marca de *status* social ou mesmo de diferenciação entre seus moradores mesmo porque, as duas margens tendo traçados regulados nas ruas e a obrigatoriedade de casas de adobe ou não, compartilhavam a rudeza e a austeridade da vida garimpeira,

Os sertanejos que se encontravam na região da Barra Cuiabana e da Barra Goiana, viviam nas margens dos rios Garças e Araguaia em pequenos ranchos construídos com folhas de piaçava e com o mínimo de infra-estrutura necessária para garantir a sobrevivência. As condições desses homens eram precárias, viviam da pesca, da caça e do que produziam nas pequenas roças que cultivavam e das trocas eventuais com uma população itinerante de garimpeiros. Esse modo de vida dos sertanejos era resultado de uma série de limitações impostas pela condição histórico-cultural em que viviam (RIBEIRO, 2004, p. 59).

Desta forma, os sentimentos eram mais compartilhados do que disputados. No cenário garimpeiro, cada morador era um recém-chegado, suas origens não eram daquelas paragens, não havia sentido e nem necessidade de se distinguirem pelo material usado na construção das casas e no traçado das ruas, pois o que os unia era a ânsia de enriquecer num golpe de sorte, num mover da bateia enxergando no brilho da pedra a transformação repentina de suas vidas. Não haviam condições de formações identitárias vinculadas a localidade, aos povoados em questão, a identidade coletiva partilhada em Barra Goiana e Barra Cuiabana ainda era a do garimpo, da incerteza, da espera e do sonho.

Chamamos atenção para o amálgama identitário que marca a constituição do povoado de Barra Cuiabana, pois os migrantes que afloraram nas zonas garimpeiras, nas primeiras duas décadas do século XX em Barra Goiana e Barra Cuiabana, diferem daqueles que “descobriram” estas terras: os bandeirantes do litoral, paulistas em sua grande maioria. A nova “bandeira” para *Oeste*, neste primeiro momento, foi composta por maranhenses, pernambucanos, baianos, mineiros e goianos. Em suma, de sertanejos que,

com aparência de fracos e cansados, eram fortes, resistentes, duros e audaciosos, pois não se deixavam vencer pelas dificuldades impostas pelo sertão. Foi com a determinação desses homens que o sertão foi sendo modificado, a partir de todo um processo de exploração desordenada do garimpo, pelo desmatamento que dava lugar à formação de pastos, de roças para produção de cereais de primeira necessidade e pela construção dos ranchos que foram aparecendo, principalmente nas proximidades dos rios Garças e Araguaia, locais próximos de onde se concentravam os homens que se dedicavam à exploração dos garimpos (RIBEIRO, 2004, p. 68).

O que justifica nossa interpretação da identidade e da representação do mundo garimpeiro de Barra Goiana e Barra Cuiabana como refletidos nas águas dos rios Garças e Araguaia, fluídas e sem barreiras de distinção. Isso porque, como nos adverte Stuart Hall (2006), a formação da identidade no mundo moderno se dá de maneira fragmentada, deslocada e descentrada. Não sendo diferente com os migrantes nortistas ao se constituírem garimpeiros a beira do Garças e Araguaia que, no tempo da peregrinação pelo sertão deixaram e/ou adotaram novas vivências, meandros que os possibilitaram sobreviver as intempéries da ação migratória, que não se solidariza com as saudades da terra natal, dos laços culturais ou de parentescos. Fez-se necessário ao migrante a constituição de um novo ordenamento da realidade, das representações do mundo e de traços que os ligassem aquele novo local de *origem*.

Desta forma, aqueles que foram constituindo Barra Goiana e Barra Cuiabana construíram seu mundo por meio do garimpo, das vicissitudes deste ambiente, ordenando a representação de *si* e da realidade coletivamente através das bateias, no compartilhamento das tragédias, violências e carências deste ambiente simbiótico, capaz de absorver resquícios identitários sem os diluir por completo, mas sim, os encharcar da nova realidade que dá coesão, sentido e organização ao mundo dos indivíduos que foram, a cada nova leva de migrantes, arquitetando cidadãos e vigas de sustentação de Barra Goiana e Barra Cuiabana.

A trajetória historiográfica de uma região que abrigou uma mescla populacional tão diversa não poderia ser erigida sem conflitos. A denominada Revolução Morbeck e Carvalhinho, um dos conflitos armados mais violentos vivenciados as margens dos rios Garças e Araguaia, foi um exemplo. O conflito, responsável pelo esvaziamento populacional dos povoados de Barra Goiana e Barra Cuiabana no período de 1924 a 1925, teve como principal motivo a disputa pelo poder de comando nas zonas garimpeiras do rio Garças.

Também conhecida como “guerra entre baianos e maranhenses” a disputa evidenciou as ondas migratórias que os garimpos do leste mato-grossense receberam no início do século XX. Além de demonstrar a ineficiência do poder estatal nos garimpos do Garças, a revolução escancarou as lutas coronelísticas que se desenrolaram na região de Alto Araguaia, Barra do Garças, Poxoréo e Guiratinga.

Os protagonistas do litígio: José Morbeck e Manuel Balbino de Carvalho (Carvalhinho) não se conheceram no calor dos fatos. Pelo contrário, guardavam uma amistosa e lucrativa amizade, “como vocês observam, Morbeck tinha em Carvalhinho, pessoa de confiança e lealdade. Nessa ocasião eram até compadres e não reinava entre eles qualquer discórdia, pois, nessa ocasião eram sócios em estabelecimento comercial” (VARJÃO, 2000, p. 197).

Morbeck, engenheiro agrônomo, foi nomeado Diretor da Repartição de Terras, Minas e Colonização de Mato Grosso, em 1913. A Região já era conhecida pelo engenheiro desde 1903, quando adquiriu, nas proximidades do Garças e Araguaia, a fazenda Patagônia. O periódico carioca *O Jornal*, de 24 de dezembro de 1924, apresentou aos leitores uma extensa matéria denominada, “O rio das Garças: no alto sertão de Matto Grosso, a 750 kilometros do eixo da Noroeste, a Califórnia rediviva”, com fotos e longas descrições sobre os destemidos migrantes garimpeiros – “bandeirantes maranhenses, bahianos e goyanos” – que povoavam o sertão do país, destacando a atuação do engenheiro José Morbeck na ocupação dos garimpos do Garças em 1904, quando Morbeck realizara a compra de terras por 18 mil réis, que segundo o jornal “foi a primeira transação desse gênero que se realizou nos sertões do Alto Araguaya”(O Jornal, p.02 24/12/1924).

Na mesma edição há editorial assinado por Assis Chateaubriand – relatando a logística que envolvia a venda dos diamantes desde o garimpo até chegar à mesa dos grandes compradores/exportadores no Rio de Janeiro – descrevendo que “Morbeck age ali beneficemente por (ilegível). A sua autoridade fez imperar um regime de estabilidade social e ordem, onde poderia dominar a violência e a anarquia das paixões”. Chateaubriand afirma que não há “garimpeiro que não abandone o garimpo, afim de pôr-se cegamente ao serviço dele” (Idem, p. 01-02). O que explica os meandros adotados pelo governo do estado na intenção de minar o poder de José Morbeck na zona de garimpagem do leste de Mato Grosso. As notícias veiculadas no âmbito estadual e nacional até 1924 sobre José Morbeck, o destacam como um herói, desbravador do sertão e “grande propulsor do engrandecimento daquela zona” (A Notícia, 09 de outubro de 1924).

De acordo com a matéria de *O Jornal*, José Morbeck exerceu grande influência e poder nas regiões garimpeiras de todo o leste mato-grossense devido ao descaso do governo estadual para com a região do Garças e para com os garimpeiros,

O governo do Estado de Matto Grosso em nada tem feito para auxiliar o desenvolvimento da mineração no rio das Garças. A sua ação é, meramente negativa e imprimida por subalternas preocupações de um estúpido bairrismo, que o leva a perseguir os heroicos bahianos e maranhenses, os destemidos desbravadores dos sertões mato-grossenses (O Jornal, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1924).

Por sua vez, os garimpeiros viam no “doutor” um líder e mandatário que regulava, ordenava e delimitava as leis e a ordem no ambiente acalorado do garimpo. Morbeck consubstanciou-se dirigente de toda a horda garimpeira. Com a descoberta de novas lavras diamantíferas (Bandeira, Lageado, Cassununga, Pombas), Morbeck resolveu nomear homens de sua confiança para fiscalizar e dar ordenamento nessas localidades, um deles foi Manuel Balbino de Carvalho – o Carvalhinho, amigo e sócio de Morbeck numa casa de comércio em Santa Rita do Araguaia (hoje Alto Araguaia). Desta forma, de 1913 até 1925, a relação entre Morbeck e Carvalhinho foi das mais amistosas e lucrativas para ambos.

Nesse período a exploração do diamante no Leste de Mato Grosso ainda utilizava processos e técnicas herdados do período colonial, pois, “nos garimpos de diamantes de Mato Grosso, esses processos manuais, com ferramentas simples, perduraram até meados da década de 1970. Em muitos lugares os processos rudimentares permaneceram coexistindo com a mecanização...” (BARROZO, 2007, p. 82). A *grupiaras*<sup>7</sup> foi o tipo de garimpo predominante no leste mato-grossense. Mesmo não contando com os avanços técnicos a extração diamantífera em Mato Grosso para o período rendia em média vinte mil contos de réis anualmente<sup>8</sup> sem o pagamento dos impostos (10%) exigidos pelo governo. Segundo Barrozo (2007), desde os tempos coloniais o contrabando de diamantes e ouro eram frequentes e não cessaram, “os meios mais utilizados eram esconder o diamante em coronhas de armas, em santos ocós [...], em sacos de mantimentos e no cabeçote da sela, que era oco” (Idem, p. 70).

---

<sup>7</sup> O serviço começa com a limpeza da área, retirando-se a camada vegetal mais alta. A seguir faz-se o desmonte, que pode ter de seis a dez metros de profundidade. Depois se limpa e aplaina a superfície, o terreiro, para depositar o cascalho. Para que a água da cátedra saia, abre-se um canal de drenagem para fora da mina, na parte superior.

<sup>8</sup> O Paiz, Rio de Janeiro, 09 e 10 de março de 1925.

De modo que, as relações entre Morbeck e o governador do estado de Mato Grosso, Pedro Celestino, eram amistosas, tendo em vista as contribuições daquele para a manutenção de um ambiente ordeiro nas zonas de garimpagem. As desavenças entre José Morbeck e Pedro Celestino, tiveram início quando o poder e os interesses de Morbeck passaram a interferir na organização estatal das áreas mineradoras.

Há dois relatos que explicam a origem da contenda, segundo Varjão (1985; 2000) e Morbeck Filho<sup>9</sup> (2007), o desacordo teria começado em 1915, quando Morbeck – escalado pelo governo estadual para conceder um parecer sobre a região das minas diamantíferas que seriam entregues a exploração exclusiva de uma multinacional inglesa, a Cia Industria e Comércio – recusa a tarefa e ainda ameaça iniciar uma revolução caso a medida fosse adiante. Morbeck alegou que a concessão desabrigaria, usurpando o local de sustento, de pelo menos 15 mil garimpeiros que há muito tempo residiam às margens dos rios Garças e Araguaia. Tendo a ousadia de telegrafar ao governo: “Ou cai a concessão ou explode a revolução”. O governador, Pedro Celestino, tomando consciência do poder exercido por José Morbeck junto aos garimpeiros de toda a região Leste de Mato Grosso declina da proposta inglesa.

Barrozo (2007), afirma que a tentativa de monopólio na exploração diamantífera foi dada a dois grandes fazendeiros, Moraes Delgado e a Antonio M. Moreira. O que teria causado a revolta de Morbeck e a arregimentação da “Liga dos Garimpeiros do Garças, confirmando as ameaças de Morbeck para com o governo – o motivo não seria salvaguardar o local de sustento dos garimpeiros e sim a cobrança de impostos sobre a produção dos garimpos do leste – e a recuada do poder estatal que “passou muitos anos sem poder cobrar taxa ou imposto algum sobre a extração de diamante nos garimpos do leste” (BARROZO, 2007, 64).

Ao cabo de uns cinco anos, quando a garimpagem já ia assumindo proporções importantes, o governo de Matto Grosso, em 1910, lembrou-se de fazer uma escandalosa concessão das minas de diamantes do Garças ao dr. Moraes Delgado. Este que nada entendia da mineração, apenas tentou em vão vender a sua concessão a algum sindicato estrangeiro. Nada conseguiu, e a concessão afinal caducou

---

<sup>9</sup> Milton Pessoa Morbeck Filho é neto do engenheiro José Morbeck, e mantém uma página na internet onde, segundo ele, esclarece os verdadeiros motivos e fatos ocorridos na denominada Revolução Morbeck versus Carvalhinho, devido as grandes injúrias sofridas pelo avô. “Como seu neto e admirador, dedico este estudo feito com muito esforço e simplicidade à memória de Dr. José Morbeck. Ele foi um herói dos sertões matogrossense na década de 20. Homem injustiçado e perseguido por alguns, mas querido e admirado por muitos no velho leste (hoje sudeste) de Mato Grosso”. In <http://www.morbeckxcarvalhinho.com.br/index.php?ver=pagina&cod=29> acessado em 16/04/2018.

[...]. Feita segunda concessão pelo Estado ao coronel Manoel Moreira [...] o resultado foi idêntico ao da primeira concessão (O Jornal, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1924).

O que nos faz inquerir que o motivo oficial da revolta, a concessão exclusiva da mineração do rio Garças a multinacional inglesa, foi apenas uma das narrativas na historiografia oficial de Mato Grosso, pois o embate entre Morbeck e Carvalhinho desenvolveu-se em 1925, e nesse meandro de tempo Morbeck emergiu como a entidade administrativa na região do garimpo, negando e mesmo passando por cima das ordens do governo estadual. O leste mato-grossense compunha seu reduto administrativo, pois a Liga Garimpeira, personificada na sua figura, toma para si as gerências das ações mais corriqueiras do cotidiano garimpeiro, evidenciando a ineficiência do poder estatal, onde as forças reguladoras e punitivas não assombravam tanto quanto a palavra de José Morbeck.

Desejoso de reaver o poder no leste de Mato Grosso e sabendo da cobiça de Carvalhinho, o governador Pedro Celestino traça um plano para minar o poder de Morbeck e restabelecer o poder estatal nas zonas de garimpagem do Garças: a primeira ação é a nomeação de Carvalhinho como Delegado especial da região das minas do Garças. “Sentindo-se traído pelo governador, Morbeck atacou Santa Rita do Araguaia com 300 homens armados e incendiou a casa comercial de Carvalhinho, que fugiu para Goiás... (BARROZO, 2007, p. 64).

O estopim para o ataque armado entre os grupos de Morbeck e Carvalhinho aponta para uma briga em um lupanário no garimpo de São Pedro, entre baianos e maranhenses, que resultando na chacina de 18 maranhenses, aqueles recorreram a Morbeck por justiça, não sendo possível negociação amigável. Desencontros e sede por poder contribuíram para a formação das duas facções rivais.

O fato foi amplamente noticiado pela imprensa, como demonstra a reportagem do jornal *O Paiz*, Rio de Janeiro, 09-10 de março de 1925, “Na região fabulosa dos garimpos: através da palavra do coronel Pedro Celestino, presidente de Matto Grosso, conhecemos os antecedentes e pormenores do trágico encontro entre maranhenses e bahianos”.

Na versão do governador, o leste de Mato Grosso era “um Estado dentro do próprio Estado” e José Morbeck, aproveitando-se do fato de ter sido um dos primeiros a chegar na região, “cultivou esse prestígio ampliando-o até tornar-se o chefe único de



todos os garimpeiros e a autoridade única de toda região já habitada por milhares de pessoas”.

O depoimento de Pedro Celestino demonstra o quão pernicioso foi o esquecimento deferido à região Leste do Estado pois, além dos prejuízos financeiros – Morbeck determinava o não pagamento dos 10% sobre a produção diamantífera da região – os defensores de Morbeck na imprensa nacional levantavam desconfianças quanto as intenções do governo estadual, classificando-o como opressor e perseguidor daqueles que buscavam o desenvolvimento e progresso da região,

O Dr. Morbeck é um destes homens que se erguem nos sertões brasileiros como representantes, em dado momento, das aspirações de uma região e de um povo ao qual so impõem por duas únicas forças – a desambição e o sentimento de justiça – [...] todos o respeitam, porque naquele tumultuar vertiginoso de ambições é ele uma garantia de ordem, uma palavra serena de justiça (O Paiz, 13 de março de 1925).

Não fora Morbeck, esse “demiurgo fantástico dos sertões matto-grossenses”, que fascina e subjuga os garimpeiros do “Rio das Garças” – certamente as golcondas de Matto Grosso jaziam ainda agora inexploradas. Em que pensem, porém, as administrações políticas do Estado, a ação de Morbeck não tem sido mais eficaz e mais completa, devido, mesmo, a certa mesquinha política que tenta, debalde, anular o prestígio desse homem que vive consagrado no coração de um povo (SACRAMENTO, Adalberto Azedo para O Jornal, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1925).

Segundo as publicações estaduais tais ações justificavam a necessidade de reaver o poder de influência e gestão junto aos garimpeiros – mesmo que fosse por meio da violência e truculência – impondo a ordem e o crescimento ordenado a região. *O Pharol*, publicação mato-grossense, de 21 de abril de 1925 iniciou uma série de reportagens sobre a revolta intitulada “O engenheiro José Morbeck ainda perturba a paz no Garças”, definindo Morbeck como “portador de um espirito sanguinário e perverso”. *O Republicano* adverte que, “O dr. Morbeck, pelas colunas do “O Jornal”, prossegue nos ataques ao cel. Pedro Celestino, mostrando a sua ingratitude para com os seus melhores amigos (O Republicano, Cuiabá, 25 de outubro 1925).

No intuito de concretizar a ação de impor o poder na região garimpeira o novo governador de Mato Grosso, Mário Corrêa da Costa, em 1926, fez retornar à Cuiabá a tropa que serviu de auxílio a Carvalhinho e nomeia um enérgico chefe de polícia: Waldomiro Corrêa da Costa, para o município de Santa Rita do Araguaia. Para delegado Especial do Garças e Araguaia, o desembargador Custódio Asclepiades.

Carvalhinho, não conseguindo apoio junto ao novo governador, Mário Correia da Costa, refugiou-se em Pombas (hoje Poxoréo). Depois de perseguido, preso e humilhado em praça pública, em franca demonstração da retomada do poder do governo estadual junto as zonas de garimpo, é posto em liberdade quando da revolução de 1930 – ascensão de Getúlio Vargas ao poder (BARROZO, 2007).

José Morbeck, tendo exaurido seus recursos, buscou refúgio em sua fazenda dando por encerrada a contenda e ainda gozando de algum prestígio na região. “No Garças ficou Morbeck, como um tigre ferido, machucado e derrotado algumas vezes, mas jamais vencido” (MORBECK FILHO, 2007).

A região dos povoados Barra Goiana e Barra Cuiabana, onde Morbeck montou seu quartel general em 1925, no aguardo de armas e munições que viriam do Rio de Janeiro, sofreu um esvaziamento populacional vertiginoso, comprometendo o desenvolvimento do inócuo povoamento. Os populares fugiram da contenda por medo de serem obrigados a aderirem a luta em um dos lados belicosos. Os comerciantes ou qualquer que cultivasse um pedaço de terra para seu sustento fugiram, devido ao confisco dos gêneros para abastecer a tropa estadual que prestava auxílio a Carvalhinho.

Ocorria naquela época que os suprimentos para as forças do governo, principalmente para a alimentação destas, eram conseguidos através de requisições aos empórios locais, lavouras e fazendas, dificilmente ou jamais pagas pelos órgãos requisitantes. Exauridas ou aniquiladas pelas sangrias das constantes requisições, as casas de comércio e os fazendeiros mudavam-se em busca de melhores localidades, ao lado dos garimpeiros emigrantes. Muitos buracos foram abertos nos campos de cerrados ou nas matas, dentro dos quais eram escondidos móveis e pertences de moradores ou mercadorias das casas de comércio, cujos donos, depois de cobri-los e disfarçá-los muito bem, os abandonavam fugindo para outros lugares (MORBECK FILHO, 2007).

Novamente em 1936, o garimpo e a descoberta de uma pedra de nove quilates na praia direita do rio Araguaia, concorreu para o adensamento populacional dos povoados, mas dessa vez as *boas novas* do sertão atraíram, também, os migrantes do Sudeste, além dos já conhecidos nordestinos e nortistas. Eram os promotores da “verdadeira brasilidade” que firmados no ideal do progresso positivista lançaram mão de um aparato técnico racional no intuito de, sob a luz da eficiência e eficácia da razão, dar cabo ao gargalo da integração nacional.

Neste intuito, estados como Mato Grosso, Goiás e Amazonas receberam acentuada atenção do governo federal na primeira metade do século XX. Ações que

transformaram os cenários geográficos, políticos, econômicos e sociais da região do Vale do Araguaia e Garças. O jogo de poder iniciado pelo governador Pedro Celestino e a imposição do controle estatal na região do garimpo do Garças-Araguaia, demonstraram a necessidade do governo de Mato Grosso possuir maior controle ou mesmo integração com os chefes políticos locais. A modernização foi se achegando ao sertão, dando novos contornos as relações econômicas e políticas.

Todavia, o modelo coronelístico e as relações sociais orientadas pelos detentores do poder econômico – latifundiários e donos de garimpos – não sofreram alterações significativas, mantiveram-se e compuseram a base para as futuras relações de prestígio e poder social na região em questão (LIMA FILHO, 2001).

### 1.3 - Marcha para Oeste: os novos bandeirantes, emancipação e interdependência de Aragarças e Barra do Garças.

Barra Goiana teve sua narrativa histórica modificada drasticamente a partir do momento em que foi inserida em um projeto de integração nacional maior que sua formação garimpeira. O simbolismo dessa ação integradora despertou na elite aragarcenses a vontade de encobrir e renegar o embrião citadino ligado a exploração garimpeira frente a representação da “cidade planejada” e base da modernização do sertão.

A partir de 1940, com a eclosão da II Guerra Mundial, o presidente Getúlio Vargas passou a demonstrar intensa preocupação com os *espaços vazios*, grandes áreas de pouca densidade populacional, sem os desenvolvimentos do progresso e da “civilidade” nos moldes capitalistas. Para integrar e povoar esses *vazios* foi criado o *Programa Marcha para o Oeste*<sup>10</sup>, uma espécie de novo bandeirantismo: o objetivo era colonizar e povoar os sertões e rincões brasileiros isolados e abandonados à própria sorte, sem as diretrizes vitais dos ideais de progresso e de civilidade.

Carece explicar o cenário ideológico que vigorava no Brasil e no mundo nas primeiras décadas do século XX, que fizeram com que os ideais de progresso e civilidade entrassem no rol dos desejos de primeira necessidade para nações autônomas e independentes.

---

<sup>10</sup> Marcha para Oeste foi um “programa do governo federal para migração e colonização do Oeste brasileiro, com políticas de doação de terras, pacificação indígena, implementação de colônias agrícolas nacionais, entre outras medidas” (DUTRA e SILVA, 2017, p. 55).

O Brasil ainda estava às voltas com o projeto de “fazer-se Nação”, no entanto, seguia como se já fosse. Elucidemos, tomando de empréstimo a fecunda explicação da historiadora Lyllia da Silva Guedes Galetti (2012), que desenvolveu sua tese em torno da representação do estado de Mato Grosso no contexto da formação do “Brasil civilizado”. A autora parte do pressuposto de que a identidade das nações da América Latina teve como modelo as formações nacionais europeias e norte americana, ou seja, o ideal eurocêntrico e os modelos de organização do poder, sociedade e cultura eram os desses. Dessa forma, os países que não estivessem dentro desses parâmetros ainda não haviam se constituído nação.

Na ótica ocidental, ser uma nação, em oposição a ser uma colônia, uma tribo primitiva ou um aglomerado amorfo de populações sem história [...]. um povo que desejasse ser uma nação teria que preencher pelo menos três critérios; ter uma história, um passado que demonstrasse sua associação a um Estado estruturado, de passado recente ou “razoavelmente durável”; ter uma elite cultural estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo literário escrito; provada capacidade para a conquista, sinal do sucesso evolucionista enquanto espécies sociais (GALETTI, 2012, p. 25).

Uma nação que possuísse todos os requisitos acima poderia então, partir para a colonização dos *espaços vazios* existentes no globo, como na visão eurocêntrica, almejada pela “luz da civilização”, exemplificadas pela dominação colonial Inglesa, Francesa e Belga dentre outras nações europeias, na África e Ásia. Por fim, o ideal do “destino manifesto” levado a cabo pelos norte-americanos no seu projeto de expansão territorial na América (GALETTI, 2012).

Observemos que a expansão territorial europeia e norte-americana compreenderam o conceito de fronteira de maneiras diferentes uma vez que, “na concepção europeia, o termo fronteira estava relacionado às linhas divisórias que separam diferentes territórios e Estados nacionais” (DUTRA e SILVA, 2017, p. 22). Já nos Estados Unidos a fronteira era interna, constituiu-se nos espaços “vazios” do próprio território, ambientes convidativos, sítios de bonança e esperança, local de fortalecimento do sentimento de nação e do individualismo republicano (TURNER, 1894).

No Brasil a fronteira também é interna, representada pelos espaços despovoados: o *sertão*. Este era visto numa perspectiva diferente da norte-americana, pois “para os brasileiros o sertão era um espaço escuro, desconhecido e perigoso, sem Deus, sociedade e Estado” (MAcCREERY, 2006, p. 15 *apud* DUTRA e SILVA, 2017, p. 23).

Para Galletti (2012, p. 29), o *hinterland* brasileiro constitui-se no “outro geográfico”; um território interno, longe dos auspícios do progresso e da civilização representado pelo litoral, cidades firmadas e projetadas pelo progresso, a ciência e a razão – em especial Rio de Janeiro após a reforma de Pereira Passos, em 1922. Cabia, portanto, à elite letrada e culta que buscava a consolidação racional da nação, a tomada e o controle desse vazio.

[...] as representações sobre este outro geográfico projetavam regiões bárbaras e atrasada, sobre as quais uma outra parte do país, em geral aquela onde os efeitos da modernização capitalista eram mais visíveis e que, portanto, representavam a sua face ocidentalizada, podia e devia exercer a sua própria missão civilizadora (GALETTI, 2012, p. 28-29).

É desta maneira que, assinala Galetti (2012, p. 30), o país buscava se afirmar enquanto nação, pois,

Nos países recém-saídos da condição colonial a situação era diferente. A conquista e a dominação do outro geográfico, ao contrário do que ocorria nos países do Ocidente europeu e mesmo nos Estados Unidos, não eram percebidos como o resultado de um processo civilizatório que atingia seu ápice e sim como uma etapa deste processo, que se confundia com o da própria constituição da nação.

João Marcelo Ehlert Maia (2012), fez instigante análise de como o Estado brasileiro pensou, compreendeu e tentou delimitar, ocupar e povoar o “Brasil Central”, ou seja, o *Oeste*. Ressaltando que as conjunturas ideológicas e políticas que resultaram na criação do Programa *Marcha para o Oeste* constavam nas pautas governamentais desde os primeiros anos da República. Concretizando-se em 1939, com o lançamento do programa por Getúlio Vargas, consolidando os anseios governamentais em promover a racionalidade e a civilização no *Oeste* brasileiro. Compreendido como um local de limites territoriais indefinidos, abrigo de gente nômade e de vida social amorfa (horrenda) (MAIA, 2012, p.99) foi tomado como um espaço que carecia de organização estratégica para ser domado pela racionalização da ação estatal.

O autor ressalta ainda que o Brasil Central foi visto como o “outro” dentro do Estado Nação, um território que precisava ser incluído no projeto civilizatório de maneira a eliminar a péssima imagem adquirida através dos vários relatos de viagens que foram produzidos acerca da região desde o século XIX – como o dos sanitaristas da Fundação Oswaldo Cruz, que percorreram, já na primeira década do século XX, localidades na

Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás – que contribuíram para “projetar um retrato negativo da região, tida como espaço marcado pela insalubridade, doença e pobreza” (MAIA, 2012, p. 126).

Nesse sentido Sandro Dutra e Silva (2017), esclarece que o conceito de *Oeste* foi uma invenção do Estado Novo (1937-1945) para delimitar o espaço territorial de toda uma região que antes era classificada como *sertão*, como um espaço longínquo, inóspito à “civilização”. Para suplantar tal imagem o governo se empenhou em – através do discurso carismático do próprio Vargas e de obras literárias como as de Cassiano Ricardo – construir uma representação sobre o *Oeste* como o espaço da promessa, um espaço de oportunidades e onde o progresso e a modernização dariam a tônica ao desenvolvimento do país. Assim, o *Oeste* passara a ser um território “prospero, o “eldorado”, a terra da provisão” (DUTRA E SILVA, 2017, p. 20), e espaço propício para a constituição da Nação.

De modo que, aqueles que se empenharam na tarefa de “civilizar” e racionalizar o *Oeste* foram tomados pelo sentimento de aventura, no sentido mais romântico do conceito, de bravos e destemidos “bandeirantes”, que tomaram para si a tarefa de “libertar” os infaustos moradores do *sertão* do julgo da ruína, ignorância e degradação na qual se encontravam, “personagens passivos à espera de uma redenção civilizatória” (MAIA, 2012, p. 110).

Uma das principais ações desse “projeto de redenção” se deu em 3 de junho de 1943, com a portaria nº 77, que instituiu a Expedição Roncador-Xingu (ERX), cuja as metas principais eram: criar vias de comunicação que interligassem o Sul e Sudeste ao Amazonas através do interior e explorar e povoar o desconhecido Centro-Oeste. Organizada pelo Ministro da Integração Nacional, João Alberto Lins de Barros e executada pelo coronel Flaviano de Matos Vanique, “a ERX inscreve-se, portanto, nesse contexto histórico marcado por uma forte expansão do poder estatal sobre o território brasileiro” (MAIA, 2012, p. 63).

De início a expedição partiria de Leopoldina, hoje Aruanã (GO), no entanto, o interventor do estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, intervém e pede para que o Sudoeste goiano seja o beneficiado com tal ação progressista, visto que Leopoldina era reduto eleitoral dos Caiado, família rival politicamente. Já no Sudoeste, encontravam-se aqueles que o apoiavam com mais candura.

Desta forma, o vilarejo de Barra Goiana entra nos cálculos da Expedição Roncador-Xingu. A princípio os primeiros expedicionários se alojaram na vizinha, Barra

Cuiabana, posteriormente, quando da edificação da base de apoio propriamente dita é que se transferiram para o lado goiano, dando continuidade a construção de toda a infraestrutura necessária para receber a segunda leva expedicionária que chegaria assim que as vias de acesso fossem constituídas.

Os expedicionários chegaram a Barra Goiana no dia 14 de agosto de 1943. Em outubro do mesmo ano o Governo Federal instituiu uma nova entidade, a Fundação Brasil Central (FBC), cuja “a primeira atribuição recebida foi [...] de proporcionar condições, de toda ordem, para a execução da tarefa a cargo da Expedição Roncador-Xingu” (MACIEL, 2011, p. 03). Os expedicionários, passando a funcionários federais gozam de novas prerrogativas e respondendo diretamente à Presidência da República, deram continuidade ao projeto de modernização do *Oeste*, compreendida por estes como experiência heroica e devotada ao engrandecimento da Nação.

Nascia, assim, em plena guerra, um impulso expansionista, desta feita alentado pelo próprio Estado. Dois organismos foram criados pelo governo: primeiro, a Expedição Roncador-Xingu, com a atribuição específica de entrar em contato com os “brancos” das nossas cartas geográficas; o segundo, a Fundação Brasil Central, com a função definida de implantar núcleos populacionais nos pontos ideais marcados pela Expedição. O primeiro órgão era, assim, a vanguarda do segundo (VILLAS BÔAS, 1994, p. 24).

Barra Goiana, tímido e humilde povoado garimpeiro teve sua configuração citadina modificada e transformada pela lógica expansionista do Estado Novo. O povoado que antes se constituía no “outro geográfico” mostrava que as ações do governo no intuito de colonizar esses *espaços vazios* estava obtendo sucesso visto que, a racionalidade progressista ali já chegara. O discurso ideológico trazido pelos expedicionários da FBC, qual seja, a racionalidade e o progresso, fixar-se-iam em Barra Goiana a partir do momento em que se abandonassem as incertezas da vida garimpeira para abraçarem as concretudes do progresso, exigindo que os moradores de Barra Goiana suprimissem seu passado, seus instintos itinerantes e pendidos a aventuras garimpeiras para ajustarem-se ao ideal racional e, teoricamente, comedido representado pela Fundação.

De acordo com Guimarães Neto (2006), mesmo nas cidades que surgiram em decorrência da mineração do diamante, o próprio garimpeiro é estigmatizado, sendo *dificultado* seu acesso aos locais e eventos culturais promovidos na urbe, alargando dessa forma, nossa compreensão acerca do novo discurso experimentado por Barra Goiana com a chegada da Fundação Brasil Central. Pois o que passou a sustentar sua constituição

citadina não foi a exploração garimpeira e sim o discurso estatal implementado pelo programa *Marcha para o Oeste*.

Foi o ministro João Alberto Lins de Barros, primeiro presidente da FBC, que modificou o nome do povoado de Barra Goiana para Aragarças. A inspiração do nome veio da confluência dos rios Araguaia e Garças. Aragarças, localizada na “boca do sertão”, tornou-se a cidade base da FBC, o principal entreposto logístico do programa *Marcha para o Oeste* (DINIZ, 2016).

Está surgindo à margem do Araguaia, junto da confluência do Rio das Garças, uma cidade nova para o Brasil. O nome é expressivo na sua composição inteligente: um pouco de Araguaia e tudo de Garças... Num salto de avião fomos ver de perto como se cria em pleno e rústico sertão brasileiro um novo centro de vida, trabalho e riqueza. Goiânia assim também surgiu traçada e levantada no mesmo sertão de Goiás, onde agora Aragarças vai repontando [...] (RIBEIRO, Alberto para o jornal *Correio da Manhã*, p. 31, 15 de Julho de 1945).

Na crônica divulgada no periódico *Correio da Manhã*, de 02 de setembro de 1945, o repórter Adalberto Ribeiro expõe com vigor os anseios progressistas dos governantes brasileiros quanto a capacidade integradora e civilizadora do programa *Marcha para o Oeste*, tendo na cidade de Aragarças a objetivação da racionalidade e do controle da natureza. Importante ressaltar que em 1945 Aragarças ainda não tinha sido elevada à categoria de município, ainda era distrito de Baliza. Apenas em 1951 recebeu o título de vila de Aragarças e, em 2 de outubro 1953, pela Lei Estadual nº 788, foi elevada à categoria de cidade, passando a ser município (DINIZ, 2016). No entanto, um ideal e um projeto de nação, creditado pela imprensa “oficial” não reconhece entraves quando há possibilidades de enxertar ânimo civilizador aos compatriotas litorâneos. Urgia inflar os anseios daqueles que em breve olhariam o sertão como um *Eldorado*.

Assim, a partir de 1943, com a implementação da Fundação Brasil Central, Aragarças desempenhou um papel bem mais significativo do que apenas o de entreposto logístico para o programa. Aragarças personificou o próprio discurso ideológico do governo, qual seja, de uma nação que se fazia pelo progresso, pela integração e pelo uso racional e o consciente de seus *vazios*, que iam tornando-se *locus* do progresso e do crescimento econômico da nação.

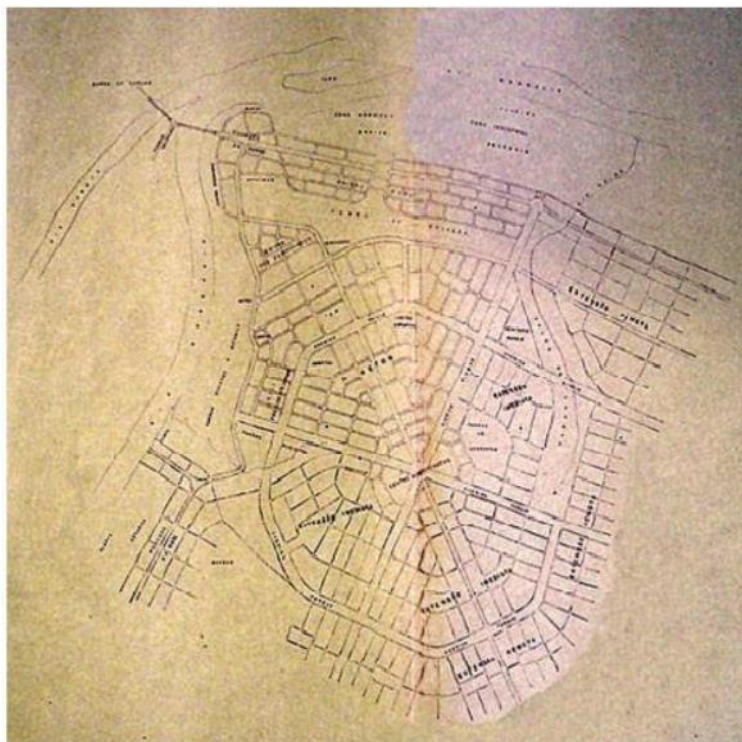
O jornal carioca *A Noite*, de 27 de fevereiro de 1945, já noticiava os avanços tecnológicos introduzidos pela FBC que fariam de Aragarças a “futura metrópole do Araguaia”,



Quando desembarquei do caminhão em Aragarças, não pude esconder a minha surpresa ao verificar o ambiente de conforto e estética que tem orientado aqueles serviços [...]. Aragarças dispõe ainda de um estaleiro em vias de acabamento e destinado à construção de embarcações ligeiras para a exploração comercial do Araguaia, uma olaria e vários campos agrícolas, cultivados dentro dos mais modernos princípios técnicos.

É dispendido à Aragarças um complexo projeto urbanístico incluindo além do plano diretor, a construção imediata do Hospital Getúlio Vargas, do aeroporto – que tamanha a importância, “pode-se presumir que grande parte da população regional tenha conhecido aviões antes de automóveis ou outros veículos automotores” (MACIEL, 2011, p. 12) –, do Grande Hotel, das casas de alvenaria para os funcionários da FBC, da olaria, de uma oficina de marcenaria, da caixa d’água e da Igreja Matriz católica.

Ilustração 02 - Plano Diretor de Aragarças apud Maciel, 2006, p. 19.



Tantos benefícios possibilitados pela técnica, ciência e uso racional do espaço, tempo e do trabalho, que não tardaram e se achegaram ao simbólico e às relações sociais, aquelas que remetem à distinção e ao prestígio de uma região, bem como daqueles indivíduos que a compõem como corpo social. Aragarças personificou o discurso ideológico nacionalista do governo Vargas, qual seja, um só corpo uma só nação, não

havendo espaços para dissidências, pois aqueles que não eram a favor da expansão e colonização dos *vazios* e do *Oeste*, logo, da modernização do país, não faziam parte da nação brasileira, uma vez que “o sucesso dessas políticas, como já mencionado, estava no uso das imagens como dispositivo unificador, criando a ilusão coletiva de totalidade, pertencimento e ordenação” (DUTRA e SILVA, 2017, p. 69).

A representação do garimpo e do garimpeiro – *aquela gente* – que causava receio aos expedicionários passaram a fazer parte do corpo da Fundação, como novos expedicionários, tomando para si todo o aparato ideológico do progresso e da modernização do sertão. Os *novos bandeirantes*, que faziam questão de diferenciarem-se dos sertanejos, recrutados apenas pela força e resistência ao trabalho duro nos rincões do sertão, foram construindo novas cadeias de representação da cidade e do corpo social, pois como observou Chartier (2002, p. 17), na representação da realidade social sempre estão em jogo as relações de poder vivenciadas pelo grupo. Logo, os aragarcenses optaram pelo discurso que os posicionaram como expedicionários do progresso.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

A figura do novo bandeirante, o desbravador do *sertão*, o propulsor da conquista do *Oeste*, tendo como estandarte a razão e as ideias progressistas, adentrou o sertão não como um simples migrante, garimpeiro, ou errante, mas como um representante do Estado Nacional que “assume o papel de agente da colonização, apropriando-se do controle da ocupação e da reprodução das relações sociais nos espaços vazios, marcando, significativamente, o sentido social e político da imigração para o Oeste brasileiro” (DUTRA e SILVA, 2017, p. 64). Foi com essa roupagem que os novos expedicionários da FBC se sentiram revestidos em Aragarças, verdadeiros agentes civilizadores do sertão. A cidade em si passou a constituir-se símbolo identitário de uma nova etapa na construção do sentido de Nação.

Manuel Ferreira Lima Filho, em *O Desencanto do Oeste* (2001), publicação resultante de sua tese de doutorado sobre a constituição identitária e a memória dos expedicionários da Fundação Brasil Central que atuaram no Médio Araguaia, assim classifica os pioneiros expedicionários: “o ‘pioneiro’ dessa categoria equivale a ‘Bandeirante’, com o intuito principal de levar a bandeira da civilização. Sua missão é

conquistar o sertão, amansar os indígenas, dominar as “feras [...]” (LIMA FILHO, 2001, p. 48). A simbiose identitária já se fazia presente com vigor, pois, “os pioneiros colonizadores [...] geralmente são nordestinos que, desencantados com o garimpo de diamantes, procuram os escritórios da FBC em Aragarças e Xavantina para serem “fixados”” (*Idem*, p. 49).

Desta forma, os pioneiros enxergaram-se como os executores dessas ações, aqueles que transformaram efetivamente as paisagens do *Oeste*, visto que, as construções materiais e simbólicas da cidade foram por eles erigidas, abarcando também a própria constituição identitária, os fazendo introjetarem novos conceitos culturais, relegando a uma “amnésia estrutural” o período histórico anterior à Fundação Brasil Central (LIMA FILHO, 2001) e tudo aquilo que os ligavam ao viver sertanejo e ao garimpo.

As feições da cidade iam tomando formas devido às edificações da Fundação Brasil Central, como a olaria, as oficinas, o aeroporto, o hotel, o hospital, estes dois últimos denominados “Getúlio Vargas”, e as casas dos funcionários da Fundação Brasil Central. À medida que estas construções aconteciam, os funcionários da Fundação Brasil Central introjetavam os conceitos arbitrários e suasórios de civilização e do desenvolvimento social. Por isso, os pioneiros consideram a cidade um reflexo de sua imagem e semelhança, quando dizem com orgulho que a cidade era “militar e federal”, um espaço especial “encantado pela Fundação” (LIMA FILHO, 2000, p. 71).

Aragarças, por ter sido escolhida como base para instalação de todos os aparatos da FBC, símbolo do progresso e da modernidade no *sertão*, gozara de grande prestígio político e social, bem como seus moradores sustentaram *status* de distinção, em especial os “fichados” na FBC, por sentirem-se representantes das ações que promoviam o desenvolvimento de toda a região do Vale do Araguaia.

Sem nenhuma ressalva ou mesmo quizilas, a vizinha – Barra Cuiabana – delimitou sua constituição histórica em dois momentos: o primeiro, assim como a vizinha Aragarças, o garimpo, o segundo, concretizando seu crescimento e expansão, a atuação da Fundação Brasil Central. Num primeiro momento, compreendido entre 1940 a 1960, Barra Cuiabana parece não identificar os mecanismos de distinção construídos e impostos por Aragarças pois, os investimentos e, principalmente, o poder ideológico do discurso da modernidade e do progresso no *Oeste*, foram tão eloquentes que conseguiram atravessar os rios Garças e Araguaia, constituindo-se balsa de ligação entre Aragarças e Barra Cuiabana, visto que, o crescimento econômico, político e populacional desta fora creditado a atuação da FBC.

No segundo período, vemos a região do oeste goiano e leste mato-grossense viveram das expensas da Fundação Brasil Central, que, criada pelo ministro João Alberto, instalada em Aragarças em agosto de 1943, dominou econômica e politicamente o Brasil Central, trazendo um afluxo de progresso e melhoramento à região, importando novos costumes e até mesmo uma civilização aprimorada, inspirada nos grandes centros, através de gestos, vestimentos e da vida sócio-recreativa (VARJÃO, 1985, p. 97).

Os barragarcenses compreendiam as transformações econômicas, sociais e culturais como ações próprias da modernização, do progresso personificado pela chegada da FBC, concebiam estas mudanças como sinal do investimento do Governo Federal em toda a região Central do país. Já os expedicionários aragarcenses enxergavam os benefícios direcionados à cidade de Aragarças, “a cidade encantada do sertão”, sobrando a Barra Cuiabana as sobejas.

Como neste momento a FBC havia determinado o plano urbanístico, delimitando a localidade da construção das casas em Aragarças, fora a vez de Barra Cuiabana abrigar os vários migrantes que se achegavam na região. Chamamos a atenção para o fato de que nesta nova etapa do programa governamental os migrantes eram aguardados com certa ansiedade, pois seriam as massas migrantes, já previamente doutrinados pelo discurso do “corpo unificado”, em que todos tinham uma função a desempenhar na consolidação da nação, que povoariam o *Oeste*: trabalhadores ordeiros e submissos às regras governamentais de trabalho e ocupação da terra.

Por este motivo, Barra Cuiabana experimentara acelerado crescimento populacional e político, tão expressivo que o então prefeito do município de Araguaiana, Antônio Paulo da Costa Bilégo, do qual Barra Cuiabana era distrito, resolve transferir a sede administrativa do município para a renomeada Barra do Garças, em setembro de 1948. Em novembro de 1949, Barra do Garças é elevada à categoria de município pelo decreto nº 799, confirmando o lance de crescimento e expansão que significou a atuação da Fundação Brasil Central na região do Vale do Araguaia.

Foi a fase mais lembrada e até saudosa que Barra do Garças viveu, pois conseguiu suplantar grandes municípios que lideravam a economia regional, ultrapassando Balisa, Lajeado, Rio Bonito, Iporá e outros que eram visados como centros polarizadores de ensino e economia. Foi nesse período que efetivou-se a transferência da sede do Município de Araguaiana para Barra do Garças, em 15 de setembro de 1948, e elevação a Comarca em 12 de novembro de 1949. Houve a criação de agências do Banco do Brasil e do Banco Finacial, criação do primeiro

Ginásio e do Instituto Madre Marta Cerutti – Escola Normal. Desta forma, nesse período, foi implantada a fase mais importante para sobrevivência da cidade, que passou a liderar os municípios satélites (VARJÃO, 1985, p. 97).

Observa-se que os memorialistas de Barra do Garças admitem que “as realizações da Fundação Brasil Central, motivaram o progresso de Barra do Garças, até então em processo lento” (VARJÃO, 1985, p. 97), possibilitando a emancipação administrativa do município bastante adiantado em relação a emancipação da vizinha Aragarças, só ocorrendo em 02 de outubro de 1953, pela Lei Estadual nº 788, também pelas ações desenvolvidas pela FBC.

Logo, os dois povoados experimentaram origens, fixação, expansão e crescimento uníssonos entre as décadas de 1920 a 1950, tendo como marco o garimpo. Gênese que configurou os núcleos citadinos e a atuação da Fundação Brasil Central que propiciou a expansão e a reorganização ideológica, simbólica e econômica tanto em Aragarças como em Barra do Garças.

Desta forma, sendo Aragarças a significação do progresso no *Oeste*, recebera maiores favorecimentos, investimentos e estima por parte da FBC, tendo mesmo sua organização espacial planejada e executada no intuito de demonstrar efetivamente os lances progressistas usados para transformar os ermos do *Oeste* brasileiro. Falaremos mais amiúde sobre o tema em capítulo próximo.

Aragarças e Barra do Garças, nas duas primeiras décadas de atuação da FBC no Vale do Araguaia, mantiveram uma dependência mútua pois, os investimentos federais trazidos pela FBC – a instalação do aeroporto e da linha de comunicação rápida com o Sudoeste do país, ou seja, com a *parte civilizada* – propiciaram aos imêores habitantes do *Oeste* proximidade e acesso aos bens simbólicos e materiais que o progresso e a ciência já proporcionavam àqueles que residiam nas franjas litorâneas – atendimento hospitalar, remédios, acesso periódico a jornais e revistas, dentre outras ações que modificaram a percepção que os aragarcenses tinham de si e dos vizinhos.

Na outra margem, Barra do Garças despontava como polo comercial, recebendo os sobejos das ações que não poderiam ser empreendidas em Aragarças que, por ser um núcleo citadino militar, possuía regras e delimitações a serem seguidas, contribuindo com a expansão econômica, política e social de toda a região. Assim, Barra e Aragarças vivenciaram um modelo de amálgama involuntária, quando as duas cidades compreenderam que já se instaurara uma diferenciação espacial e normativa, mas que

ainda não as distanciavam das relações compartilhadas no princípio, devido ao compartilhamento fluvial e das interdependências econômicas benéficas aos dois municípios.

No próximo tópico apresentaremos como as relações de proximidade comercial e identitária sofreram drásticas transformações, trazendo os embates representativos para o palco das discussões acerca das relações simbólicas, sociais e econômicas a partir da materialidade do emblema unificador que se constitui a ponte, no caso em estudo, a ponte de concreto lançada nos vãos dos rios Garças e Araguaia. A consubstanciação representada pelos rios se rompeu com a ponte João Alberto Lins de Barros.

1.4 - Sobre o vazio dos rios desfere o traço da ponte: da construção da ponte João Alberto às identidades fluídas.

O amadurecimento administrativo de Aragarças, sob a gerência da Fundação Brasil Central, alcançou seu ápice na década de 1950, com a inauguração das construções arquitetônicas que demonstravam a efetiva ação modernizadora no sertão: o aeroporto, o hospital, o hotel, o pleno funcionamento da olaria, da selaria e a produtividade da horta implementada pelos expedicionários, cujos produtos já eram apreciados pelo presidente Getúlio Vargas – mamões de 15 quilos foram enviados para o Catete como demonstração da produtividade aragarcense,

Base de Aragarças já não existe. Onde ontem estavam as choças dos garimpeiros, ergue-se hoje a cidade de Aragarças... Hoje, ela tem eletricidade, campo de aviação, olaria de onde saem os tijolos, as manilhas e as telhas da novel cidade, além de uma serraria que em breve atenderá não só Aragarças como todas as regiões circunvizinhas (Jornal A Noite, edição de 13/julho/1945 *apud* MACIEL, 2006, p. 11).

Desta forma, a base de apoio dos expedicionários transformou-se naquilo que Barros (2012, p. 23), classifica como uma *cidade prática*, “cidades que crescem e se desenvolvem conforme as suas necessidades materiais, à medida que novas partes são acrescentadas e que as velhas partes são alteradas”. Ou seja, uma cidade que nasceu e se desenvolveu para atender as necessidades materiais de um discurso ideológico, o da *Marcha para o Oeste*, da integração nacional, de abrigo para a infraestrutura da Expedição Roncador-Xingu e base de apoio para a Fundação Brasil Central. Ganhando

status de *urbes* moderna no sertão e experiência da modernidade no *Oeste* (LIMA FILHO, 2001; MACIEL, 2006).

Para o ordenamento das novas áreas urbanas o então presidente da FBC, Archimedes Pereira Lima, encomendou em 1951, a uma empresa sediada na cidade do Rio de Janeiro, a Urbs Construções e Urbanismo Ltda, o projeto urbanístico para a cidade de Aragarças. Tudo deveria ser projetado para que os empreendimentos particulares não destoassem dos ideais de urbanização pensados pela Fundação, “o projeto urbanístico e o código de obras tinham por objeto o ordenamento das edificações no perímetro urbano da cidade, sobretudo concernente às edificações particulares, visto que havia uma grande demanda de terrenos urbanos para esta finalidade” (MACIEL, 2006, p. 14).

A transformação da base de apoio em cidade planejada e racionalizada pelas novas técnicas urbanísticas denotou singular importância para os projetos futuros, além de compreender uma transformação das áreas do antigo garimpo, localizadas próximas as margens do rio Araguaia, “o garimpo seria encapsulado pela modernidade da cidade de Aragarças, mas sem perder sua feição típica. A etnogênese de Aragarças foi o garimpo, que deveria evoluir aos patamares da civilização que a construção da cidade representava” (LIMA FILHO, 2000, p. 77).

A ideia de *cidade prática* vai ao encontro dos planos ideológicos do Estado Novo, isto é, da efetiva ocupação dos *espaços vazios* do *Oeste* brasileiro, na construção e consolidação do ideal de nação integrada. Os espaços antes ocupados por populações garimpeiras, formada por migrantes sertanejos, nortistas e nordestinos passaram a denotar o controle e a racionalidade da modernização efetuando uma transformação nos referenciais simbólicos, identitários e representativos daqueles que habitavam as modernas *urbes* no sertão. Desta forma, a ideia que os moradores da cidade de Aragarças teriam de si estavam carregadas com as representações simbólicas que construíram para a cidade, se vendo refletidos no espelho progressista do discurso de dominação do sertão e do incerto garimpo.

Interessante observar que o *hinterland* brasileiro, a partir de 1940, com a divulgação do programa *Marcha para o Oeste*, a instituição da Expedição Roncador/Xingu e da Fundação Brasil Central, passou a ser um local longínquo, mas não mais desconhecido. São vastas as publicações e reportagens especiais acerca da região, principalmente, exaltando a bravura e a atuação dos “novos bandeirantes” da FBC que levavam a civilização até o *Oeste*. Os “modelos” de civilidade e progresso foram noticiados e exaltados pelos principais jornais da capital, O Jornal, A Notícia, O Paiz, A

Noite e a Revista Cruzeiro, são algumas das publicações que mais noticiaram as ações do Estado na região. Como nos orienta Luca (2008), é interessante que ao usarmos os jornais como fontes históricas tenhamos o cuidado de conhecer os responsáveis pelas publicações, localizando, quando possível, a posição política e social de sua linha editorial. Por exemplo, o Jornal *A Noite*, fundado em 18 de julho de 1911 por Irineu Marinho e as publicações *O Jornal*, fundado em 17 de junho de 1919, e a *Revista Cruzeiro*, fundada em 1928, por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, foram obrigadas, a partir de 1930, a “enquadrarem” seus editoriais aos ideias políticos e ideológicos do Governo de Getúlio Vargas (BRASIL, 2014; 2015).

Os jornais serviram como veiculadores da propaganda estatal de “um só corpo, uma só nação”, sendo integrada a partir da ocupação racional do *Oeste*. Os aragarcenses não poderiam ficar imunes a nova referência identitária que foi, pontualmente, observada e louvada até mesmo pelo militar inglês coronel Rhobes, que esteve viajando pelo interior do Brasil de 1941 a 1945,

Enquanto a colonização primitiva era feita por homens intrépidos que se atiravam em busca de fortuna fácil – do Eldorado – na realização da Fundação Brasil o Eldorado será a consequência do trabalho consciente dos homens intrépidos do Brasil, estabelecendo em terras, distantes, no interior do território brasileiro, centros populosos dedicados à agricultura e à pecuária que em campo útil produzirão os seus frutos. Para a consecução dêsse fim, muito além dos antigos colonizadores vai a “bandeira” do Brasil atual, apoiada por outros meios de auxílio, proporcionados pelo progresso das ciências e indústrias (*A Noite*, Rio de Janeiro, 6 de junho de 1945).

Seguindo suas considerações, o coronel Rhobes louvou o empenho da FBC em abrir estradas lembrando dos “maiores construtores de estradas no mundo”, os Incas e Astecas, que segundo ele, são maiores que os Romanos. Enfatiza que “transporte é civilização” e conclui: “Os trabalhadores que observei no “hinterland” brasileiro convenceram-me de que a Fundação Brasil Central está continuando essa grande tradição americana (Idem)”. Por meio de um depoimento colhido por Lima Filho (2001), o senhor Iraih José Marques, ex-expedicionário da FBC, podemos reconhecer o alcance dessa representação do *trabalhador herói*, “... eu falei que o pessoal da FBC, pouca gente sabia, era heróis anônimos. [...] não sabiam que foi o pessoal da Fundação que abriu essa estrada aqui para Xavantina de enxadão [...] não tinha máquina...” (*apud* LIMA FILHO, 2001, p. 70).



A cidade de Aragarças durante a década de 1950, ganhou cada vez mais prestígio junto aos administradores da FBC, bem como do Governo Federal, que determinou a construção da ponte<sup>11</sup> sobre os rios Garças e Araguaia, em 1951. A ponte proporcionaria maior comodidade no tráfego entre a cidade vizinha, Barra do Garças, que até então era feito por balsas de madeira e pequenos barcos particulares, como a ligação da região Sudeste ao Norte do estado de Mato Grosso.

Como não há nenhuma outra ponte sobre o rio Araguaia, e também porque não se pode estar construindo, em futuro próximo, novas pontes, imperativo se tornou adotar as especificações do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem para as pontes de rodovias de primeira classe, ou em outras palavras, capaz de suportar um trem tipo de 50 toneladas (Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1954).

Os engenheiros Cassio Veiga de Sá e Imar Azevedo gerenciaram a construção da ponte com 100 trabalhadores, que segundo a reportagem do jornal *Diário de Notícias*, de 23 de maio de 1954, não possuíam boas condições de trabalho. “Bem adversas são as condições de trabalho naquela região. [...] E, justiça se faça àqueles trabalhadores – são uns abnegados, porque trabalhar nas condições em que trabalham, com um salário baixo, só mesmo muita boa vontade”. A publicação destacou um episódio que “mostrou a dedicação daqueles rudes e esquecidos trabalhadores”, de quando estes enfrentaram as correntezas do rio para protegerem as armações de madeira que eram usadas para colocação de concreto.

A publicação de *A Noite*, de 15 de junho de 1953, traz a notícia de que dois operários, João José do Nascimento e Leonardo da Silva, quase morreram asfixiados dentro dos tubulões de concreto armado quando a mangueira do motor responsável por sugar a água de dentro da estrutura estourou vazando grande quantidade de gás tóxico. Foram salvos pelos colegas, Felisberto Lacerda e Jorge Leonel, que içaram os colegas. “O Sr. Arquimedes Pereira Lima, presidente da Fundação Brasil Central, cogita solicitar ao presidente da República a concessão da Medalha do Mérito para Felisberto Barcelos e Jorge Leonel...”.

---

<sup>11</sup> A ponte, que inicialmente receberia o nome do presidente da FBC, Arquimedes Pereira Lima, foi iniciada em 19 de abril de 1953. A construção sobre o rio Araguaia possui 204 metros e a do Garças 150 metros de comprimento, 10 metros acima do nível do rio com 8 pilares de concreto foi projetada para suportar 100 toneladas. Custou 8 milhões de cruzeiros, segundo os engenheiros gastaria de 12 a 15 mil sacos de cimento e 200 toneladas de ferro. Projetada pelo escritório técnico de Emíli Baumgart, chefiado pelo professor Artur Geronann, da Escola Nacional de Engenharia

O jornal *Imprensa popular*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1957, noticia a inauguração da ponte (já chamada de João Alberto) que contou com a presença do então presidente Juscelino Kubitschek, o governador de Goiás, José Ludovico de Almeida e João Ponce de Arruda, governador de Mato Grosso. Não seria a primeira vez que um presidente da República daria a graça de sua presença em solo aragarcense, o primeiro a visitar a cidade foi o idealizador do projeto, Getúlio Vargas, ainda na década de 1940. Na oportunidade, os ideais de modernização para o *Oeste* brasileiro foram reforçados pela imprensa nacional. O jornal *A Noite*, de 23 de junho de 1945, pergunta: “O que é Aragarças?” seguindo de uma detalhada descrição da cidade, dando ao leitor a oportunidade de formular a mais otimista das respostas,

Há dois anos, Aragarças possuía apenas doze casas de palha. Hoje, além de uma população que se multiplica, há um marco de civilização. [...] Há um surto renovador de trabalho que se irradia por uma vasta zona graças a um plano organizado e aprovado pelo presidente Getúlio Vargas, para o fomento da produção nos mais variados setores de atividade. Aragarças foi escolhida como base central da Fundação, porque possui condições para o seu fácil engrandecimento e progresso.

Com a inauguração da ponte João Alberto Lins de Barros, houve significativa modificação nas relações travadas entre os dois municípios até então marcadas pela proximidade, cooperação e similaridade. Pois, as relações identitárias propiciadas pelo discurso modernizador na construção da cidade de Aragarças, as novas relações trabalhistas surgidas com a implementação do escritório da Fundação Brasil Central, a ideia de um emprego fixo, “fichado” e a transmutação do garimpeiro a expedicionário, pioneiro da Marcha para Oeste, foram determinantes para que estes se compreendessem possuidores de maior prestígio social, de maior *status* e importância na organização simbólica local.

A cidade era a experiência da modernização no sertão, seus moradores, os expedicionários – originais e/ou “anexados” – compreendiam-se como guardiões dos novos valores civilizados “lançados” pelas aeronaves na FAB, que os mantinham em confluência com os modismos da capital. A miríade do progresso, personificado na atuação da FBC, precipitou seus reflexos nas relações cotidianas dos aragarcenses com os vizinhos barra-garcenses, fazendo aqueles questionarem sua similaridade com estes, pois o ambiente simbólico vivenciado em Aragarças denotava maior importância, prestígio e poder.

Ilustração 03 - Construção da ponte sobre os rios Araguaia e Garças.



Disponível: <http://profisraelxeuzao.blogspot.com/2011/11/antigas-de-barra-do-garcas-mt-e.html>

Deste modo, a constituição simbólica e o conjunto de representações coletivas, criadas e mantidas pelos moradores dos municípios da época da garimpagem, que lhes conferiam similaridade, sofreram abrupta mudança com a chegada de novo aporte simbólico que significou a Fundação Brasil Central. Visto que, a organização para as relações cotidianas eram aquelas próprias do ambiente do garimpo. Os anseios, medos, e as sofridas abnegações impostas pela austera vida garimpeira proporcionaram unidade representativa e identitária aos moradores das duas margens, que não enxergavam a outra como *o outro*, mas sim como reflexo das ações reais e imaginárias vivenciadas do lado aragarcense.

Pois, a construção imaginária, que produz coesão social e que permite ao sujeito se sentir pertencente ao todo, também pode ser relacional; ao mesmo tempo que eu me percebo pertencente a um grupo eu percebo o *outro* como diferente do meu (PESAVENTO, 2005). Tal transmutação foi compreendida pelos moradores de

Aragarças quando esses deixaram de se reconhecerem garimpeiros para se constituírem expedicionários, pioneiros e guardiões da modernização no *Oeste*.

Dali, das margens do Araguaia, onde está sendo erguida esta moderna cidade, marco imperecível dos destinos do Brasil, partirão muito em breve, segundo as pegadas heróicas de nossas bandeiras, verdadeiras vagas humanas que devassarão os revessos do país, levando ao fundo das florestas silenciosas a impulsão mística do ideal que anima os homens da Fundação Brasil Central: apagar definitivamente das cartas do Brasil [...] a legenda ignominiosa ‘regiões desconhecidas’ que constituiu um desafio e uma humilhação para os nossos foros de nação civilizada. [...] Daí o ter merecido a mais jovem cidade do Brasil as honras de um plano de urbanização como bem poucas cidades do país possuem igual (LIMA, 1962 *apud* LIMA FILHO, 2000, p. 74).

As exortações acima são do presidente da FBC, Archimedes Pereira Lima, quando da justificativa para a concepção e encomenda do Plano Urbanístico para Aragarças, suas palavras evidenciam a nova constituição identitária que demarcavam as relações simbólicas e representativas dos aragarcenses; Aragarças seria a heroica *urbes* a sediar as novas bandeiras que iriam retirar do obscurantismo incivilizado o *hinterland* brasileiro. Deste modo, os aragarcenses já não mais se compreendiam sendo *um outro*, muito menos sertanejos sôfregos a refugiarem-se das intempéries da vida migrante, enxergaram-se como propagadores da modernização, disseminadores de novas relações sociais, iluminadas pela civilidade e progresso. “Assim, se estabelece de princípio uma divisão entre expedicionários e servidores da Fundação Brasil Central, de um lado, contra os garimpeiros e o mundo de sertão de outro” (LIMA FILHO, 2000, p. 73).

Deste modo, avançamos na compreensão de como as relações uníssonas dos primeiros tempos dos núcleos populacionais de Barra Goiana e Barra Cuiabana evoluíram para um palco de disputas simbólicas e identitárias. A busca por distinção e por prestígio social, econômico e político propiciaram a construção de um novo ordenamento representativo e identitário, confirmando o alerta de Pesavento (2005, p. 90), de que “as identidades podem se dar ainda com a relação à recortes temporais, quando se atribuem lógicas de sentido e pertencimento a momentos ou épocas precisos”.

O tempo da similaridade entre aragarcenses e barra-garcenses esmoreceu. O garimpo que lhes conferiram representações simbólicas e identitárias comuns foi encapsulado pelo discurso progressista. Discurso tão forte que, por alguns anos, enublou as vistas dos barra-garcenses que não enxergaram as relações de distinção impostas por seus vizinhos. A partir de 1967, as novas organizações governamentais contribuíram para

que a solidez na representação distintiva de Aragarças se esvaísse, dando lugar a novos suportes ideológicos e econômicos que estabeleceram Barra do Garças como o novo portal desenvolvimentista do Brasil. Diante desse cenário as relações de distinção, poder e representação serão alteradas e ressignificadas por aragarcenses e barra-garcenses.

Nos próximos capítulos apresentaremos como os novos investimentos econômicos e ideológicos que se achegaram ao Vale do Araguaia, a partir da década de 1960, determinaram a maneira pela qual aragarcenses e barra-garcenses se enxergam, bem como, de que modo ocorreu a construção simbólica do *outro*.

Capítulo 2: HÁ SEMPRE UM PONTO DE MIRA: evocação à distinção dos tempos da Fundação Brasil Central.

[...]

És glória do nosso passado,  
De vultos nobres sem igual

És estrela que ilumina o berço  
Da Fundação Brasil Central

Cresce Aragarças vigorosa  
Retratas um futuro promissor  
Que tua gente seja vitoriosa  
E o teu futuro remissor<sup>12</sup>

[...]

No capítulo anterior apresentamos as bases citadinas dos municípios de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT), evidenciando que o sonho de riqueza rápida no fundo de uma bateia e o vislumbre da nova vida no brilho de um diamante encontrado nas águas do Garças ou Araguaia impulsionaram constantes ondas migratórias, vindas do Norte e Nordeste que promoveram a densidade demográfica da região do Vale do Araguaia.

Destacamos que, a partir de 1943, com a chegada da Expedição Roncador-Xingu (ERX) à Barra Goiana (GO), seguida de sua incorporação à Fundação Brasil Central (FBC), houve significativas transformações econômicas, sociais e culturais na região. Alçando aquele povoado à condição de vila e, posteriormente, a município de Aragarças, base de atuação da FBC. Eventos que carregavam um discurso ideológico forte e capaz de alterar a percepção simbólica, representativa e identitária dos aragarcenses, de sôfregos migrantes a propulsores do progresso e da modernização do *sertão*. Suscitando nos moradores o anseio de *diferenciação* frente a vizinha, Barra do Garças (MT), que os levaram a selecionarem ações, monumentos, símbolos e ideias que lhes condicionassem maior distinção, prestígio e poder.

Neste capítulo, analisamos quais os arcabouços ideológicos foram utilizados pela cidade de Aragarças e seus moradores na disputa simbólica por distinção. Desse modo, os constructos do mundo social aragarcense resultaram em combinações binárias e

---

<sup>12</sup> Hino da cidade de Aragarças. Autoria desconhecida. Disponível em <https://www.lettras.mus.br/hinos-de-cidades/1788247/>

classificatórias frente à cidade vizinha, Barra do Garças, tais como: ‘alta’/ ‘baixa’, ‘progresso’/’atraso’, ‘*urbes*/sertão’, resultando numa relação de *outsiders* e *estabelecidos*.

No entanto, as promessas da modernização não foram tão sólidas e benéficas para a cidade e para a representação distintiva que os aragarçenses haviam construído de *si* e do *outro*. Memórias, monumentos, experiências “exóticas” e/ou trágicas foram alçadas e invocadas no intuito de restaurar a altivez da cidade e de seus moradores.

O tempo rápido dos aviões e da *distinção* que chegavam à Aragarças pelos céus, nos aviões do Correio Aéreo Nacional (CAN) e da Força Aérea Brasileira (FAB), mostrou-se tão perene e impalpável quanto à “poeira aérea” deixada nos céus do sertão pelos aviões que, assim como o discurso e os investimentos progressistas, passaram a ponte e seguiram rumo à Barra do Garças e ao norte de Mato Grosso, deixando Aragarças com a concreta sensação de que as juras progressistas fizeram-se insólitas frente à liquidez da modernização tardia imposta a região Centro-Oeste, a partir de 1967.

## 2.1 – Princesinha do Araguaia<sup>13</sup>: Aragarças nos tempos da Fundação Brasil Central.

A fidalguia de Aragarças não vem de berço, pois a *princesa do Araguaia* não nasceu em berço nobre. Na verdade, sua coroação se deu graças as “brigas de alcova” que configuraram as relações políticas no Brasil nas primeiras décadas da República; marcadas pelas disputas familiares e coronelísticas. A Revolução de 1930, que teve como ensejo pôr fim à política oligárquica entre São Paulo e Minas Gerais, ao voto de cabresto e às violências políticas e sociais que manipulavam as eleições, não havia conseguido extirpar por completo as disputas e animosidades políticas-familiares entre os grupos, principalmente no âmbito estadual.

Como exposto no primeiro capítulo, Aragarças (GO) passou a ser parte dos planos de atuação da Expedição Roncador-Xingu graças a interferência do interventor do estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, que para minar o poder político dos Caiado – umas das famílias de maior influência do estado de Goiás até 1930 – “sugere” uma rota de acesso com melhores condições, visto que os comerciantes da região do Araguaia-Garças já haviam construído uma estrada de ligação com Uberlândia, principal entreposto

---

<sup>13</sup> Como afirma Lima Filho (2001, p. 123-124), a constituição da cidade de Aragarças esteve envolta em uma área de “encantamento”, a modernização significada nas ações da FBC fazia da cidade um “reino intocável”.

comercial na época e primeira base da ERX na “boca do sertão” (MAIA, 2012; DINIZ, 2016).

A historiadora e memorialista de Aragarças, Zélia do Santos Diniz, buscou enfatizar a ação dos comerciantes da região, apresentando a seguinte versão para a chegada dos expedicionários em Barra Goiana: estaria o comerciante Pedro Martins em Uberlândia, fazendo compras para seus armazéns quando conheceu o coronel Vanick e “lhe indicou o caminho melhor para chegar ao rio Araguaia”. A Estrada teria sido aberta em 1936 pelo próprio Pedro Martins e seu sócio, Rafael Cardoso, também comerciante em Barra Cuiabana e Deixado (hoje Araguaiana). Desta forma, “a rota da expedição foi mudada e seguiram imediatamente em direção à Barra Goiana fazendo voltar de barco toda a bagagem que viera na frente que já estava em Leopoldina” (DINIZ, 2016, p. 30).

Em todo caso, os expedicionários chegaram às margens do Araguaia inflados de todo o discurso ideológico que os havia preparado ainda em São Paulo: a missa realizada na basílica de São Bento, a bandeira nacional bordada com fios de ouro pelas notáveis senhoras paulistas, “é interessante notar o caráter ritual dado à expedição, como se fosse uma revitalização do mito da conquista, pelos bandeirantes, do Oeste e do interior do Brasil” (LIMA FILHO, 2001, p. 42).

O ministro João Alberto Lins de Barros, a frente do ministério da mobilização nacional tinha como tarefa a “conquista” do território nacional, seu desbravamento, domínio e controle. O perigo das forças nazistas serviu de base para todo um aparato ideológico do Estado que não teve apenas na Expedição Roncador-Xingu e na promoção do povoamento do Vale do Araguaia como exemplos. Em Goiás, ainda entre as décadas de 1940-1950, sob a gerência do engenheiro Bernardo de Carvalho Sayão o governo federal deu propulsão ao projeto de criação da Colônia Agrícola de Goiás – CANG, formada também às margens de um rio: o das Almas. Nesta localidade formaram-se as cidades de Ceres (ex- CANG) e na outra margem do rio, Rialma (ex- Barranca)<sup>14</sup>.

O estudo de Dutra e Silva (2008) – *Os estigmatizados: distinções urbanas às margens do rio das Almas em Goiás (1941-1959)* – mostrou que pelo fato de Ceres ser resultado de uma ocupação orquestrada pelo Governo Federal seus moradores tomaram para si sentimentos de distinção social; urbanização planejada, progresso e ordem social, teriam resultado em uma cidade de sucesso, sem grandes disfunções sociais e econômica.

---

<sup>14</sup> Sandro Dutra e Silva (2002; 2008) realizou seus trabalhos de mestrado e doutorado sobre a formação urbana dessas cidades, tendo o estigma como uma das características resultantes da consolidação urbana.



Barranca (Rialma) seria a cidade do acaso, sem planejamento e ordenamento, nascida à sombra de CANG (Ceres) pois, na distribuição dos lotes realizada na colônia aqueles que não detinham o perfil exigido pelos administradores foram ocupando a outra margem do rio das Almas, daí Barranca, barranco, beira ou resto. Enfim, os “enjeitados”, os desqualificados.

No decorrer da pesquisa, no entanto, Dutra e Silva (2008) observa que os estigmas desenvolvidos pelos moradores de Ceres sobre Rialma ficavam mais no plano simbólico e nas disputas pelo poder social pois, os dados históricos confrontados com as entrevistas realizadas com os moradores de Ceres e de Rialma revelaram que as características negativas (violência, desestrutura familiar e econômica, desvios de caráter e desordem social) não se confirmavam tão distintas daquelas vivenciadas em CANG (Ceres). Desta forma, Dutra e Silva conclui que a estigmatização foi um mecanismo utilizado pelos moradores de Ceres como forma de reafirmar seu poder simbólico, social e político, criando e consolidando processos de estigmatização que favorecera a supremacia das forças simbólicas oriundas da sociedade ceresina.

O estudo mostrou-se muito relevante para nossa pesquisa, pois as disputas simbólicas pela distinção vivenciadas entre Aragarças e Barra do Garças encaixam-se em muitos aspectos teóricos que foram utilizados por Dutra e Silva. São as singularidades encontradas por nós que motivaram ainda mais o andamento da pesquisa, afim de verificar quais as dinâmicas desenvolvidas em nosso *lócus* de estudo, podem averbar novos conhecimentos ao campo da discussão historiográfica sobre o discurso ideológico de construção da nação, distinção, estigma e seus desdobramentos na constituição simbólica das comunidades regionais resultantes desse processo.

Em Aragarças tal discurso mostrou-se tão contundente que foi capaz de anular toda uma teia de relações sociais, simbólicas, de significância de vida e de ordenamento do mundo, que os aragarcenses, migrantes em sua maioria, haviam construído quando resolveram fixarem-se às margens dos rios Garças e Araguaia. Como apresentamos no capítulo primeiro, a organização social de Aragarças e Barra do Garças antes da chegada da FBC eram firmadas pelo caráter comunitário, não haviam condições e espaço para distinções em um ambiente em que apenas a união os impediriam de cair em estado de inércia social profunda. A atividade garimpeira, sorradeira e incerta por natureza, impelia os moradores dos dois municípios a compartilharem as ânsias e angústias deste ambiente, constituindo esteios (pequenas plantações agrícolas para subsistência, criação de animais,

mutirões para construção de casas, limpezas de novos lotes e auxílio aos mais necessitados, famintos, órfãos, etc.) que os apoiassem em momentos de maior desgraça.

Diferentemente do estudo de Dutra e Silva (2008), no qual as cidades de Ceres e Rialma tiveram origens diferentes, tendo desde seu embrião discursos dispares acerca da formação comunitária – no caso de Ceres houve seleção das famílias que ali habitariam – Aragarças e Barra do Garças, coadunaram num mesmo ambiente comunitário. Desde o século XVIII a região de todo o Vale do Araguaia é lembrada pelas suas potencialidades minerais, a exploração do ouro e diamante – o garimpo – foi o chamariz que viabilizou a ocupação territorial da região pela “civilização branca”, haja vista que grupos indígenas já habitavam a região sendo o motivo pela qual a “civilização” demorou a se assentar as margens do Garças/ Araguaia.

Os expedicionários chegaram carregando todo o aparato ideológico do Estado-nação, integrado, progressista e capaz de eliminar as barreiras entre litoral e *sertão* através da formação do “corpo-nação”. Contavam que cada brasileiro, imbuído do sentimento da “verdadeira brasilidade”, cooperariam para a derrubada das barreiras físicas e simbólicas que impediam o progresso de seguir seu curso. Ações e práticas que suscitaram nos aragarcenses a negação da identidade garimpeira, entendida como inimiga da “civilização”.

A ideia do governo Vargas era justamente a de sepultar as diferenças culturais e simbólicas, que não estivessem em uníssono com a proposta governamental. Seus discursos inflavam a população a desapegar de paixões locais, regionais e abraçar a Nação, a brasilidade, no sentimento de fazer crescer o país, de colocar a amorosidade nacional acima de qualquer simpatia regional. A única identidade legítima para o período era a Brasileira. A nacionalidade deveria ser a única amálgama a ligar os compatriotas.

O sucesso dessas políticas, como já mencionado, estava no uso das imagens como dispositivos unificador, criando uma ilusão coletiva de totalidade, pertencimento e ordenação. A “sacralização da política” no Estado Novo ocorreu por meio da utilização alegórica da imagem do corpo, cujo caráter era quase religioso, e que passou a ser assimilado pelos teóricos do governo como dispositivo discursivo nacional. A metáfora do corpo considerava as partes que o compunham como integradas e sem contradições [...] (DUTRA e SILVA, 2017, p. 69).

De acordo com Maia (2012), o discurso ideológico trazido pelos expedicionários da Roncador-Xingu, continuado pela Fundação Brasil Central que transformou a maneira como os moradores de Aragarças se sentiam com relação ao meio, ao sertão e consigo

mesmos, estava inserido em um contexto bem mais complexo. A própria “imaginação espacial brasileira” constituía-se o problema maior, pois o Brasil Central era um território de classificação e delimitação frouxa e imensa. As imagens produzidas pelos relatórios daqueles que se “arriscaram” a percorrê-lo era a de uma terra de natureza exuberante, mas habitada por indolentes, ignorantes e de *uma gente* desprovida da vontade de “fazer produzir” uma região cheia de recursos naturais.

Assim, as ações e as práticas sociais e culturais adotadas pelos agentes da Fundação Brasil Central em Aragarças, evidenciavam os anseios do Estado Nação em conhecer, controlar, modernizar e racionalizar o Brasil Central. Discurso tão contundente que se infiltrou na orientação identitária e representativa dos moradores da cidade, antes migrantes ao ermo, andarilhos da própria sorte, famintos em busca de sobrevivência e entregues aos infortúnios da vida garimpeira – opção melhor do que a seca, a fome e a miséria que enfrentavam no Norte ou Nordeste do país. O novo discurso oferecia orientação, função determinada e integrada a um projeto maior.

Como apontamos, as publicações na imprensa foram largamente utilizadas pelo Governo Vargas para a propaganda de suas ações “progressistas e integradoras” no Brasil Central, nos ajudando a compreender como as práticas sociais e culturais dos aragarcenses foram transformadas e moldadas, levando-os a introjetarem o discurso modernizador e a reivindicarem maior *status* social e cultural por entenderem-se exemplo de superação do “atraso”.



A Noite, Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1945.

As novas políticas do governo ofereceram um novo significado para a migração e a ocupação do *sertão*, a conquista dos *espaços vazios* passara a ser competência das ações estatais. Logo, aqueles que atuavam nas frentes de ocupação e expansão do progresso – como os ex-migrantes aragarcenses – passaram a contar com o respaldo do Estado e

dotados de significância e importância. Seriam os “soldados do progresso” pois, tinham a função de promover o desenvolvimento do *Oeste*, domar o sertão e construir a infraestrutura necessária que proporcionaria a integração nacional.

Os expedicionários que chegaram em Aragarças, em 1943, carregavam um forte sentimento de heroísmo e aventura, colaborando na transmutação dos antigos migrantes em “novos bandeirantes” que iriam promover a “civilização” do *sertão* (MAIA, 2012), pois as ações desenvolvidas pelos agentes da FBC transformaram os aragarcenses em “co-agentes” da modernização e racionalização do *sertão*. Entendemos que a população local não poderia ficar imune ao discurso estatal, que projetava uma imagem negativa e depreciativa daqueles que habitavam o Brasil Central. Os aragarcenses entenderam que poderiam “trocar de lado”, aparelhando-se a nova ideologia, tornar-se-iam “novos bandeirantes”.

Tal discurso revestira a alma dos “novos bandeirantes” de Aragarças de ânimo e importância. Todos os requisitos necessários à conquista do Oeste os migrantes de Aragarças possuíam: bravura para lograr grandes distâncias, resistência para o labor e para conquistar espaços, além da ânsia em adquirir riquezas duráveis e estáveis, contrárias àquelas atividades garimpeiras. O fato é que os migrantes tiveram sua condição alterada quando passaram a integrar a frente progressista do governo. Tendo consciência ou sendo apenas absorvidos na enxurrada ideológica, os migrantes aragarcenses se encorajaram do ideal de modernização, passando a defender as ideias governamentais como sendo as deles, compreendiam-se agentes do progresso, verdadeiros bastiões da civilização no *Oeste*, submetendo as intempéries da natureza à racionalidade do progresso.

Numa extensa e muito bem ilustrada reportagem – “Pânico na cidade dos diamantes” – a revista *O Cruzeiro*, de 1 de julho de 1944, relata as incertezas, fracassos, medos e misérias da vida no garimpo, evidenciando a representação negativa que esse “mundo desordenado” possuía junto a sociedade de então.

Aquilo resume tudo: o rio das Garças, quando entrega suas águas ao límpido Araguaia, forma duas cidades: dum lado, Barra de Goiás. De outro: Barra do Mato Grosso. E a miséria habita os dois lados. O diamante não é apenas o agente negativo de civilização: domina, despersonaliza e perverte a cidade e os homens. [...] Atraves do vale, montanhas de cascalho. Nossos olhos não descobrem uma plantação, um campo de pastagem, nada, absolutamente nada que não seja garimpo [...] ninguém planta, ninguém cria. A terra, em verdade, não é totalmente fértil. Arenosa e seca, não serve para todos os gêneros de cultura. Mas, há pedaços de bom terreno, que ninguém explora.

Quanto aos garimpeiros a publicação foi enfática: “o garimpeiro é, antes de tudo, um supersticioso. Acredita na sorte e no azar, nos malefícios, no olho-grande e nas “rezas”. Dizem que são, acima de tudo, honesto, mas não sei porque, todos andam com revólveres” e conclui com a assertiva, “Onde quer que ele vá, não irá em suas pegadas, a civilização, porque ele é o seu mais negativo agente”. Reportagens como essa nos possibilitou captar a intensidade da pressão simbólica e representativa sofrida pelos aragarcenses, que os fizeram renegar, abandonar e/ou encobertar qualquer ligação com esse ambiente “maléfico” do garimpo.

Em seu livro *Geopolítica e Memória: uma discussão do processo de desenvolvimento* (2016a), Hildeberto de Sousa Ribeiro, faz uma análise do processo de ocupação da região do Vale do Araguaia e as transformações ocorridas na vida e na memória dos migrantes que ocuparam a região desde a década de 1940, mostrando como a consolidação da ocupação da região esteve inserida dentro do projeto de construção da Nação implementado pelo Estado Novo. De forma que o autor, mesmo não sendo seu foco de estudo, apreendeu em entrevistas realizadas com os pioneiros moradores de Aragarças e Barra do Garças, o quanto o discurso ideológico governamental foi internalizado por aqueles, concluindo que foi “interessante registrar que alguns dos entrevistados mostraram-se orgulhosos por terem sido partícipes dessa dinâmica como trabalhadores “fichados” na Fundação Brasil Central. Esses trabalhadores sentem-se como soldados na reserva, pois estiveram a serviço da nação” (RIBEIRO, 2016b, p. 29).

Logo, os migrantes de toda a região do Garças/Araguaia buscaram se associar ao programa do governo, integrando as bases da Expedição e, posteriormente com a Fundação Brasil Central, sendo “fichados”, ou seja, buscando trabalho fixo, seguro e com um *status* social bem mais qualificado e distinto do que o de garimpeiro. Era a segurança da modernidade apontando para as terras que até aquele momento mostravam-se obscuras de perigos e penosidades, como sendo um luminoso espaço de esperança e riquezas. Como demonstra o depoimento de uma moradora que, juntamente com sua família, após anos de peregrinação chegam à Barra do Garças em 1943, encantados com as possibilidades de prosperidade que significava a atuação da Fundação Brasil Central,

Minha origem mesmo é de Tocantins, de Tocantinópolis, mas eu fui criada em Miracema do Norte. De Miracema do Norte eu vim com quinze anos para o Mato Grosso [...]. Aí papai pegou e soube que tinha nossa salvação que era a Fundação Brasil Central que nos trouxe para aqui. Papai soube dessa fundação e veio sondar a situação em Barra do

Garças, e viemos [...]. Papai gostou porque ali estava nosso futuro. Meu pai foi um homem de muita ideia. Ele via o futuro e fazia propaganda para minha mãe. “olha, nós vamos para Barra do Garças, lá é um lugar de futuro. Lá é a entrada para o Mato Grosso aquele mundão de terra”<sup>15</sup>(C., 2003 *apud* RIBEIRO, 2016a, p. 56).

Cabe analisarmos amiúde esse depoimento, pois revela muito sobre o lugar de memória da entrevistada e sobre o espaço que as cidades de Aragarças e Barra do Garças ocuparam nas teias de representatividade e no imaginário daqueles que moraram na região. O fato de a entrevista ter se dado no ano de 2003, período em que a cidade de Barra do Garças já havia firmado um status social e econômico de maior distinção que Aragarças, interferiu na maneira como o passado é representado pela participante, pois como já demonstramos, as bases administrativas da FBC estavam consolidadas em Aragarças e não em Barra do Garças.

Logo, depreendemos que as benesses que esperavam a família da participante configuravam-se na FBC e na sua sede de atuação: Aragarças. No entanto, como o depoimento é colhido em momento de declínio social e simbólico da cidade de Aragarças essa é preterida, tomando Barra do Garças seu lugar num claro objetivo de reafirmar o poder visionário do pai da entrevistada em enxergar um local de futuro, de crescimento e contínuo progresso. Justificando o silêncio, voluntário ou não, visto que a memória é seletiva, separando acontecimentos que devem ser lembrados daqueles destinados aos porões do esquecimento e, sendo também, fruto de uma construção social (POLLACK, 1992), a participante expõe a fragilidade representativa de Aragarças na constituição da memória individual e coletiva daqueles que vivenciaram seus tempos de distinção e poder social que, para não serem vinculados a derrocada experimentada pelo município, elegeram outro local de memória.

Por outro lado, o depoimento evidencia o poder atrativo que representou a FBC e a cidade de Aragarças. No início do século XX o progresso, a conquista dos *espaços vazios* e a integração do Brasil via *Oeste* – Brasil Central – eram perspectivas tão sólidas que o discurso ideológico da modernização foi facilmente introjetado pelos aragarcenses. A formação da cidade contava com o que havia de mais moderno: a começar com o planejamento urbanístico, plano diretor, cálculos e determinações de calçamento,

---

<sup>15</sup> Tais depoimentos foram colhidos pelo professor Hidelberto de Sousa Ribeiro (2016) entre os anos de 2001 e 2003, muitos participantes, por apresentarem idade avançada, já faleceram. De forma que tais memórias nos servem como embasamento na tarefa de compreender as representações sociais, simbólicas e identitárias construídas por aqueles que primeiro chegaram a região.

embelezamento público e bulevares. Projetos que até então tinham sido implementados na capital, Rio de Janeiro, e cidades da Europa, como Paris e Londres.

À medida que estas construções aconteciam, os funcionários da Fundação Brasil Central introjetavam os conceitos arbitrários e suasórios de civilização e de desenvolvimento social. Por isso, os pioneiros consideravam a cidade um reflexo de sua imagem e semelhança, quando dizem com orgulho que a cidade era “militar e federal”, um espaço especial “encantado pela Fundação”, como se lembrou Hortência Aguiar, que trabalhou na pensão da Fundação Brasil Central, ou um “reino intocável” como dissera Irah José Marques, telegrafista da Fundação Brasil Central (LIMA FILHO, 2001, p. 124).

De modo que, não haviam outras perspectivas para os pioneiros além das glórias e dos beneplácitos prometidos pelo progresso, desde que negassem e silenciassem as vivências passadas, a vida garimpeira e os sortilégios sertanejos. Cabia agora uma conduta visionária: a de enxergar o futuro que, obrigatoriamente, passaria por Aragarças rumo a *outros* sertões. Os aragarcenses cooptaram e incorporaram o discurso de que a cidade se erigiu sob a nobre missão de viabilizar a ocupação e “o espraiamento do desenvolvimento por toda a Amazônia Legal, além de garantir a presença do Estado na região central do Brasil” (RIBEIRO, 2016a, p. 14).

A matéria de Álvaro Gonçalves para o jornal *A Noite, Em Aragarças começa a civilização do Brasil Central*, de 27 de junho de 1945, proporciona uma amostra das ideias e das práticas estatais empreendidas sobre o território nacional, mais especificamente os *vazios* do Brasil Central, no intuito de *moldar* o Estado brasileiro a partir da racionalização do *Oeste*. A reportagem buscou enfatizar as benéficas transformações empreendidas pela ERX em Aragarças,

Hoje a luz elétrica rebentando a escuridão da escola ensinando a divisar fronteiras do mundo, são indícios positivos de que a Expedição Roncador-Xingu não significa apenas uma bandeira de desbravamento, mas sobretudo um precioso elemento a convidar à fixação à terra, para dela extraírem riquezas e com estas proporcionar vida à comunidade (GONÇALVES, p. 07, 1945).

Como exposto por Maia (2012), a conexão entre as ideias e as práticas estatais no processo de ocupação do Centro-Oeste – que em Aragarças foi representado pelas ações da ERX e da FBC – suscitaram nos envolvidos uma nova mentalidade, qual seja, a de bravos promotores da “civilização”. Logo, quando a publicação destaca que a

comunidade teria “vida”, caso aceitasse o convite da razão, demonstra que os expedicionários desconsideraram todas as relações econômicas, sociais e culturais partilhadas pelos aragarcenses antes da chegada da “bandeira”. Assim, quando os aragarcenses passaram a integrar o corpo funcional e simbólico da FBC e constituíram-se em “novos expedicionários”, empreenderam também a negação do mundo garimpeiro e sertanejo.



A Noite, 27 de junho de 1945.

Ao constituir-se em base de apoio para a Marcha, Aragarças teve suas vias de acesso pensadas em dois eixos principais que se encontravam onde os expedicionários haviam instalando o Cruzeiro, o Marco Zero, ou seja, onde anteriormente nada havia de significativo e de importância. A seta, a estrada, o rumo do país – o outro eixo – apontava para o Norte, singrando o rio Araguaia a certeza da promoção do progresso e da civilidade fazia o papel da ponte, que seria inaugurada em 1958. Todo esse vigor em sustentar a nação por meio da conquista do *Oeste* enraizou-se nos aragarcenses.

O intuito era cooptar e controlar aqueles que eram arregimentados a trabalharem na conquista do *Oeste*, reordenando a realidade social dos aragarcenses a partir do momento em que estes passassem a pertencer ao quadro de funcionários do órgão. Com a construção da cidade nova identidade é erigida pelos moradores de Aragarças, a negação do garimpo e do *sertão*, demonstra o alcance do poder simbólico representado pela ideologia estatal.

As feições da cidade iam tomando formas devido às edificações da Fundação Brasil Central, como a olaria, as oficinas, o aeroporto, o hotel, o hospital, estes dois últimos denominados “Getúlio Vargas”, e às casas dos funcionários da Fundação Brasil Central. À medida que estas construções aconteciam, os funcionários da Fundação Brasil Central



introjetavam os conceitos arbitrários e suasórios de civilização e de desenvolvimento social. Por isso, os pioneiros consideram a cidade um reflexo de sua imagem e semelhança... (LIMA FILHO, 2001, p. 124).

Aqueles que não estavam inseridos nos quadros na FBC eram depreciados, e desclassificados socialmente, pois representavam o garimpo, o sertão, a barbárie e tudo aquilo que deveria ser decomposto pela “civilização”. Aragarças personificava a *distinção*, exemplo de como o governo iria promover a conquista dos *espaços vazios*, organização e eficiência em nome da integração nacional.

A ‘parte’ da Fundação Brasil Central, do ponto de vista dos pioneiros, representava o ‘todo’. Por esse raciocínio, o sertão, o garimpo, enfim os ‘Outros’, e tudo relacionado a eles, deveriam ser englobados pela Fundação Brasil Central, que era metonímia do Estado, do poder, do civilizado e da modernidade (LIMA FILHO, 2001, p. 127).

Aragarças, como *cidade imaginária* (PESAVENTO, 2006), representou o resultado das aspirações de todo um aparato ideológico nacional, tanto no plano simbólico quanto transmutado em uma realidade que norteou a formação da identidade local calcada na distinção desse poder de viver e/ou tornar a representação do que se deseja como sendo real em formas possíveis de reorganização da ordem social. Ou seja, as representações sociais e identitárias dos aragarcenses que viveram no período de atuação da Fundação Brasil Central, foram regidas pela importância e imponência do discurso ideológico progressista que implementou a *Marcha para o Oeste* e a cidade de Aragarças. Como demonstra a reportagem do Jornal *Correio da Manhã*, de julho 1945, “onde agora Aragarças vai repontando, graciosa e faceira, a sorrir, lá do alto de um “plateau”, junto à confluência daqueles dois rios, cuja história se vai doravante enriquecer de novo e luminoso capítulo, que só a civilização saberá compor” (*Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1945).

De tal maneira que, os moradores se sentiam integrantes, executores e verdadeiros benfeitores do sentimento de brasilidade, civilidade e modernização no *Oeste*. Tanto que reorganizaram suas referências geográficas a partir desse sentimento e deslocaram para mais ao Norte o obscurantismo social e econômico do qual a denominação *sertão* implicava. “Quando o plano original da cidade é concebido por um homem ou grupo de homens específicos – parece ficar mais claro que estes trazem para o traçado urbano a sua própria visão de mundo e o universo cultural no qual se acham mergulhados” (BARROS, 2012, p. 93).

O discurso da vereadora Célia Jacarandá, na solenidade que marcou a passagem de Aragarças de povoado à distrito da cidade de Baliza, em 06 de dezembro de 1951, refletiu o arcabouço teórico utilizado para legitimar o poder simbólico de Aragarças, transvestindo ao *povo*, os aragarcenses empregados na Fundação Brasil Central, o poder de alavancar o futuro município às glórias do desenvolvimento. De forma que, os aragarcenses são inundados com o sentimento de superioridade simbólica, destacando sua distinção a partir da diferenciação com o *outro*: o garimpeiro, o sertanejo, o índio e, por conseguinte, o atrasado.

Nesta hora de entusiasmo cívico, em que congregados, nos achamos para o ato de Instalação do Distrito nesta formosa Aragarças – diamante encravado no lindo anel Brasil, é forçoso para os filhos deste torrão, usar da palavra para saudar o distrito e autoridades todas, bem como o povo de Aragarças que, depois de Deus, foram os colaboradores deste triunfo (JACARANDÁ, 1951 *apud* LUZ, 2009, p. 26).

As considerações de Kathryn Woodward (2014), sobre identidade, representação e diferença, nos auxiliaram a compreender como os significados produzidos pelas representações sociais orientam o cotidiano e a própria ideia que os indivíduos fazem de *si*. “A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?” (WOODWARD, 2014, p. 18).

Para os aragarcenses as respostas a esses questionamentos vieram com o discurso oficial carregado pela FBC, pois “em momentos particulares, as promoções de *marketing* podem construir novas identidades” (Idem, 18). Ao analisarmos as publicações do período podemos compreender que as várias matérias jornalísticas sobre a Expedição Roncador/Xingu, Aragarças e a FBC tinham o claro intuito de engrandecer as ações governamentais e dos agentes envolvidos em “levar a civilização até o sertão”.

Comprendemos que o momento vivido pelos protagonistas do estudo exigiu uma *negociação identitária*, pois com o advento do discurso de modernização, integração e “civilização” do sertão aqueles que já se encontravam ali – os *estabelecidos* de Barra Goiana e Barra Cuiabana – se viram a mercê de se transformarem nos *outsiders* – lugar ocupado até então pelos indígenas. Aragarças foi a primeira a repensar seu posicionamento identitário, pois quando se tornou base de apoio da ERX buscou

reconstruir suas bases de identificação aparelhadas com o discurso da modernização e da civilidade.

Como observa Hall (2014), a identificação é uma construção que está sempre em processo, exigindo um trabalho discursivo de marcação de fronteiras simbólicas de modo que, a demarcação identitária de um grupo só existe a partir do *outro* que nega e exclui, ou seja, para existir uma coesão identitária é preciso que exista a diferença. “Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui” (HALL, 2014, p. 106).

De modo que, no momento de perigo – da perda da posição de *estabelecidos* – Aragarças *escolhe* as representações simbólicas trazidas pela palestra da FBC compondo uma identificação que, assim como o discurso oficial, nega o garimpo e suas relações simbólicas, econômicas e sociais instituindo-o como *outsiders*, o *outro*. As reportagens a seguir exemplificam a maneira como a *identidade progressista* de Aragarças fora nutrida.

A primeira, do *Diário de Notícias*, de 7 de maio de 1944, descreve como as fronteiras políticas e econômicas do “serrado brasileiro” eram unidas pelo abandono das práticas econômicas pouco rentáveis, como a criação de gado “a solto” e o garimpo. A reportagem destaca que a Fundação, ao chegar à Barra Goiana, encontrou “duas aldeias, casas cobertas de palha”, e logo iniciou a colonização com “plano de urbanização racional”, afirmando que “as primeiras enxadas dos colonizadores” levavam o sertão “à valorização inevitável”, seguindo da “mais intensa circulação de riqueza”. Para concluir, a publicação atesta: “e o Oeste ressurgiu na objetivação da política preconizada pelo presidente Getúlio Vargas, removendo para o ocidente uma civilização que viveu séculos debruçada sobre o Atlântico”.

O jornal carioca *A Noite*, de 25 de junho de 1945, relata a visita do presidente Getúlio Vargas à Aragarças, afirmando que ele ouviu os moradores locais acerca de suas necessidades recebendo grande número de garimpeiros, “inteirou-se da vida de cada um e colheu curiosas informações desse comércio “*sui generis*” que se praticava nesta região”. A publicação ressalta que “os garimpeiros manifestaram a sua satisfação ao chefe de estado do Governo pelas iniciativas da Fundação Brasil Central em Aragarças, onde encontram médicos, remédios e outras utilidades de modo fácil”.

O Matutino de Maior Tiragem do Distrito Fe

# No rumo do rio das Garças

Fazen-o unir fronteiras econômicas a fronteiras políticas — O caminhão, o homem e o gado — Na terra dos serrados sem fim



Magnífico panorama do Brasil Central: um trecho acidentado do leito do rio das Garças

**MATUTINO DO RIO DAS GARÇAS** — Aberto (De Rio de Janeiro, Estância Especial, da Agência Nacional) — Cerca de 1.000 quilômetros nos separam do primeiro centro de civilização. Entre nós e ele, algumas cidades e pequenas povoações, algumas delas, entretanto, com condições de auto-suficiência, tal que as libertam daquele centro abastecedor. Entretanto, pelo que prevê o polo que por ali trabalha, é o destino obrigatório para todos os produtos de consumo, ao mesmo tempo que consumidor e mercado para a produção local. Há mil quilômetros — e esta é estância legítima, quase — onde a estrada foi traçada, a "romântica", na deliciosa paisagem da qual gora, habitada a locais como unidade de distância. Os povoados aliam-se de longe, sem se verem, apoiadas por rotatórias secas de planícies. O caminho é o único traço de unidade entre elas, e suas propores gigantes em toda a vida, desde região que vai das margens do Paraná às de Araguaia. Mas caminho não conduz gado, e dificilmente são produzidos para uma linha de casas ou um depósito para ser transportado. Então, como o foz da ribeira local são as enormes manadas de gado, e os garranos, o friso, as áreas pela ausência de rotas. É o problema transporte, fator crucial na dificuldade para a elevação do padrão de vida local. **O PROBLEMA DAS GRANDES PROPRIEDADES** Uma vida parvoitica da terra dá ao viajante uma impressão fantasiosa. O mundo sem fim, encontrando-se com o horizonte há onde a vista alcança, se estende sem uma ruína, sequer, de uma mancha ou de uma mancha. Há quase dez mil léguas, há os quatro séculos são transportadas. Mas é necessário que a gente se habitue. Aquela mancha desolada de mil léguas para não se aliar com as pastas rasguilas a partir da vida. Toda aquela extensa zona representa, agitada, uma parcela mínima do que integra a região. E seu aspecto não deve ser absoluto, servir para caracterizar a região, mas porque a estrita procura se tornava menos atualizada para as ideias. Se isso é a produção dos



**AS BARRAS COMO FATORES DE CIVILIZAÇÃO**  
Não avanço por lanes, esta-

equivocados quando negam as labores a Fundação sua primeira rodovia, as sugestões que têm a seu dispor e mesmo nada útil e das obras dadas, que foram realizadas que, com a sua ajuda, com os recursos de suas quatro rodovias e da presença de suas mãos e mentes, tiveram que encontrar caminho através das montanhas. Outras há em que planície fértil se encontra e onde o gado pastoreira, que cria e, através a aproximação das montanhas, vai procurar alimentação que lhe mantém as formas solitárias. Porém parece impossível que a paisagem seja a diversidade de barre, as margens salienta da rodovia ofereçam pasto ao gado media o tempo. Mas o gado tem dono, e o homem necessita de utilidades que o caminhada de terra. Sua casa fica, pois, à beira da estrada, esperando que a terra de onde tira o sustento com a cria do gado se aproxime em busca de lugares mais férteis, mais convenientes, mais distantes. De suas ambições são pequenas, o que lhe rende o gado, assim levado e sem dar maiores despesas, lhe basta. No entanto, abandonada a fazenda, vem para outros locais confortáveis e, levantando melhores as condições da propriedade, procura na especulação, sem intermediário, em algum agido nos mercados consumidores, o que lhe dá um preço que lhe vê oferecer, na carteira, os baldetes. De qualquer maneira, o problema conforto não existe no local. A própria fazenda para o próprio consumo não merece a mínima atenção. Com ela, desaparecem motivos de colonização e de sub-urbanização de vilagens, pela existência de meios de produção e meios de transporte. Há vários distritos, com um único homem, ajudado por dois mulattos — os "cavalheiros" — tomam conta de centenas de cabeças de gado que, por sua vez, ocupam dezenas e dezenas de alqueires de terra que, cultivadas, empregariam milhares braços. Então, em suas terras grandes, os problemas que a Fundação Brasil Central se propõe a procurar no momento solucionar.

**AS BARRAS COMO FATORES DE CIVILIZAÇÃO**  
Não avanço por lanes, esta-

estabelecimento quando negam as labores a Fundação sua primeira rodovia, as sugestões que têm a seu dispor e mesmo nada útil e das obras dadas, que foram realizadas que, com a sua ajuda, com os recursos de suas quatro rodovias e da presença de suas mãos e mentes, tiveram que encontrar caminho através das montanhas. Outras há em que planície fértil se encontra e onde o gado pastoreira, que cria e, através a aproximação das montanhas, vai procurar alimentação que lhe mantém as formas solitárias. Porém parece impossível que a paisagem seja a diversidade de barre, as margens salienta da rodovia ofereçam pasto ao gado media o tempo. Mas o gado tem dono, e o homem necessita de utilidades que o caminhada de terra. Sua casa fica, pois, à beira da estrada, esperando que a terra de onde tira o sustento com a cria do gado se aproxime em busca de lugares mais férteis, mais convenientes, mais distantes. De suas ambições são pequenas, o que lhe rende o gado, assim levado e sem dar maiores despesas, lhe basta. No entanto, abandonada a fazenda, vem para outros locais confortáveis e, levantando melhores as condições da propriedade, procura na especulação, sem intermediário, em algum agido nos mercados consumidores, o que lhe dá um preço que lhe vê oferecer, na carteira, os baldetes. De qualquer maneira, o problema conforto não existe no local. A própria fazenda para o próprio consumo não merece a mínima atenção. Com ela, desaparecem motivos de colonização e de sub-urbanização de vilagens, pela existência de meios de produção e meios de transporte. Há vários distritos, com um único homem, ajudado por dois mulattos — os "cavalheiros" — tomam conta de centenas de cabeças de gado que, por sua vez, ocupam dezenas e dezenas de alqueires de terra que, cultivadas, empregariam milhares braços. Então, em suas terras grandes, os problemas que a Fundação Brasil Central se propõe a procurar no momento solucionar.

**EM TIERRA RESPONDE**  
**AO ATÉLIDE**  
Desconhecido, a não ser de um pequeno grupo de formadores negligentes do gado, a vasta extensa jazida escondida atrás da fama de atilado, de terra boa, apenas para pasto e sem valor para a lavoura. As geometrias estranhas dos colinas, estranhas, fragmentadas e até se encontram em covas abertas. Elevaram-se as primeiras colinas. Ao mesmo tempo, a topografia se intensificava, oferecendo escuridão para a produção. A valorização intensiva, apesar de uma mão intencionalmente da riqueza. E o Que se tornou há objetiva da política, apresentada pelo presidente Getúlio Vargas, removendo para o Distrito uma civilização que vivia sob as débrecas de suas a alturas.

### O presidente Vargas em visita aos empreendimentos da Fundação Brasil Central

ARAGARÇAS, 25 (Do enviado especial da Agência Nacional) — Durante a tarde de ontem, o presidente Getúlio Vargas, em companhia do capitão Antônio Basilio, percorreu esta cidade, conversando com diversos moradores que se lhe aproximavam. Nessa palestra, S. Ex. não só ouvia, mas procurava saber das aspirações e necessidades do povo desta nova cidade.

### Numerosos garimpeiros visitam o chefe do governo

ARAGARÇAS, 25 (Do enviado especial da Agência Nacional) — Numerosos garimpeiros, que aqui vivem há mais de vinte anos exclusivamente da procura de filizantes, estiveram visitando o presidente Getúlio Vargas, S. Ex. recebendo a todos, interessando-se da vida de cada um e colheu curiosas informações de sua condição "suí generis" que se pratica nesta região e de qual vivem milhares de pessoas. Os garimpeiros manifestaram a sua satisfação ao chefe do Governo pelas iniciativas da Fundação Brasil-Central em Aragarças, onde hoje encontram médicos, remédios e outras utilidades de modo fácil.

### Salário-família para os trabalhadores da Fundação

ARAGARÇAS, 25 (Do enviado especial da Agência Nacional) — Na noite de ontem o ministro João Alberto proporcionou uma surpresa aos funcionários, técnicos e operários que aqui trabalham. Antes de ser iniciada a sessão de cinema ao ar livre, na qual foram exibidos pela primeira vez, nesta cidade, filmes sonoros e coloridos, o ministro João Alberto fez ler uma sua resolução assinada que a Fundação Brasil Central resolveu conceder o salário-família aos seus empregados. Conhecido o fato, entre o contratamento geral, o comandante da base comemorou a resolução, oferecendo exemplares de como será distribuído o referido abono. Sob palmas, a numerosa assistência aplaudiu o presidente Getúlio Vargas.

A Noite, Rio de Janeiro, 25 de junho de 1945.

Assim, na luta pelo poder de determinar e legitimar a distinção de Aragarças tiveram êxito os que representavam o discurso ideológico estatal, os funcionários da Fundação Brasil Central, que anteriormente ocupavam postos identitários e simbólicos junto ao mundo do garimpo e do *sertão*, mas que reformularam sua identidade a partir das novas estratégias simbólicas. Desse modo, pode-se pensar nas considerações de Bourdieu (2010) acerca das disputas simbólicas que outorgam aos indivíduos a

capacidade de *determinar* o que é o *real*, ressignificando as fronteiras regionais, desvinculando-as do sertão e do garimpo para ligá-las àquela cidade progressista que estava sendo constantemente representada e exaltada na imprensa. Assim como Hall (2014) assinalou que a identidade moderna era fluida, suportando *negociações* e *escolhas* que orientassem a vivência dos sujeitos, Bourdieu (2010), assinala que os *discursos* também sofrem transformações no intuito de manterem-se dominantes,

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora (BOURDIEU, 2010, p. 116).

Ou seja, os detentores do poder simbólico de Aragarças enxergaram na adesão ao discurso de modernização a oportunidade de sair do ostracismo, se desvinculando do mundo sertanejo, carregado de sentidos depreciativos e incivilizados, negando a fronteira garimpeira, a ligação com a cidade vizinha de Barra do Garças e suas origens em uníssono. Pois, como observa Leenhardt (2002), o *limes* da fronteira carrega em si um espaço de possibilidade e não apenas de limite, de fim, de intervalo ou borda. Seria a terceira dimensão da fronteira, da passagem, “ambivalente porque a fronteira é trânsito que comporta dois estados de ser, e ambíguo porque traz consigo uma promessa de superação no tempo, na possibilidade de ser um outro, um terceiro” (PESAVENTO, 2002, p. 37).

Para Aragarças e aqueles que estavam investidos do poder simbólico representado pela Fundação Brasil Central, a terceira dimensão da fronteira foi a aceitação e a propagação do discurso do progresso e da modernidade. A cidade em si vivenciou os dois estados possíveis dessa terceira dimensão, pois abrigara a parte ‘alta’ e distinta, legitimada pelo discurso ideológico estatal e pela postura adotada pelos seus funcionários, e a parte ‘baixa’, próxima ao rio, perfilada à cidade vizinha de Barra do Garças onde as relações simbólicas eram negativas e pejorativas.

Assim, Aragarças começa se dividindo na parte da cidade do “aqui em cima” e a cidade do “lá embaixo”. Na parte do “aqui em cima”, [...] estavam os militares, os expedicionários e as construções da Fundação Brasil Central. A parte do “lá de baixo”, [...] estavam os garimpeiros, os sertanejos, o comércio e a diversão (prostituição) (LIMA FILHO, 2001, p. 126).

A terceira dimensão da fronteira ocupada por Aragarças foi a do “progresso e da modernidade”. Situada na fronteira entre os estados de Goiás e Mato Grosso a cidade não era nem de um estado nem de outro: era Federal. As relações simbólicas que orientaram as convivências sociais com a cidade vizinha, Barra do Garças, foram formuladas a partir dessa terceira dimensão. O que proporcionou aos aragarcenses a construção de um sentimento de superioridade social, de *status* social altivo, suscitando tratamentos díspares com relação aqueles que habitavam a parte ‘baixa’, ligados ao garimpo e ao rio.

Durante a revisão bibliográfica das pesquisas de diferentes áreas e focos de interesses que tinham como cenário de investigação as cidades de Aragarças e Barra do Garças, um ponto em comum apareceria constantemente: as divergências representativas, simbólicas, identitárias e sociais entre os aragarcenses e barra-garcenses. O foco da tensão era a maneira como compreendiam-se e enxergavam a cidade do *outro* e ao mesmo tempo a negação e a não percepção de tais disparidades por parte dos moradores entrevistados, ou seja, havia uma névoa a encobrir a convivência da diferença na semelhança da fronteira geográfica atenuada pela ponte João Alberto (LIMA FILHO, 2000; 2001; RIBEIRO, 2004; MACIEL, 2006; 2011; RIBEIRO, 2016a; MARTINS, 2015; SANTOS, 2016).

Fato que nos levou a analisar a fronteira cultural de maneira mais contundente em nosso estudo pois, “a fronteira cultural é trânsito e passagem, que ultrapassa os próprios limites que fixa, ela proporciona o surgimento de algo novo e diferente” (PESAVENTO, 2002, p. 37). E assim como em Winston Parva, comunidade que gozava basicamente das mesmas características econômicas e sociais, tínhamos duas cidades erigidas na semelhança, coabitando um mesmo espaço social, não tendo na fronteira geográfica impedimentos para travarem relações de similaridades. Aragarças desenvolveu suas categorias de *outsiders* e *estabelecidos* a partir da apropriação da ideologia estatal de modernização e progresso.

A estruturação da Fundação Brasil Central e a consolidação do discurso progressista por aqueles que detinham o poder simbólico na cidade de Aragarças – os funcionários da FBC – fizeram a categoria *outsiders* aparecer. A parte ‘baixa’, o garimpo, o sertão e as práticas culturais ligadas ao mundo sertanejo foram colocadas como negativas. Um exemplo foi que, com a chegada da Fundação Brasil Central, Aragarças ganhara novo padroeiro, São Judas Tadeu, sendo construída nova igreja em sua homenagem. A antiga capela, destinada ao Senhor Bom Jesus, que denotava aos tempos dos migrantes sertanejos e ao tempo do garimpo fora abandonada

São os poderes econômicos e ideológicos que mais contribuem para que um determinado grupo se estabeleça, incultando no outro as características depreciativas socialmente. Como bem colocado por Elias e Scotson (2000), o estigma se diferencia do preconceito por ser direcionado a uma coletividade, a um grupo de pessoas, não se tratando de uma conceituação individual. “Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 24).

Nesse estudo nos deparamos com situações complexas de estigmatização. Uma delas se apresentou no discurso modernista trazido pelos expedicionários e consolidado pela Fundação Brasil Central, qual seja, a depreciação dos garimpeiros, do *sertão*. Logo, os primeiros moradores de Aragarças viram que poderiam “trocar de lado” caso adotassem o discurso do *estabelecido* – dos representantes do progresso, na figura da Fundação Brasil Central – encorajados com nova roupagem, passaram a depreciar e a estigmatizar aqueles que ainda estavam ligados ao mundo do *sertão* e do garimpo.

De tal forma, que o *outro*, os *outsiders* tornaram-se aqueles que antes eram semelhantes. Tal transmutação é justificada na tentativa de legitimar a nova posição alcançada pelos (novos) *estabelecidos*, ou seja, aqueles que se tornaram funcionários da Fundação Brasil Central e guardiões do progresso no Vale do Araguaia. “O caráter auto-engrandecedor de um diferencial maior de poder lisonjeia o amor-próprio coletivo, que é também a recompensa pela submissão às normas específicas do grupo, aos padrões de continência afetiva [...]” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 44), quanto maior fosse a introspecção e mais alto fosse o coro à defender a homília estatal, máxima ascensão teriam na conjuntura capaz de diferenciar e classificar o *Outro*. O depoimento do participante H, demonstra como o *outro* é importante para que se estabeleça o estigma e como as pequenas situações são usadas para denotar superioridade,

[...]Naquele tempo tinha a Base Velha, tinha máquina de arroz pra dá ali pro pessoal da fundação, açougue e tinha o almoxarifado que tinha lá jabá, farinha, que vinha de São Paulo e feijão preto. Era o que a fundação tinha pra vender. Passamos anos com isso...anos...naquele tempo foi uma crise danada viu. Naquele tempo eu era contratado e os outros era funcionário, aí tinha umas velha lá, Armando Pereira era o chefe do almoxarifado, aí as velha gritava de lá: Armando você atende os funcionários primeiro! E nós pegava só os restoio, só o restoio. Aí em 60 eu enchi o embornal, naquele tempo eu já era da fundação. Veio cheio o embornal (PARTICIPANTE H, 2018).



Assim, durante o tempo de atuação da Fundação Brasil Central na cidade de Aragarças, seus funcionários e aqueles ligados a administração municipal constituíram para si relações simbólicas que os diferenciavam positivamente com relação à cidade vizinha, Barra do Garças. Tendo cultivado o discurso da modernização bem junto ao seio social puderam adubar as relações simbólicas e identitárias da cidade e daqueles que tinham o poder de definir posições de pertencimento e/ou exclusão social. Isso concorrera para que os aragarcenses reivindicassem distinção social, *status* identitário e simbólico em paridade com os daqueles centros cosmopolitas, cabendo à pequenez cidadina, simbólica e social aos que não abrigaram – efetivamente – a odes da consolidação nacional.

## 2.2 – Extinção da Fundação Brasil Central e os novos investimentos da SUDECO.

A narrativa histórica de Aragarças, pelo menos aquela cristalizada pelos pioneiros – os funcionários da Fundação Brasil Central – tivera insólita surpresa quando em 1967 o governo determina a extinção da FBC e a compulsória aposentadoria de seus funcionários ou o remanejamento para outros órgãos federais. A Lei n. 5365 de 01 de dezembro de 1967, criou a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior (MINTER). Por essa mesma lei foi extinta a Fundação Brasil Central e transferidos à SUDECO seu acervo patrimonial, recursos orçamentários e serviços. Com a mudança repentina muitos foram aqueles que optaram pela aposentadoria a abandonarem a *cidade-mar* do sertão (LIMA FILHO, 2001, p. 128).

As mudanças políticas e administrativas transformaram drasticamente o cenário econômico, político e social, da “princesinha do Oeste”, abandonada e esquecida a própria sorte na boca do *sertão*. Este, por sua vez, se via cada vez mais povoado e em franco enriquecimento. Barra do Garças, cidade vizinha a Aragarças, situada à margem esquerda do Araguaia, passa a receber incentivos econômicos e levas de migrantes sulistas e em pouco tempo tornou-se a cidade polo do Médio Araguaia.

A Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – SUDECO, tinha como objetivo a elaboração, coordenação e administração de planos que impulsionassem o desenvolvimento da região. Diferentemente da Fundação Brasil Central, que além de elaborar, administrar, também executava as ações e os projetos, a SUDECO delegou a empresas privadas, multinacionais e colonizadoras a tarefa de ocupar

as áreas do Centro-Oeste e da Amazônia. Neste contexto, coube ao Governo Federal subsidiar tais empreendimentos, principalmente as empresas colonizadoras, pois prestaram um serviço de carácter logístico aos problemas fundiários enfrentados pelo país: deslocando as massas camponesas do Sul e Sudeste para o Centro-Oeste, amenizando as tensões no campo e as pressões por reforma agrária.

Aragarças não teve participação nessa nova logística administrativa, não sendo beneficiada por esses subsídios por duplo gargalo: em primeiro, a área que compreendia o município pertencia ao Governo Federal, que somente em 1975 concedeu o território a livre divisão e administração à esfera municipal. Com uma extensão pequena (600, 66 km<sup>2</sup>) não poderia oferecer mais glebas de terra que viabilizassem um projeto de colonização; o segundo ponto, reivindicado pela memória administrativa da cidade, até como uma justificativa para a inexpressividade atual da cidade, foi a burocracia. Segundo o participante C – ex-político aragarcense, contemporâneo da atuação da FBC em Aragarças – os gestores da época não tinham conhecimento nem habilidade para compreender, “[...] não tinha escritório de planejamento e os projetos para obter dinheiro público é muito complexo, exige uma série de situações e os prefeitos muitos leigos, não tinha pessoal qualificado, despreparados e eles propriamente na sua personalidade um pouco tímido...” (PARTICIPANTE C, 2018).

Martins (2015), confirma que os projetos exigidos pela SUDECO para viabilizar os subsídios e empréstimos deveriam seguir uma longa e complexa rede burocrática, exigindo maior grau de instrução e influência de seus propositores. Justamente o que faltara aos administradores aragarcenses do período, pois

A Sudeco teve como objetivo principal, promover o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste. Porém, tratou-se de um órgão que se propôs a dar subsídios e apoio pautados por certas burocracias, até então, não exigidas na extinta FBC. Uma barreira enfrentada por gestores de muitas municipalidades; em Aragarças não foi diferente, parte dos gestores políticos tinham pouca formação, fator que impediu elaborações de projetos para o período, que visasse implantação de recursos que fossem liberados pela Sudeco (MARTINS, 2015, p. 48).

Levemos em consideração que as referências administrativas anteriores eram aquelas geridas pela Fundação Brasil Central que não possuíam teias burocráticas, etapas, prazos e negociações mais elaboradas, próprias de um modelo de governo firmado no paternalismo e numa outra ótica de expansão e povoamento do Centro-Oeste. A criação

da SUDECO marca uma nova etapa do processo de ocupação dos *espaços vazios* brasileiros. A ocupação da fronteira interna, o Centro-Oeste, foi compreendida dentro da ótica capitalista, o intuito era promover o emparelhamento da agricultura brasileira à economia de mercado. O capital precisava chegar ao campo.

Como o governo militar não tinha a intenção de promover uma modernização das estruturas sociais e da distribuição do capital entre as classes sociais foi pensado um modelo mais “conservador” para solucionar o problema da reforma agrária, visto que, para promover a modernização da agricultura era urgente que as zonas produtoras se expandissem pelos *espaços vazios* que ainda figuravam no Centro-Oeste. A solução foi conceder, “desapropriar” essas áreas devolutas municipais e oferece-las às empresas privadas. “O parcelamento de extensos municípios, como foi o de Barra do Garças, disponibilizou imensas áreas para reforma agrária [...], ou seja, uma reforma em moldes capitalistas” (RIBEIRO, 2001, p. 47).

Neste contexto, a representação imagética e distintiva, que parece subsistir no bojo da memória coletiva dos pioneiros de Aragarças, de uma cidade fundada para representar a ideologia nacional de uma época, coroada de importância e poder simbólico frente à vizinha, Barra do Garças, sofre traumático abalo. A extinção da Fundação Brasil Central e as novas normas implementadas pela SUDECO evidenciaram que a função da FBC não fora a de criar e promover, numa constante, o desenvolvimento de Aragarças e a doma do *sertão* a partir de sua aura progressista,

A construção de estradas, a criação de povoamentos e a implementação de uma rede de comunicação, ligando Barra do Garças ao Estado de Goiás e, conseqüentemente, aos estados de Minas Gerais e São Paulo, de fato criaram as condições para que na década de 1970, o município pudesse se incorporar ao mercado produtivo nacional. Nesse sentido, *pode-se dizer que a Fundação Brasil Central cumpriu sua tarefa, ou seja, graças a sua intervenção, o município de Barra do Garças, a partir de 1965, estava preparado para a nova fase de efetivação das relações capitalistas no Centro-Oeste e Amazônia* (RIBEIRO, 2001, p. 34) grifo nosso.

Tal mudança parece não ter sido seguida pelos gestores e moradores aragarcenses que presos aos tempos desenvolvimentistas, promovidos pela atuação da FBC, não acompanharam as novas tramas políticas e administrativas que implementaram alterações profundas na formulação de planos econômicos e na concessão de investimentos que visavam a promoção da modernização da economia brasileira.

A transferência do governo democrático para o Regime Militar, em 1964, refletiu no campo ideológico. Se antes o governo conclamava a Nação a se unir em um *só corpo* buscando a segurança nacional e a integração de todos os espaços nacionais, o Regime Militar buscava a racionalização das ações em prol de um alinhamento com as políticas de mercado, ou seja, os investimentos no sentido de modernizar, ocupar e integrar o país passaria às mãos do capital. Logo, a obtenção do lucro, a transformação da terra em mercadoria e a restrição a sua posse tornaram-se mais importantes que a introspeção de sentimentos nacionalistas. “Em suma, a incorporação de novos espaços ainda não tipicamente capitalistas é o princípio lógico que norteia as concepções políticas dos governos militares” (RIBEIRO, 2001, p. 48).

Diante desse cenário, Lima Filho (2000, p. 80) constatou as angústias dos pioneiros com a perda do seu referencial do construto social e simbólico,

A metanarrativa construída pelo Estado e de maneira especial nesse período histórico sustentada plenamente pelos pioneiros e que articulou as noções de nação, civilização e em preencher de modernidade os espaços, se fragmentou com a “crise”. Desabava, assim, sobre a vida dos pioneiros o *background* ideológico que dava sentido às suas ações, e que os inspirava a serem heróis e que lhes ancoravam no tempo e no espaço da Fundação Brasil Central.

Mesmo Aragarças sendo formada e firmada por uma identidade coletiva voltada para a promoção do progresso e do domínio da “barbárie” – a construção da ponte sobre os rios Garças e Araguaia, a implementação dos geradores que proporcionavam luz elétrica e o correio aéreo diário com a capital – com a extinção da FBC seus moradores se veem sem base e sem referencial identitário e distintivo, não sabendo quais construções simbólicas e imaginárias invocar para tapar o vazio deixado.

Por esta feita é que a narrativa histórica empreendida pelos pioneiros de Aragarças perdera seu referencial de ser, visto que, os ex-funcionários da FBC só compreendiam sua posição distintiva enquanto propulsores do progresso e promotores das façanhas que possibilitaram a abertura de estradas e construção de pontes<sup>16</sup>, dentre outros elementos que os conectavam com o ideal nacional de progresso e conquista dos *espaços vazios*. Enchendo-se os sertões esvaziou-se a identidade dos aragarcenses.

---

<sup>16</sup>Manuel Ferreira Lima Filho, em entrevistas realizadas com os ex-funcionários da FBC: “Dois pioneiros que fazem a leitura do presente “desvalorizado” com a lente de um passado qualitativo, quando arrancar o toco da estrada e ser “funcionário público federal” eram situações dignas de reconhecimento” (2000, p.81)

Entendemos que os pioneiros defendiam um ideal identitário coeso e coletivo, qual seja, o de pertencentes da construção ideológica dos “bandeirantes modernos” e desbravadores do *Oeste*, imbuídos de uma causa nobre: a consolidação da identidade nacional. A revista carioca *O Cruzeiro*, de 8 de outubro de 1949, nomeou uma de suas matérias de “A “bandeira de o Cruzeiro” no rio das Mortes: reportagem sobre a campanha desta revista aos bandeirantes modernos...”, seguia-se um rico material fotográfico da paisagem e dos “bandeirantes” – Enzo Pizano (descrito apenas como *bandeirante*), a enfermeira Teresa de Sousa, o médico Noel Nutels, os pilotos Clóvis Espindola e José Povia, o almoxarife Rui Monteiro, Orlando Villas Boas é denominado de “um impressionante desbravador” – expondo a base representativa e simbólica utilizada pelos pioneiros na sua identificação.

A mesma revista, em julho de 1944, havia feito uma reportagem sobre a miséria da vida garimpeira no Garças, da precariedade das moradias, das condições de vida e alimentação e do insípido comércio. Uma profusão de adjetivos e fotografias que buscavam confirmar a ideia de que o garimpo era inimigo da civilização e o garimpeiro seu agente mais pernicioso, pois onde colocava a bateia a civilização não vingava.

Fazendo uma análise das publicações da revista *O Cruzeiro*, averiguamos várias outras reportagens do período que também tinham o intuito de engrandecer o projeto governamental de “colonização do Oeste”. De fevereiro a junho de 1945, as matérias<sup>17</sup> divulgaram o rápido crescimento da produção de hortaliças, eucaliptos, a construção de casas de alvenaria, além da inauguração do Hospital, olaria, marcenaria e padaria. Tudo graças à atuação da FBC em Aragarças, demonstrando que a construção da identidade dos “modernos bandeirantes” firmou-se na negação do *outro*, na estigmatização do garimpo e do seu “agente” que repelia a “civilização”.

Findo, ou melhor abortado o projeto nacional tendo ele alcançado ou não êxito – não cabe aqui a discussão – os ex-expedicionários perceberam a palidez de sua construção identitária, ameaçando sucumbir frente as mudanças impostas pelas transformações políticas e ideológicas que balançaram o país na segunda metade da década de 1960.

---

<sup>17</sup> O Jornal Correio da manhã, de 28 de junho de 1948, publicou uma carta do ministro João Alberto, na qual convida um repórter do jornal a conhecer Aragarças, pois na edição anterior o jornal trazia uma reportagem sobre Aragarças ilustrada por uma foto que mostrava vários ranchos de palha. O ministro de mostra enfático “quero aproveitar a oportunidade para convidar um seu redator, a fim de verificar “in loco”, o que ali estão realizando médicos, engenheiros e operários, que permutaram os contornos da metrópole pelos sacrifícios do sertão, certos de seus patrícios lhe farão justiça”.

Desvalorização que impulsiona os pioneiros a congelar um tempo histórico e preservá-lo, para que ele cristalizasse a origem referencial de um *ethos* pioneiro que os uniu como uma família; de um tempo solidário, de pronto atendimento no hospital sem filas, nas facilidade de viagens áreas gratuitas para o Rio de Janeiro e outras localidades, das festas do Hotel Getúlio Vargas, com o ritmo de Jackson do Pandeiro e Emilinha Borba como relataram estes pioneiros servidores da Fundação Brasil Central (LIMA FILHO, 2000, p. 81).

Como saída para seus temores, esquecimento e abandono, os pioneiros teceram outra trama narrativa que os ajudaram a dar continuidade e significância a existência quando esta lhes pareceu perene, sem viço, brio e embotada. O lugar de abrigo daqueles foi por meio da memória e do patrimônio,

E, como num processo reativo de nova situação espacial e temporal, os pioneiros buscam incorporar as perdas e coletar possíveis ganhos, tentando fazer da descontinuidade imposta um novo *continuum* existencial. O caminho escolhido foi o da Memória e do Patrimônio, que os insere no compasso do tempo presente (LIMA FILHO, 2000, p. 84).

A ação implacável do tempo não teve morosidade para com a representação distintiva dos pioneiros de Aragarças. Achevou-se e escancarou a caducidade de sua relevância frente a um projeto nacional – integração do sertão – que já havia se esvaído. Novas miragens eram projetadas sob as paragens sertanejas do Centro-Oeste, os migrantes nortistas dariam vez aos sulistas e sua gênese europeia, aludindo à temperança, acuidade, asseio e trabalho. Os projetos nacionais davam espaço as empresas privadas, sendo elas de colonização. Não obstante, como já observado, os pioneiros de Aragarças voltaram-se para o tempo mítico da memória, naquelas veredas que ainda suportavam o peso da personificação da esperança de manterem-se ativos e atores de uma vivência que jaz no tempo do lembrar.

A velocidade do tempo da Fronteira passou por Aragarças e reduziu a cidade numa imagem emoldurada pela memória dos pioneiros. O tempo, que os engrandeceu e lhes deu poder um dia, deixou-os para trás. E isso ficava cada vez mais visível pelo contraste do progresso de Barra do Garças. Agora, negociam migalhas desse tempo para “re-centralizarem” suas vidas no tempo presente (LIMA FILHO, 2001, p. 135).

Tendo na narrativa memorialista a guardiã da existência de uma Aragarças distinta, senhora de si e de toda uma região – predicativos que se estenderam aos seus

progenitores personificados nos pioneiros – fora a maneira pela qual estes compreenderam a reconfiguração de sua vivência, não abdicando das prerrogativas de distinção e poder que lhes ornaram a existência no tempo passado.

A historiografia da cidade de Aragarças se confunde com as narrativas históricas dos pioneiros da Fundação Brasil Central. Desde a evocação de um tempo de glória, de franco crescimento e enriquecimento da cidade, como de um tempo de distinção política e social frente a “usurpadora” cidade de Barra do Garças, que a partir de 1967 passara a favorita nos investimentos estatais, preterindo Aragarças e suas memórias.

2.3 – Da revolução ao primeiro sequestro aéreo da humanidade: frustrações nas tentativas de retomar o tempo da *distinção*.

Diante do embotamento representativo da cidade de Aragarças e do desprestígio que se abateu sobre os pioneiros da cidade, os “ex-combatentes” da FBC, surgiram figuras que tomaram para si sempre em nome da memória da cidade, de sua importância histórica e econômica para toda região do Vale do Araguaia que, segundo eles, fora relegada ao esquecimento devido a incompetência da gestão municipal. Os “profissionais da memória” tomaram a tarefa de “guardar” ou “enquadrar a memória” (POLLACK, 1989) de Aragarças dentre aquilo que foi mais distintivo para a cidade, os fatos “inéditos” e as construções singulares, aquelas que simbolizavam as ações do progresso e da modernização<sup>18</sup>.

O diálogo que fazemos com Bourdieu (2010), nos auxilia a compreender os mecanismos empregados pelos atores dominantes de Aragarças na construção de uma memória que marque o tempo simbólico e representativo da cidade calcado na distinção. Nesse sentido analisamos os monumentos e eventos por eles levantados como sendo *símbolos*, pois como afirma Bourdieu (2010, p. 10),

Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração lógica é a condição da integração moral.

---

<sup>1818</sup> O CAN (Correio Aéreo Nacional) famoso, aqueles C-47, uns extraordinários aviões da época não é? Aqueles aviões. Nós tínhamos comunicação com o resto do Brasil principalmente Rio - São Paulo. Toda semana nós tínhamos jornais, nós tínhamos revistas, nós tínhamos luz elétrica, nós tínhamos escolas, enquanto a maioria das cidades... Barra do Garças, por exemplo não tinha naquele período ainda isso. Fala de um ex-funcionário da FBC, Irahí José Gomes. (*Apud* LIMA FILHO, 2001, p. 132).

É nesse sentido que José Mario Guedes Miguez – advogado e escritor paulista que mudou-se para a região do Vale do Araguaia na década de 1970 – e Claudemiro de Sousa Luz – radiotelegrafista aposentado, escritor e ex-vereador de Aragarças – buscaram publicidade para um dos fatos que julgaram ser de grande vulto para a historiografia aragarcense e nacional: o primeiro sequestro aéreo da humanidade. Pois, como sentencia Miguez (2008, p. 19) “outras coisas também fazem parte da História do Brasil, tenho pra mim que a História não se limita só a São Paulo quatrocentão”

Dentro do contexto simbólico no qual passou a cidade de Aragarças, qual seja, perda do seu prestígio sociocultural frente a vizinha, Barra do Garças, as ações de Miguez (2008) e Luz (2009) evidenciam as lutas simbólicas pelo enquadramento da memória coletiva da cidade através de personagens e eventos que denotassem a ela singularidade, distinção e relevância. Sendo assim, o primeiro sequestro aéreo da humanidade foi usado por Miguez e Luz como elemento de *diferenciação* da cidade de Aragarças.

Na fluidez da fronteira sociocultural entre Aragarças e Barra do Garças os investimentos da SUDECO e as novas ideologias estatais, que resultaram em estruturais mudanças representativas e simbólicas para Aragarças, foram os eventos “excêntricos”, ou mesmo trágico, alçados a novos aportes de sustentação para a diferenciação identitária aragarcense. Na fronteira distintiva, a seiva a nutrir as raízes da diferenciação entre aragarcenses e barragarcenses foi o discurso e atuação da Fundação Brasil Central. Extinto tais símbolos Aragarças se viu sujeita às similaridades.

O distanciamento e a possibilidade de diferir-se existencialmente, já que a cidade não vislumbrara mais possibilidades de obter os mesmos benefícios orçamentários que Barra do Garças e não tendo capital financeiro e ideológico para apostar na roleta da distinção, fora a sublevação de uma identidade calcada no singular e naquilo que é rico por ser inédito. Artificios usados por Miguez e Luz no intuito de cristalizar o nome da cidade de Aragarças junto ao do sequestro aéreo, o primeiro na história da humanidade, fato que conotaria a cidade novo suporte identitário, retomando parte da dominação vivenciada nos tempos da FBC.

Bourdieu (2010, p. 129), ao discorrer sobre a importância dos indivíduos sentirem-se representados e reconhecidos em sua *diferença* identitária, naquilo que confere *distinção* frente ao *outro*, nos ajuda a compreender os motivos pelos quais os dois atores sociais dispõem empenho no reconhecimento de ligar o sequestro aéreo à cidade de Aragarças, pois um fato inédito daria a cidade relevância e *status diferenciado*,



[...] Existir não é somente ser diferente mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que *assimile* aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra.

Assim, Aragarças buscou demonstrar distanciamento e superioridade identitária frente a Barra do Garças, pois sendo palco de um evento singular não poderia ser “engolida” pelas normas sociais da vizinha, sendo o feito reconhecido oficialmente e marcado juridicamente pelo Guinness Book, confirmar-se-ia a dominação cultural e simbólica de Aragarças. Outro ganho: Aragarças sepultaria os tempos que fora tida como “desprestigiada”, embotada e abandonada pelos afagos do progresso e dos eventos de notoriedade nacional – as pretensões passaram a jurisdição internacional.

O primeiro sequestro aéreo da humanidade se deu no contexto da Revolta Veloso ou Revolta de Aragarças liderada pelo Major aviador Haroldo Veloso, que marcou o descontentamento das Forças Armadas desde a Revolta de Jacareacanga em 1956, no estado do Pará. Em nova demonstração de descontentamento em 1959, com a pífia duração de 48 horas, o avião da Panair do Brasil *Constellation*, com 38 passageiros e 8 tripulantes, que fazia a rota Rio-Belém foi desviado para Aragarças na noite do dia 02 de dezembro. O também major aviador Eder Teixeira Pinto, usando de suas prerrogativas de oficial, entrou na cabine do piloto e de arma em punho anunciou o sequestro, passando as novas coordenadas. Na manhã do dia 03 de dezembro, avistando o rio Araguaia e pressentindo a demora no pouso, os passageiros se viram desembarcando em Aragarças e informados do sequestro. Tudo sem muito alarde e violência. Todos foram transferidos para o hotel da cidade, o Grande Hotel.

Enquanto isso, o major Veloso esperava em vão a adesão de outros companheiros que deveriam aterrissar em Aragarças. Durante a madrugada 40 paraquedistas, armados com metralhadoras, desceram sobre o aeroporto, camuflando-se no mato, mas não encontraram ninguém, pois o Major Haroldo Veloso e Eder Teixeira Pinto, a bordo do Panair *Constellation*, já haviam alçaram voo a procura de asilo no Uruguai. Tinha fim a revolta e o primeiro sequestro aéreo da humanidade.

A rapidez do sequestro não eximiu sua notoriedade, pois a bordo do *Constellation* estavam dois jornalistas da maior revista em circulação no momento, a *Revista Cruzeiro*, Leyla Castelo e o fotografo Campanella Neto. O sequestro teve uma serie de manchetes

publicadas na revista. A edição de 19 de dezembro de 1959, destacou: “A revolução levantou vôo”; “Derradeira missão rebelde do “Constellation” teve final imprevisto: fuga para Buenos Aires”; “Exclusivo: Leyla Castello conta como foi a revolução”.

O livro de Miguez – *O Primeiro Sequestro Aéreo da Humanidade – Aragarças-GO* – foi editado pela primeira vez em 2007, tendo o prefácio feito por Ursulino Leão, escritor membro da Academia Goiana e Brasiliense de Letras, ocupou cargos de deputado estadual, vice-governador, governador interino e procurador geral de justiça de Goiás. Pessoa ilustre, que carregou nos elogios e na corroboração da veracidade dos fatos relatados do Miguez, “escolta sua atitude com documentos”, apostando que o autor alcançará êxito em sua peleja, qual seja, ter registrado no Guinness Book que o primeiro sequestro aéreo da humanidade se deu na cidade de Aragarças.

Já na segunda edição do livro, em 2008, o prefácio ficou com por conta de José Mendonça Teles, notório escritor goiano, também membro da Academia Goiana de Letras. Teles adota um discurso mais modesto, “é lutar e esperar!”, mas não desmerece o caráter historiográfico do livro, “o autor junta documentos [...] prova tudo que tem que provar para conseguir seu objetivo”.

O discurso de Miguez ganha um ar de denúncia; do abandono dos bens que pertenciam a Fundação Brasil Central, que para ele são patrimônios históricos e arquitetônicos do município e que foram dispostos sem o menor respeito e amor pela administração pública. Restando apenas pedaços, partes, ruínas do que um dia foi a representação do progresso em Aragarças: a chaminé da olaria, Caixa d’Água, a Casa do motor, que abriga o motor do gerador de energia, o Grande Hotel, hoje casa de apoio ao índio, o Cruzeiro, marco zero, e o Aeroporto Cid Lana Batista, anteriormente Salgado Filho.

Destacamos a construção constante no discurso de Miguez quanto à distinção, à diferenciação social, política e cultural daqueles que estavam inseridos na defesa da manutenção do *status* e do valor histórico, quiçá essencial da cidade. Tanto é assim que aqueles que não partilhavam desta ótica tomaram a alcunha de inimigos do progresso e da modernidade, não experimentados dos valores sociais atribuídos aqueles que vivenciaram as propriedades distintivas dos verdadeiros aragarcenses, personificado em questão, pelo reconhecimento do primeiro sequestro aéreo ter se dado em Aragarças. Evento que adicionara mais relevância distintiva e capital simbólico à urbe.

Miguez não contendo sua insatisfação pela situação pela qual Aragarças passara expõe, como justificativa para sua obra:

Passaram por aqui muitas outras expedições e não se sabe por quê, com tanta história e monumentos a cidade parou no tempo. Aqui em Aragarças houve até o primeiro sequestro aéreo da história da humanidade (embora esse fato tenha sido isolado, não aconteceu em função da Fundação). Ninguém fez nada, ninguém denunciou com veemência (MIGUEZ, 2008 p. 19).

Seria o ressentimento da dicotomia sertão/litoral, pois como adverte Nísia Trindade Lima (2013), o planejamento ocupacional, social e cultural do sertão se deu através do litoral. Suas especificidades nunca foram levadas em consideração, sua *gente e suas* relações culturais foram menosprezadas. Logo, com o fim dos trabalhos da FBC Aragarças sentira o peso de abrigar-se no *sertão*.

O livro tem claro intuito de resgatar à Aragarças a sua importância e valor histórico que, na visão do autor, foi perdido pela inabilidade administrativa pós-Fundação, que não conseguira explorar com maior vigor os atrativos naturais da região que anualmente atraem grande número de turistas para as praias do Araguaia. Miguez atribui a má gestão a condição da cidade, “e Aragarças, como ficou? Não passa de um município pobre até no espírito de seus governantes...” (MIGUEZ, 2008, p. 25). O autor atesta sua indignação e sua certeza da importância estratégica de Aragarças ao situá-la no contexto histórico da construção de Goiânia e Brasília. Demonstrando como todo o ideal de modernidade e progresso embrenhou-se na memória aragarcense.

Minha indignação é porque esses bens fizeram parte da História do Brasil, tratavam-se e tratam-se de verdadeiros Monumentos Históricos como disse, e, conseqüentemente também deram início ao povoamento do Centro-Oeste. Para se chegar a tais conclusões é muito simples: observa-se que Goiânia e Brasília foram construídas na mesma época (são basicamente contemporâneas) não tiveram o mesmo destino, a mesma sorte, se tornaram cidades pujantes, importantes, não só como metrópoles, turísticas e economicamente se desenvolveram (MIGUEZ, 2008, p. 25).

Respaldo sua defesa das qualidades naturais de Aragarças e sua vitimização pela má administração Miguez cita o caso da tentativa de desmantelamento do Aeroporto de Aragarças. Os vereadores aragarcenses tentaram por duas vezes transformar a área do aeroporto em loteamento urbano, a justificativa dos parlamentares foi que o aeroporto ficava muito próximo do centro da cidade. Por sua vez, Miguez, autor da ação popular

contra tal loteamento, justificou a praticidade de se ter um aeroporto nas proximidades do centro urbano. Sobre estes agentes públicos o autor expressa,

É simples verificar essas coisas: é só ver a vida pregressa de cada um para se constatar que alguns vereadores, deputados estaduais que se candidataram novamente a cargos legislativos não se elegeram e foram para cargos executivos. *Tem deles que sequer fez uma viagem aérea, para saber o benefício trazido a nós pela aviação* (grifo nosso, MIGUEZ, 2008, p. 47).

O discurso literário de Miguez evidenciou a não aceitação da condição *de atrasada e parada no tempo* conferida a Aragarças. Miguez não aceitou os “novos adjetivos” impostas à cidade, de maneira que buscou alçar o sequestro como marca do diferencial simbólico aragarcense, pois o autor atribuiu a este fato importância historiográfica de caráter local e nacional, dando prova da significância distintiva de Aragarças.

Zélia dos Santos Diniz (2016, P. 61) expressa bem o significado da revolta, “durou três dias, mas projetou o nome de Aragarças em todo o país”. Já José Mario Miguez pretende, com a autoridade do Guinness Book, o reconhecimento mundial à Aragarças de ter sido o palco do primeiro sequestro aéreo da humanidade. Neste intuito, desde 2003 o autor trava verdadeira epopéia para conseguir, junto Força Aérea Brasileira (FAB) documentos que deem o aval da entidade para a importância do fato. Numa das cartas, destinadas ao Coronel aviador Paulo Gerarde Mattos Araújo, Miguez destaca,

Ninguém até agora deu importância a ele. Não se sabe porquê disso. Entretanto, para nós residentes nesta região, trata-se de um episódio, além do inusitado, histórico e deve ser revisto, não sei se pela FAB ou pela Prefeitura Municipal de Aragarças, no Estado de Goiás, ou ainda pelos dois. Alguém deve encaminhá-lo ao Guinness Book Publishing of London. Só assim iremos ver projetado no contexto mundial um fato de tamanha relevância, o do sequestro (MIGUEZ, 2008, p. 86).

Sua obstinação almejou por Hollywood quando afirmou que, “como membro desta sociedade, não posso deixar passar em brancas nuvens um momento histórico desse porte, pior assistindo os norte-americanos fazendo filmes e mais filmes sobre o sequestro e ficamos aqui parados, inertes” (MIGUEZ, 2008, p. 87), Miguez, com seu discurso bairrista, usou dessa estratégias para inflar o ego aragarcense, recordando o atentado terrorista de 11 de setembro, lembrança dolorosa aos norte-americanos, mas que não deixou de ser explorado pela indústria cultural daquele país. O evento foi invocado pelo

autor no intuito de atrair atenção para Aragarças, conferindo notoriedade à cidade que teria sido palco da primeira “tragédia aérea” da humanidade.

Por sua vez, Claudemiro Souza Luz (2009) – em *História da cidade de Aragarças: Cinquenta anos da Revolta Veloso 1959-2009* – traz um arrolado de pessoas notáveis: Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Ministro João Alberto, Pedro Ludovico Teixeira e, por fim, o responsável pelo planejamento do primeiro sequestro aéreo da humanidade, Major Haroldo Coimbra Veloso. Personalidades que ajudaram a constituir a cidade a partir da chegada da FBC. Luz eleva os “novos expedicionários”, aqueles que abandonaram a vida incerta do garimpo para serem “fichados” como servidores federais, à categoria de “herói e devotado”,

Os devotados servidores da Expedição Roncador-Xingú e Fundação Brasil Central, na sua maioria em memória, merecem de todos nós, a mais alta gratidão pela coragem e determinação ao participaram da grande jornada cívica e patriótica de Integração Nacional, cujo trabalho, resultou em dezenas de prósperos municípios do Vale do Araguaia, Rio das Mortes e Alto Xingú. (LUZ, 2009, p. 24).

O autor dispõe várias figuras que compuseram a sociedade aragarcenses na época de atuação da FBC bem como os serviços prestados para a edificação da cidade, da construção da ponte sobre os rios Garças e Araguaia, ao primeiro dentista, cinema, professora, farmacêutico e pároco. Enfim, personalidades que marcaram *um tempo* na história da cidade e que contribuíram para a exposição final: a Revolta Veloso e o sequestro do avião *Constellation*. Em consonância com Miguez (2008), Luz (2009) pretendeu elevar o valor histórico, cultural e distintivo da cidade de Aragarças através dos fatos inéditos personificados na e pela cidade. Além do sequestro invocara uma serie de notas acerca da importância física e simbólica do aeroporto de Aragarças, como o registro de uma empresa de aviação de propriedade de Rolim Adolfo Amaro, denominada Araguaia Táxi Aéreo (ATA-1969), posteriormente a ATA foi renomeada para TAM, uma das maiores empresas de aviação comercial do país.

Além da exaltação das benesses proporcionadas à Aragarças através do aeroporto: a integração entre sertão e litoral e as possibilidades de assistência médica proporcionada pelos aviões da FAB, como o episódio em que o Major Veloso, tendo acabado de pousar em Goiânia, recebe notícia de que havia dado entrada no hospital Getúlio Vargas, em Aragarças, cidadão em estado grave. De pronto retorna e embarca o paciente para o Rio de Janeiro. Claudemiro Luz enfatiza o brio conferido à cidade através do aeroporto,

ressaltando que ao longo de seus vinte anos de atuação política traçou “verdadeira saga” juntos aos órgãos públicos responsáveis pela manutenção e regulação do aeroporto, no intuito de não deixar que a área fosse transformada em loteamento<sup>19</sup> ou pista de caminhada.

Outra missão difícil que encaramos com determinação, foi o resgate do aeroporto, interditado e, em vias de ser definitivamente fechado por falta de ação administrativa do Chefe do Poder Executivo que parecia ignorar a importância do aeródromo para a cidade de potencial turístico e até mesmo o valor histórico daquele patrimônio (LUZ, 2009, p. 83).

Ainda nesse intuito, em 2000, quando ocupou o cargo de vereador pela cidade, Luz propôs um projeto de lei que visava a construção do Memorial Histórico e Cultural de Aragarças. Tal construção seria erguida ao lado do aeroporto numa área, previamente doada pela prefeitura, de 1.500 m<sup>2</sup>. Os recursos seriam viabilizados através da lei de incentivo à cultura – Lei Rouanet. O projeto chegou a ser aprovado pelo Ministério da Cultura, mas quando encaminhando para a Secretaria Estadual de Cultura de Goiás “forças estranhas entraram em ação contrária à viabilização da obra. Por mais que insistíssemos, não conseguimos... (LUZ, 2009, p. 82).

Fechando o livro, o autor traz uma relação com os prefeitos da cidade até o ano de 2009. Com exceção de Hermes de Oliveira Costa e Bruno Pereira Valoes, que administraram a cidade em consonância com os ideais representados pela Fundação Brasil Central, os demais são caracterizados como administradores medíocres, que não conseguiram continuar com os planos desenvolvimentistas traçados pela FBC. O descaso para com os bens deixados pela FBC, vendidos ou doados, que na concepção do autor foi um verdadeiro crime contra a história da cidade, evidenciara a incapacidade administrativa dos gestores, que não souberam salvaguardar aquilo que constituía o patrimônio histórico de Aragarças devido sua herança simbólica e representativa.

Os discursos apresentados por Miguez e Luz demonstraram os esforços daqueles que vivenciaram os tempos progressistas da cidade de Aragarças em “trazer” à existência o tempo passado. Aquele em que a cidade e seus moradores – os pioneiros, bravos homens e mulheres arrolados por Luz – gozavam de prestígio e poder social frente a cidade vizinha. Sendo os autores componentes de uma fração social de destaque na sociedade

---

<sup>19</sup> A câmara de vereadores da cidade havia proposto um projeto de lei que transformava a área onde está localizado o aeroporto Cid Lana Batista, antigo Salgado Filho, em um loteamento. Fato que foi ostensivamente combatido por Claudemiro Luz.

aragarcense e barragarcense – um advogado de renome, frequente nas rodas sociais mais elevadas e de amigos influentes, o outro “filho bem sucedido” de Aragarças e bem querido no campo político da cidade – seus discursos em prol do “reavivamento” histórico e social da cidade de Aragarças possuem maior autoridade, pois são substanciados pelo poder simbólico que suas posições sociais lhes conferiam (BOURDIEU, 2010, p. 116)

Aprofundando nosso diálogo com Pierre Bourdieu (2010), e seus estudos acerca das ações, objetos, gostos e modos que conferem ao indivíduo distinção, somos advertidos sobre o poder simbólico imbrincado na representação social de quem parte a fala, pois quando o indivíduo possui capital simbólico elevado – sendo no campo social, econômico, político ou mesmo todos reunidos – detêm maior poder discursivo ao evocar a presença de um tempo já transcrito. Fato demonstrado ao analisarmos os discursos de Miguez (2008), Luz (2009) e Diniz (1994; 2003; 2016), que analisamos a seguir.

Zélia dos Santos Diniz, historiadora e memorialista aragarcense – personalidade já apresentada por nós – exerceu importante papel na construção da memória coletiva da cidade de Aragarças ao propiciar um “enquadramento profissional” das lembranças do grupo. O que explica a “memória” defendida pela própria autora. Uma memória constituída “por tabela”, ou seja, os acontecimentos vividos pelo grupo aragarcense, antes de sua chegada à cidade é tomado por ela como vividos *per si* (POLLACK, 1989). O que lhe conferiu subsídios para duelar naquilo que Bourdieu (2010, p. 113), denomina de “lutas a respeito da identidade regional” pois, mesmo chegando em Aragarças em 1967, ano em que a Fundação Brasil Central foi extinta, momento no qual a cidade de Aragarças enfrentava dificuldades econômicas e representativas frente a vizinha, Barra do Garças, constituiu toda sua obra literária em torno da “Aragarças dos tempos da Fundação Brasil Central”, qual seja, em franco desenvolvimento.

De modo que, o discurso literário de Diniz disputa o “monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos” (BOURDIEU, 2010, p. 113), ou seja, sua escrita afirmou a distinção atribuída à Aragarças – “berço” do progresso no Centro-Oeste – e desacreditou os discursos que a classificara como pífia.

Diniz em seu primeiro livro, *Descobrimo o Brasil*, editado em 1996, declara que buscou reavivar ou mesmo apresentar para os mais jovens o grande benefício que significou a *Marcha para o Oeste* e a atuação da Fundação Brasil Central para todo o Centro-Oeste e, em particular, para Aragarças. Opinião partilhada pelo presidente da

câmara de Nova Xavantina, cidade fundada a partir das incursões da FBC no sertão, Sebastião Carvalho de Souza, a quem coube o prefácio do livro,

Envolvente e esclarecedor o REDESCOBRINDO O BRASIL, traz informações inéditas e outras complementares sobre a trajetória da Expedição desde a sua origem até a extinção. Porém o ponto alto do livro reside no fato de aparecer (surgir) como resultado de um trabalho de dimensão histórico-Cultural sem paralelo em nossa região, cito “CINQUENTENÁRIO DA EXPEDIÇÃO RONCADOR – XINGU”, cuja viabilidade possibilitou refazer o percurso dessa epopeia e comprovar sem fantasias o rastro de progresso e desenvolvimento proporcionados pela magnífica e gloriosa Expedição que viabilizou o presente e continuará impulsionando-nos rumo à conquista do futuro (SOUZA, 1996 *apud* DINIZ, 1996, p. 13).

Compreendemos que Diniz empreendeu uma negociação delicada com a memória coletiva de Aragarças, firmando seus escritos naquelas que foram selecionadas e mantidas pelos pioneiros, de uma Aragarças dinâmica, movimentada, com grande circulação de pessoas e dinheiro. Resultado das ações empreendidas pela Fundação Brasil Central e pelo garimpo, como demonstrou a fala do participante H (2018),

Aragarças, aqui tinha muito movimento, muito mais dinheiro que agora. Ninguém faltava dinheiro, tinha emprego pra todo mundo. Por que? porque funcionava, quem mandava nisso aqui era o garimpo. O garimpo que jogava dinheiro aqui, o garimpo e a fundação. Depois que fundação foi embora e o garimpo cortou aí está essa crise aí. Tinha movimento terrível, era muito movimento, porque entrava dinheiro da Fundação de mês em mês e entrava dinheiro do garimpo. Fim de semana enchia de gente aqui, né! Um movimento terrível! Muito mais que agora, muito mais que agora... (PARTICIPANTE H, 2018).

No entanto, o garimpo não figura nos critérios estabelecidos pelos três autores aqui analisados uma vez que, as luzes da coreografia identitária ensaiada por àqueles estiveram sobre a Fundação Brasil Central e todo o aparato ideológico carregado por ela. Como podemos observar no poema de Diniz (2003), no qual a autora exalta a similaridade entre o ideal progressista e a concretude das construções aragarcenses,

Construções imponentes:  
Grande Hotel, Hospital Getúlio Vargas,  
Ginásio 31 de Março,  
Grupo Escolar Mercedes Zetola,  
Vila da FAB, casa da Presidência,  
Setor Administrativo  
Da Fundação Brasil Central.



Vila Ceará contra-ponto Base Velha.  
 Aeroporto Salgado Filho,  
 Aviões de todo porte  
 Gente de toda parte.  
 (DINIZ, 2003, p. 20).

Como não poderia deixar de ser, “suas memórias” também alcançaram as disputas distintivas frente a cidade vizinha, Barra do Garças. Como já apontamos, as duas cidades guardaram similaridades acerca de sua formação urbana, identitária e simbólica. No entanto, na consolidação da representação do mundo social aragarcense surgiu a necessidade de impor uma diferenciação frente aos barragarcenses, evento presente nas lembranças orquestradas por Diniz,

Do lado de cá,  
 Do lado de lá.  
 Era a Barra Goiana,  
 Era a Barra Cuiabana.  
 Até que chegaram do Rio de Janeiro  
 Os expedicionários.  
 O Ministro João Alberto  
 Em feliz combinação  
 Dos nomes dos rios  
 Te denominou cidade bela  
 Cidade dos meus encantos...  
 Aragarças.  
 (Idem, p. 30).

Nesse poema a autora retratou as representações construídas pelos aragarcenses acerca da ascensão simbólica que a cidade e os moradores passaram a ter com a chegada da Fundação Brasil Central e todo seu poder simbólico de diferenciação frente ao *sertão*. A começar pelo nome da cidade que renomeada, pelo então ministro João Alberto Lins de Barros, passara a ter maior significância pois, a personalidade e a distinção que ornava o ministro se estendera à cidade. O que justifica, também, a presença simbólica do ministro no hino da cidade,

Do Ministro João Alberto foste a fã  
 És vanguarda da Marcha para o Oeste,  
 Futuro centro da Amazônia do amanhã<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> A informação que temos é que o Hino de Aragarças teria sido composto por Expedith da Silva Luz, no entanto, não conseguimos contato com a autora ou com quem possa confirmar tal informação. Disponível em <https://www.lettras.mus.br/hinos-de-cidades/1788247/>.

Nos poemas de Diniz a esperança desenvolvimentista contida no hino da cidade deu lugar a um discurso que buscou legitimar o poder simbólico já vivenciado pela cidade, mas que naquele momento se encontrava enfraquecido. A autora, usando de sua posição social distinta e invocando do passado os poderes constituintes do discurso progressista, buscou o poder de dizer o que as coisas são através da legalidade de sua fala pois, sendo detentora de capital simbólico dentro da comunidade aragarcense, justamente por expressar e defender os anseios dos *pioneiros*<sup>21</sup> – que ainda constituem a elite representativa da cidade – detêm poder de dizer *como as coisas são* (BOURDIEU, 2010).

A reafirmação de Aragarças como expoente da modernização no sertão, contida no poema a seguir, demonstra a estratégia da autora em dar vida, por meio da palavra autenticada, aos fatos que poderiam engradecer o presente de Aragarças,

Vila da FAB, aviões da CAN.  
 Testemunho imóvel da grandiosidade  
 Do contingente aéreo  
 Que cortava os céus da minha cidade.  
 Fabianos o povo dizia,  
 Trazendo cultura, saúde, progresso  
 Da cidade grande  
 Para a pequenina Aragarças.  
 (Idem, p. 34).

Percebemos que ao embrenhar suas lembranças com os fatos, tempos e monumentos da cidade de Aragarças, Diniz buscou reafirmá-los pelo viés distintivo, no intuito de solidificar uma “memória oficial” que destacasse e preservasse o ideal progressista pelo qual a cidade foi erigida. O *lugar de memória* reivindicado por Diniz foi aquele no qual a cidade e seus moradores personificaram o projeto de toda uma Nação. Diniz, ao exaltar a altivez aragarcense é também por ela iluminada visto que, toma para si tal identidade, ao passo que usando de seu lugar social de prestígio torna a cidade passível de receber atenção e *status* por aqueles que a possuem em grande estima social e cultural.

A memória e a identidade são nutridas mutuamente, uma escorando a outra na constituição das histórias de vida, sendo elas coletivas ou individuais. Formam-se na dialética existente entre o lembrar e o *ser*, pois ao reconstruir uma memória também o é

---

<sup>21</sup> Como pontua Lima Filho (2001) nos municípios do interior há uma lógica na manutenção do poder local que é constituída por “herdeiros”, os pioneiros passam aos filhos as rédeas do poder local, sendo ele político ou/e social.

a identidade (CANDAUI, 2016, p.16). Logo, podemos entender que a vontade de reviver “os tempos” da distinção, fizeram tanto Diniz, Luz e Miguez rememorarem os acontecimentos que denotassem à identidade aragarcense *status* e prestígio. Ao que parece, a intenção dos referidos autores foi fixar na tessitura representativa da memória coletiva dos aragarcenses características distintivas, negando as características atribuídas à cidade após sua experiência de “cidade federal” – atrasada, decadente e “parada no tempo”.

É interessante observar que a memória é colocada a operar e os fatos são rememorados a partir do tempo presente do narrador, ou seja, as condições do presente despertam a “vontade” de lembrar. Logo, entendemos que no momento presente de Diniz, Luz e Miguez Aragarças já não possuía prestígio e poder social, econômico e cultural no Vale do Araguaia, uma vez que não seria necessário o trabalho de “enquadrar” uma memória distintiva da cidade se a mesma ainda gozasse dessa prerrogativa.

Ao invocarem os “tempos da FBC”, quando Aragarças figurou como a cidade pólo de todo o Vale do Araguaia e sua vida social e cultural era movimentada e frequentada por personalidades de destaque nacional, os autores buscaram cristalizar uma memória coletiva que “esqueceu” as perdas sofridas ao longo dos anos e o embotamento do presente. Assim, trouxeram o passado para o presente, porquê naquele momento Aragarças detinha estabilidade no discurso distintivo. Por não aceitarem as mudanças do presente buscaram combinar a memória do passado de prestígio com episódios “singulares” na história do país, conotando aos aragarcenses elementos de *diferenciação* e relevância.

#### 2.4 – Mais *eles* que *nós*: a “parte baixa”, a ponte e a *rasteira da Modernidade*.

As estratégias de representação e de aquisição de poder utilizadas por Aragarças para se sobressair frente a vizinha Barra do Garças, foi a introspecção e defesa do discurso de modernização. Visto que, para os aragarcenses a *força da expressão* tornou-se ações efetivas de transformação da realidade social e simbólica no espaço físico da cidade.

Essas organizações espaciais empreenderam mudanças na própria constituição distintiva e identitária dos indivíduos que habitavam em Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT). Ao passo que as relações de tratamento passaram a ser ordenadas pelos da “parte de baixo” – sertanejos e garimpeiros residentes próximos ao rio – e os da “parte de

cima” – trabalhadores da FBC que ocupavam as casas da vila da FBC –. A princípio, o “eles”, a “parte de baixo”, foram tidos como carentes de “civilidade” e desejosos da racionalidade significada pela FBC. No entanto, as reviravoltas políticas e econômicas iniciadas em 1967, preteriram o “nós” e beneficiaram o “eles”, instalando um cenário de disputas simbólicas pela distinção.

Maia (2012, p. 15), analisa como as ações da Fundação Brasil Central (FBC) – entre 1943 e 1950 – refletiram a relação do Estado brasileiro com o território do Brasil Central, compreendido pelos gestores e intelectuais do período como um imenso “vazio” absorto na irracionalidade e barbárie. Assim, sua ocupação impulsionou uma “delirante aventura estatal”, pois segundo o autor, os “arrojados” expedicionários estavam convencidos e submersos num ideal maior, qual seja, o de promover a “racionalização” do *Oeste*. Logo, carregavam os ideais de trabalho, organização social e cultural da elite intelectual brasileira, que enxergou a população do sertão como “primitiva”. O que nos ajudou a compreender o *discurso classificatório* emitido sobre o mundo garimpeiro existente em Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT).

Assim, quando os expedicionários da Fundação Brasil Central chegaram ao inócuo povoado garimpeiro, as denominações logo foram deferidas sem o cuidado de não magoar ou mesmo ferir os sentimentos daqueles que ali já estavam. Pois, para os representantes do progresso, aquela população formada basicamente por migrantes, sertanejos e garimpeiros, era o reflexo do atraso, da mediocridade e da barbárie que representava o *sertão* brasileiro.

De acordo com Barrozo (2007), durante o processo de colonização do *Oeste* brasileiro a noção de “vazio populacional” prevaleceu sobre a existência dos garimpeiros que foram ignorados pelo governo e pelos funcionários da Fundação Brasil Central,

Os garimpeiros de diamante de Mato Grosso aparecem muito pouco na História Oficial. São ignorados. Na década de trinta, o Governo Vargas planejou criar “ilhas” de colonização no Leste de Mato Grosso, região que era considerada pelo governo como “um vazio demográfico”. Tanto é que os funcionários da Fundação Brasil Central se surpreenderam ao encontrar na região, que eles julgavam desabitada, milhares de garimpeiros espalhados ao longo dos rios (BARROZO, 2007, p. 13)

O jornal *A Noite*, de 23 de janeiro de 1953 – noticiando os contínuos avanços da FBC que havia percorrido 650 quilômetros de estradas – esclarece que “a penetração da civilização, colonos e estradas, homens e máquinas que vão rasgando o interior” tocando

o “coração das selvas”, planejava a colonização das terras desbravadas e seu “aproveitamento por imigrantes estrangeiros e nacionais”. Ou seja, os mais de trinta mil garimpeiros que residiam às margens dos rios do leste mato-grossense (Lenharo, 1985 *apud* Barrozo, 2007, p. 13) não serviriam à empreitada.



A Noite, Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1953.

A reportagem nos ajudou a compreender as *seleções simbólicas* realizadas pelos aragarcenses na constituição de sua identificação, isso porque apresentou as novas relações ideológicas e simbólicas introduzidas pelos expedicionários da ERX e da FBC que nortearam a organização das práticas culturais, sociais e econômicas daqueles. A reestruturação representativa buscou alcançar uma identificação aparelhada com os anseios do Governo, ou seja, almejou angariar *status* de progressista

Tais rearranjos ideológicos devem ser entendidos a luz das transformações pelas quais passara a conceito de modernidade e seu discurso cientificista em meados do século XX. O discurso do desenvolvimento da Nação frente a adoção de normas cientificistas, racionalista, tecnicista e de evolução através da modernização do programa ideológico que sustentava o Estado chegou ao Brasil com certo atraso. Enquanto os países europeus ruminavam as causas “racionais” de um conflito devastador, sentindo o peso indigesto da modernização bélica, o Brasil, como nunca dantes tão varonil, projetava seu futuro por

meio da “invenção e reapropriação” dos *espaços vazios* do Brasil Central através da razão, da promoção de ações progressistas, técnicas e modernas.

No caso em estudo, a implementação do discurso da modernização propiciou à cidade de Aragarças a constituição de um olhar sobre *si* e sobre o *outro* firmado na distinção e no estigma. A possibilidade de apontar no *outro* as deficiências e as úlceras causadas por não serem administrados com o bálsamo progressista adubou o campo para a efervescência de relações orientadas pela disputa na determinação do *valor* da diferença.

Desta forma, a identidade social que se formou em Aragarças de 1943 a 1967, foi negociada com o mundo garimpeiro e com o mundo sertanejo, resultando em uma construção simbólica, representativa e identitária que teve como fator de distinção o espaço limiar entre Aragarças e Barra do Garças, pois são nos espaços de intersecção e limiar, que emergem-se as diferenças entre superior e inferior, distinto e insosso.

Durante o período de atuação da Fundação Brasil Central os manipuladores do poder simbólico aragarcense, bem como seus memorialistas posteriores, usaram de todos os aparatos simbólicos e efetivos para evocarem a representação da cidade com superioridade social, simbólica e identitária frente a vizinha, Barra do Garças. Justamente por ter sabido negociar a construção de uma identidade personificada e espelhada naquela que estavam forjando para a Nação. Ou seja, Aragarças buscou alicerçar seu futuro de acordo com discurso da integração nacional, pois sendo o Brasil um país continental pressupõe-se as proporções dos anseios aragarcenses.

Os aragarcenses estavam tão confiantes nas promessas deterministas do discurso progressista, de levar a cultura e clarear o *Oeste* inculto com a *luz da civilização* – ato de verdadeira bravura ante a formação de uma identidade nacional forte, estável e consolidada pelos auspícios do progresso – que não atentaram para a macilência do discurso que sustentara sua representação identitária e social.

com a extinção da Fundação Brasil Central em 1967, Aragarças experimentou uma sensação de desarranjo com o meio em que estava inserida. Os novos recursos do Governo Federal, agora geridos pela SUDECO e SUDAM, não aportavam mais no aeroporto Salgado Filho. Seguiram “lá pra baixo” e passaram a ponte, fixando-se em Barra do Garças e nos vários outros municípios que foram surgindo ao longo da BR-158. Estrada que, como conta o Sr. Antônio Pernambuco<sup>22</sup>, foi aberta basicamente à mão pelos

---

<sup>22</sup>Hoje quem tá passando no asfaltinho de cento e vinte para cento e cinquenta, não tá lembrando quem foi que arrancou o toco daquilo ali, para poder passar o asfalto não. Essa estrada não caiu do céu não? Hoje

funcionários da FBC que passaram a vivenciar um presente deslocado, pois perderam a capacidade de efetivar o futuro grandioso projetado para Aragarças. Restando assim, o sentimento de traídos, enganados, abandonados e seus feitos e bravuras destituídos do átrio dos grandes, daqueles que efetivaram a conquista da *Oeste*. Sem o calor do discurso estatal que mantinha o amálgama do constructo social da cidade de Aragarças em constante ebulição, esta passara a lidar com identidades fluídas.

Não tendo mais onde chumbar e/ou sustentar seus “maciços” representativos, Aragarças passou a reorganizar sua existência por meio da memória e dos monumentos, daquilo que Pollak (1992), denomina de *enquadramento da memória*, quando um grupo alude a momentos que os colocam em estima e por meio da memória buscam retomar a valorização e a distinção já experimentada por aquele coletivo. Tal estratégia foi utilizado pelos aragarcenses como recurso para lidar com as perdas simbólicas e distintivas.

Nos trabalhos publicados pelos historiadores e memorialistas da cidade de Aragarças existe um fio condutor, um clamor quase em uníssono, qual seja, a necessidade de resgatar/conservar e ou revitalizar as peças arquitetônicas construídas pela Fundação Brasil Central. Tais construções tornaram-se *lugar de memória* (NORA, 1993), pois recorrentemente os “guardiões” da memória aragarcense os evocam com o anseio de reviverem os “tempos áureos” da “época da FBC”. Destacamos as publicações de Diniz (2000; 2003; 2016), Miguez (2008) e Luz (2009), que reivindicaram atenção e/ou denunciaram o descaso por parte da administração pública da cidade que “abandonou” os cuidados com o patrimônio – Aeroporto Salgado Filho (hoje Cid Lana Batista), Grande Hotel e Hospital Getúlio Vargas, Caixa d’água, Marco Zero, Igreja de São Judas Tadeu – que tanto significou para a história e memória da cidade.

Minha indignação é porque esses lugares fizeram e fazem parte da História do Brasil, tratavam-se e tratam-se de verdadeiros Monumentos Históricos como disse, e, conseqüentemente, também deram início ao povoamento do Centro-Oeste (MIGUEZ, 2008, p. 25).

Outra missão difícil que encaramos como determinação, foi o resgate do aeroporto, interdito e, em vias de ser definitivamente fechado por falta de ação administrativa do Chefe do Poder Executivo que parecia ignorar a importância do aeródromo para a cidade de potencial turístico e até mesmo o valor histórico daquele patrimônio (LUZ, 2009, p. 83).

---

ninguém dá valor. Hoje ninguém dá valor, ninguém dá valor” (CHAVES, 1994 *apud* LIMA FILHO, 2001, p. 133).

Hoje, muitas dessas obras estão relegadas ao abandono, deteriorando-se com a ação do tempo e do abandono pelos poderes públicos constituídos (DINIZ, 1996, p. 101).

Como bem pontuado por Nora (1993), um objeto, monumento ou até mesmo um minuto de silêncio torna-se um *lugar de memória* quando é revestido de acepção simbólica, pois enseja um ritual de fixação do significado do *bem* evocado para a manutenção da áurea daquilo que pretende eternizar. “Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento [...]” (NORA, 1996, p. 22), os memorialistas aragarcenses tinham razão em guardar magoas da administração pública, tendo em vista que esta não contribuiu para a conservação dos monumentos que representavam os “tempos de prestígio” do grupo.

Ilustração 04 - Cruzeiro - marco zero da Expedição Roncador-Xingu (*Apud* MARTINS, 2015, p. 36).





Ilustração 05 - Hospital Getúlio Vargas e Igreja São Judas Tadeu (*Apud* MARTINS, 2015, p.38)



Destacamos que os aragarcenses não buscaram no mundo garimpeiro elementos de representação patrimonial, ou seja, a memória de Aragarças *silenciou* sua vivência dos “tempos do garimpo” em detrimento daquelas dos “tempos da Fundação. O discurso modernizador de Aragarças criou o *outro* no garimpo, negando seu princípio cidadão, que não ornava com as aspirações racionalistas e grandiosas.

Tanto que o símbolo da cidade passara a ser três peixes cachara (conhecidos na região como pintado), que em 2009 foi materializado em uma escultura instalada na rotatória central da cidade. Segundo o prefeito da época, Marcos Antônio de Oliveira, “A meta é que Aragarças seja conhecida em Goiás e no Brasil como a cidade do peixe” (*Apud* MARTINS, 2015, p. 85).

Ilustração 06 - Monumento dos Três Peixes, Aragarças (GO).



Acervo da autora, julho de 2018.

Confirmando que Aragarças não se viu apenas como base de apoio para a Fundação Brasil Central, mas sim como a propulsora de ações e práticas que transformariam o *Oeste*. Além dos monumentos o próprio *tempo* em que a FBC atuou na cidade foi continuamente preservado pela memória local, pois no decorrer de nosso trabalho de campo, colhendo as entrevistas com ex-funcionários da Fundação Brasil Central, chegara um momento em que os depoimentos dos ‘pioneiros’ se entrecruzaram nesse ponto comum: do *tempo* da FBC em Aragarças. Compreendido pelos pioneiros como *um tempo* em que ser funcionário federal conferia *status* aos indivíduos e a cidade, como mostram os excertos de depoimentos abaixo:

[...] Aí já mudou né!?! Melhorou né, funcionário público, naquele tempo né !?! Vixii!! (PARTICIPANTE E, 2018).

[...] Foi muito bom aquele tempo” Nós chegava ali, no tempo da Fundação –hoje nós somos humilhado! – Nós chegava ali, chegava como funcionário, não tinha essa negócio de tá lotado, não! Chegava lá: pode entrar! Nós entrava na frente, (indicando a fala de algum superior da FBC) *primeiro os trabalhador daqui, eles tem prioridade, eles que cuida da região aqui*. Cê vê o tanto que nós era bom naquele tempo né, nós tinha prestígio (PARTICIPANTE H, 2018).

[...] A Fundação quando veio pra cá trouxe tudo: mercado, padaria, pensão, trouxe tudo que precisava! [...] A melhor coisa que minha mãe achou foi ter vindo pra cá, porque ganharam casa pra morar, tinha

escola pra gente, a escola eles davam até uniforme com calçado e tudo pra gente.(PARTICIPANTE Z, 2018).

Contrapondo as lembranças de um passado bem estruturado, no qual as posições sociais e representativas mostravam-se bem delimitadas entre a parte ‘alta’, o território Federal e moderno e a parte ‘baixa’, o garimpo, o rio e o limiar com a vizinha, Barra do Garças encontramos as acepções de um presente inseguro, magoado e ressentido pelas instabilidades ocasionadas pelas novas significações culturais que a modernização insólita ocasionou no constructo representativo da cidade. Qual seja, de não mais preencher *vazios* ou indicar caminhos, mas sim de instigar a insatisfação e o apetite por mostrar-se desprendido de laços, fios e tessituras que conferem unidade e segurança.

Enquanto isso, a vida corria ‘lá fora’ com as contínuas transmutações das frentes da Fronteira, retrabalhando espaços residuais de outras frentes do passado, seguindo rastros de bandeirantes de outrora, preparando para a chegada das grandes fazendas de Barra do Garças (MT), os colonos do sul e os *agrobusiness* representados principalmente pelas fazendas de engorda de gado, pelos frigoríficos e a produção de arroz e da soja (LIMA FILHO, 2001, p. 133).

Fora justamente a modernização a responsável por sucumbir com a altivez simbólica de Aragarças, pois sendo a cidade um território Federal a utilização de cada palmo de terra estava condicionada à aprovação da Fundação Brasil Central, que durante o período de abundância, quando o Governo Federal injetava dinheiro na administração da cidade, não era visto como prerrogativa de atraso. No entanto, com as mudanças governamentais no âmbito federal, a Fundação Brasil Central foi perdendo recursos, até sua extinção por completo (1967), momento em que a área ocupada pela cidade passou à jurisdição e administração municipal.

Assim, no período em que nova onda migratória ocorria para o Centro-Oeste, em parte devido às construções realizadas pela própria Fundação Brasil Central, como a ponte sobre os rios Garças e Araguaia, como também pelo surgimento de cooperativas de colonização – particulares e estatais – que buscavam deslocar os colonos do Sul para a vastidão territorial que representara o Centro-Oeste, Aragarças não pode acomodar as vagas migratórias nem seus respectivos investimentos. Tudo isso porque estava envolta com *sua* modernização, numa dialética que se mostrou sombria e sorrateira para seu ‘futuro’, pois o discurso progressista que vigorou na cidade tornou-se perene, acabando

por abandoná-la e seguindo os novos empreendimentos que se estenderam além da “fronteira federal”.

E o que aconteceu aqui na Aragarças foi... a Fundação atrapalhou, a Fundação atrapalhou de certo modo, porque na construção da ponte do Araguaia e do rio Garças, essas duas pontes, juntou um aglomerado de gente aqui na região, muito grande, muito! E Barra do Garças e Aragarças era mais ou menos, praticamente, a mesma coisa. Era Barra Goiana daqui e Barra Cuiabana de lá...Então, Manuel aconteceu que a Fundação não liberou, se ela tivesse liberado...o fluxo de Barra do Garças ficaria em Aragarças, mas a Fundação não abriu mão, na época não abriu mão (...) (IRAIH JOSÉ MARQUES, 1996 *apud* LIMA FILHO, 2001, p. 85).

Ansiedade que sentimos ao aplicarmos questionários aos moradores de Aragarças, tendo em vista que dos vinte e cinco participantes – treze barra-garcenses, onze aragarcenses e um morador de Pontal do Araguaia – questionados sobre qual cidade era vista como tendo maior importância social todos apontaram Barra do Garças. Quando perguntados quais sentimentos a cidade de Aragarças despertava, apontaram: medo, tristeza, indiferença, aversão, insegurança e esperança (de que melhorasse ou votasse a ser como era na época da FBC).

Quando indagamos como enxergavam a ponte e como ela teria interferido na relação entre as duas cidades e seus moradores, quatorze afirmaram que foi de maior benefício para Aragarças, pois seus moradores passaram a ter acesso as comodidades (comércio, escolas e lazer) localizadas em Barra do Garças, seis apontaram apenas a melhora no trânsito entre as duas cidades e cinco deram declarações como: “Sem a ponte nem iria, cidade inferior...”, “A ponte dificulta o acesso por causa dos caminhões...”, “O povo da Barra é bem melhor...”, “Barra oferece mais emprego por isso atrai os aragarcense, por isso a ponte é importante”, “Barra se sente superior aos aragarcenses, Aragarças é discriminada pela insegurança...”.

Desta forma, os moradores de Aragarças não poderiam ficar imunes às classificações valorativas de seus vizinhos, pois como aponta Portelli (1997), a coleta das fontes orais nos oportunizou apreender as feições, o “dar de ombros” e as entonações de voz que demonstravam a contrariedade e vergonha dos aragarcenses ao verem sua cidade e seus moradores “classificados” como “lugar de marginais”, de pessoas “sem classe” e “invejosas” do *status* social de Barra do Garças.

As assertivas dos entrevistados confirmam as ponderações de Woodward e Hall (2014), quanto a necessidade do *outro* e da *diferença* para as constituições identitária, pois ao apontarem no *outro* características negativas e de “baixo *status*” os barragarcenses buscaram distinguiem-se, ou seja, demarcar a *diferença* entre *eles* e *nós*, os “evoluídos, *com classe* e bom gosto” e os “inferiores e *sem classe*”. O que vai ao encontro das proposições de Pierre Bourdieu (2008; 2010), ao se referir ao poder discursivo de um grupo que, mais estruturado social, econômica e culturalmente, busca a manutenção desse ordenamento através da constante reafirmação de sua superioridade simbólica, passando a ser vista pelo grupo “subjugado” como legítima. Posto que, a superioridade distintiva de Barra do Garças e de seus moradores não foi em nenhum momento questionada pelos participantes. Ao contrário, foram formuladas justificativas para a “superioridade”, a insegurança e a falta de atrativos e postos de trabalho em Aragarças *explicam* o *status* barragarcense.

Práticas que nos ajudaram a compreender a “negação” da identidade aragarcense por parte de alguns moradores (MARTINS, 2015, p. 68), uma vez que nas representações que compõe o mundo social dos indivíduos há a vontade de ser percebido como *distinto* e não só *existir* socialmente (BOURDIEU, 2010, p. 118). Assim, quando um aragarcense “transfere” seu local de morada para Barra do Garças busca, na verdade, o *status* social e a distinção usufruídos por seus moradores, comprovando sua carência distintiva.

Diante de tal cenário, os gestores de Aragarças buscaram na natureza, ou melhor, no “uso” dos recursos naturais transformados e domados pela modernização, atrair distinção e poder simbólico para a cidade. É importante salientar que a valorização das belezas naturais da região e sua inserção no mercado econômico como “turismo ecológico” foram iniciadas ainda nas ações da Fundação Brasil Central que, instituindo os meios de comunicação e transportes entre o Vale do Araguaia e o restante do país, facilitaram o acesso do público interessado em conhecer as belezas “exóticas” do Brasil Central. Tais como o artesanato desenvolvido pelas várias tribos indígenas que vivem na região, a comida caipira/sertaneja e a exploração da mística serra do Roncador, elementos e espaços que no passado foram tomados como sinal de atraso e carentes de “civilidade”.

As transformações sociais, econômicas, culturais e distintivas proporcionadas pela modernização e integração do Centro-Oeste ao restante do país, só foram celebradas por Aragarças até o momento em que contribuíram para o seu crescimento distintivo. Quando a modernização transpôs o Araguaia, expondo e interligando grande parte do *hinterland* brasileiro com o mundo, Aragarças torna à sua condição de típica cidadezinha

do interior – pacata, morosa e de poucos atrativos –, pois já havia cumprido sua função: ser *apenas* mediadora da expansão progressista (SANTOS, 2016). Nesse momento seus gestores buscaram na exploração dos recursos naturais da região atrativos para adornar a cidade e atrair turistas e *status*.

Na página da prefeitura na internet, a sessão destinada aos “atrativos turísticos” da cidade, lê-se:

Aragarças possui como principal atrativo o fato de ser banhada pelas águas do majestoso Rio Araguaia, ao longo dos cerca de 80km nos quais o rio percorre as terras do município podem ser vistas inúmeras praias. A mais frequentada delas é a Quarto Crescente, palco de memoráveis shows e eventos culturais, há também as praias do Cipó, e a praia do Orlei, na saída para Baliza.

Acrescente-se que próximo a praia Quarto Crescente foi construída a Avenida Beira Rio, um belo e amplo espaço que tem sido utilizado para eventos como o carnaval, comemorações diversas e a já tradicional festa de réveillon. Assim como na cidade vizinha de Barra do Garças, há também em Aragarças um manancial de águas termais. O paradisíaco local localiza-se em propriedade privada e combina águas quentes com as belezas do Rio Araguaia, dista cerca de 27km de Aragarças, saída para Montes Claros de Goiás<sup>23</sup>.

O rio Araguaia é invocado pelos gestores da cidade como um elemento distintivo, tanto que sua exuberância e presença é ressaltada para conferir *diferenciação* ao balneário de águas termais localizado no município, que “combina as *águas quentes* com as belezas do rio Araguaia”. Como lembrado pela publicação, a cidade de Barra do Garças também possui um parque de águas quentes, o que reforça a tentativa de *diferenciação* entre as duas cidades, pois ao enfatizarem que no empreendimento aragarcense há uma “somatória” de atrativos turísticos, os gestores buscaram acrescentar um indicador distintivo à cidade que abriga tal beleza.

Dessa forma, os atrativos naturais, a beleza paisagística formada pelas praias do rio Araguaia, pelo encontro de suas águas com o Garças e sua piscosidade, foram alçados pelos aragarcenses como elementos de distinção da cidade. A exploração do rio Araguaia, através do turismo ecológico, é uma das atividades econômicas que mais proporciona relevância à Aragarças, “o rio tornou-se um elemento natural essencial às práticas econômicas, visto que, existem oferta e potencialidade que já vem sendo aproveitada. E torna por si, primordial à funcionalidade da cidade, pois, muitos empregos gerados se deve a existência do turismo” (MARTINS, 2015, p. 75).

---

<sup>23</sup> In: <http://www.aragarcas.go.gov.br/pagina.asp?cod=5> Acessado em 27/02/2019.

Na corrida pela manutenção do *status* social, cultural e econômico da cidade de Aragarças, seus gestores realizaram, ao longo dos anos, uma *seleção* representativa e identitária. Os símbolos içados pela comunidade foram aqueles correlacionados à modernização do *sertão* e a memória “guardada” pelos pioneiros foi das ações e projetos que transformaram o cenário da cidade e da região, tendo a cidade de Aragarças e seus moradores como principais propagadores. O rio Araguaia foi invocado pelas suas potencialidades turísticas – em nenhum momento seu passado garimpeiro fora lembrado – e por sua *singularidade*. Os encantos ecológicos e às diferenças culturais – indígena, sertaneja e caipira – foram utilizadas para conferir notoriedade as atrações aragarcenses.

Concluimos que os aragarcenses não abandonaram a *vontade* de representar Aragarças como o *espaço* da distinção. Desta maneira, tanto os elementos pinçados pela memória coletiva dos pioneiros quanto os selecionados pelos gestores, foram aqueles que desvincularam a representação simbólica e identitária da cidade com o mundo do garimpo. Como explorado ao longo do capítulo, a *vontade* de distinção dos aragarcenses esteve firmada no discurso de modernização do *Oeste* representado pela Fundação Brasil Central (FBC) até 1967, sendo posteriormente, repassado ao rio Araguaia através da sua exploração cultural e econômica.

CAPÍTULO 3 – “NÃO ADIANTA QUERER SER, TEM QUE TER PRA TROCAR”: A representação da distinção do *eu* barragarcense.

Este livro foi escrito em HOMENAGEM:

Aos bravos pioneiros bandeirantes que atravessando florestas, desbravaram este pedaço de Mato Grosso.

Aos que lutaram como autênticos e anônimos heróis do sertão: garimpeiros, pecuaristas, agricultores, implantadores dos municípios que iremos focalizar.

Aos ex-integrantes da expedição Couto de Magalhães, para navegação do Araguaia (ano de 1864).

Aos combatentes da Marcha de Integração Marechal Rondon.

Aos pioneiros S.S. Arraia, Antônio Cristino Cortes e Francisci Bispo Dourado, de quem a história não enaltece os seus merecimentos.

Aos integrantes da Bandeira Piratininga, do saudoso Hermano Ribeiro.

Aos que cruzaram matos abrindo trilhas, caminhos, estradas pioneiras para o progresso: integrantes da extinta Expedição Roncador-Xingu.

Aos que morreram anonimamente nas lonjuras, por falta de assistência, ou tomaram nas revoltas garimpeiras "Morbeck x Carvalhinho".

Aos íclitos Presidente Getúlio Vargas e Ministro João Alberto, criadores da Marcha para o Oeste.

(VARJÃO, 1985, p. 17)

No capítulo anterior apresentamos os elementos que sinalizaram a *vontade de distinção* da cidade de Aragarças frente à cidade vizinha, Barra do Garças. Observamos que o discurso da *modernização do sertão* foi muito caro a elite aragarcense na constituição de sua identidade distintiva e dos símbolos representativos do *status* e do poder social da urbe. O que provocou a negação do passado garimpeiro e das práticas sociais relacionadas à vivência sertaneja, compreendida como atrasada e inferior, frente aquelas representadas pela Fundação Brasil Central e seu discurso progressista.

De modo que os gestores realizaram a manutenção da memória coletiva e dos símbolos que remetiam à atuação da Fundação Brasil Central no município – o aeroporto, o Hotel Getúlio Vargas, a caixa d’água – enfim, aos monumentos que foram construídos durante a existência da FBC em Aragarças. Tanto que o símbolo “moderno” – os peixes



na rotatória central da cidade – não se voltara para o tempo anterior a Fundação, comprovando o quão forte foi sua passagem para a constituição identitária, simbólica e representativa da cidade, que preferiu voltar-se para os recursos da natureza local a constituir ligação com o passado de “elemento negativo à civilização” – o garimpo.

Por sua vez, ao analisarmos os elementos que sinalizavam a *vontade de distinção* de Barra do Garças o garimpo e o garimpeiro são os primeiros a serem elencados pela cidade na sua corrida distintiva. Evidentemente que tais representações foram tomadas a partir de lapidações que buscaram conferir à elite barragarcense, a responsável pela arquitetura da *persona* distintiva, as características “certas” do mundo garimpeiro – coragem, robustez, perspicácia e contumácia – fortalecendo a autoimagem da urbe e facilitando sua representação como notadamente superior, pois conseguiu o desenvolvimento e progresso sob bases inóspitas.

Desta forma, Barra do Garças erigiu um discurso histórico cíclico, de constância desenvolvimentista, alcançando o ápice com a chegada dos “gaúchos”. Representantes da racionalidade modernizadora que teriam intensificado o desenvolvimento barragarcense, iniciado com a atuação da Fundação Brasil Central, devido a austeridade laboral de sua cultura, amplificando o potencial econômico, social e econômico de Barra do Garças.

Apresentamos nesse capítulo os indicativos de distinção construídos pela urbe na promoção de sua imagem como pólo econômico, social e cultural do Vale do Araguaia. Que, como indicam as palavras de Varjão na epígrafe, contou com a ajuda de várias figuras de destaque, que tiveram a sensibilidade em alcançar o potencial econômico e cultural da região desde os primeiros contatos com o interior do Brasil. Nessa perspectiva, Barra do Garças fora o diamante lapidado pelas mãos do progresso – representado nos versos por pessoas de destaque nacional – que passou a irradiar luz “civilizatória” e desenvolvimentista no Vale do Araguaia.

### 3.1 – As estratégias da distinção entre Barra do Garças e Aragarças.

As articulações discursivas utilizadas pelos barragarcenses na elaboração de sua memória e identidade não hesitaram em selecionar a atuação da Fundação Brasil Central como impulsionadora do progresso local que, antes da chegada da FBC, encontrava-se em “processo lento”. A tessitura da narrativa histórica da cidade demonstrou uma constante negociação representativa e simbólica, gerenciada por aqueles que alcançaram maior poder social, cultural e econômico, sendo Valdon Varjão um dos representantes

mais destacados, pois ao reivindicar o posto de memorialista da cidade erigiu sobre sua figura e suas narrativas uma aura de *verdade* e distinção, não contestada pela memória local.

De maneira que seus escritos constituem fonte importante na compreensão da construção identitária e representativa da cidade e de seus moradores, pelo menos da elite social e econômica que buscou compor um discurso de superioridade e distinção frente à cidade vizinha, Aragarças. Interessante observar que não negaram o fato de Aragarças ter sido a “escolhida” como base de atuação da FBC. Todavia, procuraram evidenciar a expansão do afluxo progressista e o quanto Barra do Garças conseguiu administrar essa onda desenvolvimentista a seu favor, fazendo dessa fase a mais lembrada e até a mais “saudosas que Barra do Garças viveu, pois conseguiu suplantar grandes municípios que lideravam a economia regional” (VARJÃO, 1985, p. 97).

Pinçando os eventos que poderiam lhe conferir maior distinção e poder simbólico frente a vizinha e aos outros núcleos populacionais – Baliza, Lageado, Bom Jardim, Piranhas, Iporá, além de Araguaiana da qual era distrito – que “perderam” seus *status* de “municípios satélites”, Barra do Garças incorporou à sua constituição identitária as características discursivas dos “novos pioneiros” – os expedicionários da FBC – a de semeadores da “prodigiosa civilização moderna”(idem, p. 100).

O desenvolvimento de Barra do Garças esteve condicionado a Aragarças, base de atuação da FBC. Como observa Ribeiro (2016a, p. 70), “Barra do Garças era um vilarejo sem qualquer importância no contexto do Médio Araguaia, ao contrário de Aragarças-GO...”, o que para a *vontade* de distinção de Barra do Garças, comprovou a astúcia e competência daqueles que souberam utilizar as oportunidades e promoveram o constante desenvolvimento da cidade, a diferenciando de Aragarças que “estacionou no tempo”.

Tudo indica que Barra do Garças ao selecionar as vigas de sustentação de sua construção identitária e representativa, aquelas que orientaram sua organização social e cultural, buscou as que conotassem *diferença e originalidade* frente a vizinha Aragarças, que de 1945-1949 ocupou lugar de destaque na imprensa devido ao alcance da alocação estatal na qual estava inserida. Só no jornal carioca *A noite*, no referido período, o verbete Aragarças é citado setenta e três vezes enquanto Barra do Garças teve apenas dezenove ocorrências.

As similaridades sociais e paisagísticas que amenizaram a fronteira geográfica entre Goiás e Mato Grosso geraram confusão em alguns jornais que noticiaram as ações da FBC em Aragarças. Como demonstra a reportagem do *A Noite*, de 25 de abril de 1944,

que ao noticiar a bravura dos “bandeirantes modernos” que seguiam abrindo estradas e plantando cidades no *hinterland* brasileiro, tomaram Barra do Garças como a 2ª base de atuação da FBC – a primeira seria Uberlândia-MG – descrendo as construções já iniciadas – o hospital, o alojamento para os funcionários e o hotel – como modernas e confortáveis e Barra Goiana como “um aglomerado de palhoças pouco mais que miseráveis”.



A Noite, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1944.

O mesmo aconteceu com a publicação do *Correio da Manhã*, de 13 julho de 1945. A matéria exalta as transformações na estética urbana da cidade de “Barra do Garças, hoje Aragarças”, promovidas a partir da atuação da FBC, corroborando os apontamentos de Varjão (1985; 2004), quanto ao alcance dos benefícios econômicos, sociais e culturais da FBC. Barra do Garças, além de gestores capazes de administrar as oportunidades que a tornaria *município satélite* de toda a região do Vale do Araguaia, também soubera utilizar as representações simbólicas defendidas pela FBC – progresso, desenvolvimento e civilidade – para conotar distinção à sua trajetória histórica e elevar suas características identitárias.



Correio da manhã, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1945.

Esses *enganos* não diminuíram a importância dos predicativos usados para qualificar a cidade e os “agentes” que promoviam o desenvolvimento e progresso do *Oeste*. Pelo contrário, parecem fortalecer o discurso da superioridade distintiva dos barragarcenses, pois sendo Barra do Garças referenciada no momento de maior expansão econômica, cultural e social de Aragarças denotou o crescimento e a importância que Barra também passara a ter com a chegada da FBC.

É essa a representação que parece ter se fixado na memória local. Alguns desses *enganos* são usados como exemplo do poder de atrativo econômico, social e cultural pelo qual Barra do Garças passava, tendo a cidade um desenvolvimento cíclico – primeiro o garimpo, depois a chegada da Fundação Brasil Central, os novos investimentos da Sudedo e, por fim, a migração *gaúcha* – mantendo *continuum* progresso e desenvolvimento. A visita do presidente Getúlio Vargas em 1945, à Aragarças foi um desses *ardis* utilizados para promover a distinção de Barra do Garças. O *Correio da Manhã*, de junho de 1945, informa a vinda do presidente e Varjão (1985, p. 101), entre as explicações dos fatores que levaram Barra do Garças a “fixação da cidade que é hoje”, mostra a fotografia de Getúlio Vargas visitando o canteiro de obras da FBC em Aragarças, detalhe que não é mencionado pelo autor.



A reportagem do *Jornal do Commercio* – “Aragarças, uma cidade histórica” – de 10 de outubro de 1971, confirma a ideia do contínuo desenvolvimento de Barra do Garças ao mesmo tempo em que evidencia o destaque que gozava Aragarças junto a imprensa nacional, tendo maior publicidade ainda após a divulgação em “rádio e quantos outros meios” da Revolta Veloso. Evento do qual já tratamos, e que tornara Aragarças “conhecida de todo brasileiro”, diferentemente das muitas outras “pequenas povoações isoladas no meio da grande selva”.

No entanto, o destaque histórico de Aragarças não foi suficiente para inspirar nos repórteres melhor impressão sobre a cidade, onde a “poeira vermelha entra pelas narinas, pelos olhos, tudo”, a ponto de desclassificarem o Hotel Getúlio Vargas, considerada uma construção moderna e confortável<sup>24</sup>, em detrimento ao do outro povoado mais adiante, Barra do Garças depois da ponte, considerado por eles “melhorzinho” para pernoitar.

Situações que nos permitiram apreender a visão dos “forasteiros” sobre as duas cidades e suas parencas, pois mesmo classificando o hotel de Barra do Garças como “melhorzinho”, os repórteres não deixaram de reclamar da “mosquitada que não respeita nem o repelente” usado por eles. Justamente por conviverem e partilharem espaços geográficos e culturais similares, Barra do Garças e Aragarças buscaram distinção nas mais diversas e, por vezes, diminutas conjunturas. Chegando mesmo a desconsiderarem as novas organizações econômicas que passaram a orientar os investimentos na região a partir das décadas de 1960/70.

<sup>24</sup> Segundo os correspondentes do jornal *A Noite*, de 24 de abril de 1944, e da *Revista Cruzeiro*, de 19 de dezembro de 1959, edição que trouxe longa matéria sobre a Revolta Veloso.

No caso de Aragarças, seriam as más gestões as responsáveis pela “decadência” do *status* social da cidade e por isso se voltaram para o passado de “ouro” da época da FBC, negligenciando as transformações econômica e a própria capacidade espacial da cidade que, com apenas 662,9 km<sup>2</sup>, não teria condições de abrigar os projetos agropecuários e os sulistas que tiveram sua migração incentivada pelo Estado. Assim, na busca por distinção, Aragarças invocou o poder simbólico e o status dos “tempos da Fundação”. Por sua vez, Barra do Garças *trabalhou* as várias identidades, representações e símbolos que acudiram para a barra do rio das Garças formando um intrépido povoado até sua consolidação como cidade polo de toda a região do Vale do Araguaia.

De maneira que, na arquitetura de sua constituição representativa escolheu e ressignificou as identidades e símbolos que lhe conferiram maior distinção e *status* social, econômico e cultural. Buscou relacionar seu maior desenvolvimento à chegada da Fundação Brasil Central, mas em nenhum momento mencionou Aragarças como exemplo dessa modernização do *Oeste*. Barra do Garças usou os símbolos alusivos ao garimpo no sentido de conotar aos barragarcenses persistência, entusiasmo e audácia na administração desses incentivos. Na intenção de demonstrar o contínuo crescimento da cidade, aludiram ao passado de labuta, de adversidades e insegurança conferindo maior distinção às ações que viabilizaram as transformações sociais, econômicas e culturais do mundo do garimpo para as modernas e progressistas. Na praça central da cidade o monumento ao garimpeiro é um exemplo dessa *flexibilidade* identitária e representativa que a cidade buscou conferir à si.

Ilustração 07- Monumento ao Garimpeiro/ Praça do Garimpeiro - Barra do Garças (MT).



Acervo da autora, julho de 2018.

Um pouco esquecida, mas ainda assim ocupando lugar na paisagem urbana da cidade, a pedra S.S. Arraya, instalada em frente a confluência dos rios Garças e Araguaia, também é usada na promoção da *lembrança* dos tempos das primeiras incursões garimpeiras e dos pioneiros fundadores da cidade, Antônio Cristino Côrtes e Francisco Bispo Dourado.

Ilustração 08- Pedra S.S. Arraya



Acervo da autora, julho 2018.

Os gestores barragarcenses reservaram para a entrada principal da cidade um obelisco de dupla significação, um marco territorial e histórico, pois indica o início da Amazônia legal e sinaliza a *apropriação* dos benefícios que tornaram o município destaque na implementação de monoculturas (MARTINS, 2015, p. 85). O obelisco celebra e demarca a distinção espacial ocupada por Barra do Garças.



Ilustração 09: Obelisco que marca o início da Amazônia Legal.



Disponível em <https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1042731>

De modo que, os monumentos erguidos pela cidade de Barra do Garças buscaram apresentar a cronologia desenvolvimentista da cidade e foram tomados pela importância e distinção de quem os determinou, como é o caso do Marechal Cândido Mariano Rondon, que em 1909, após “cálculos matemáticos, geográficos e astronômicos” definiu Barra do Garças como ponto central do Brasil. O monumento, localizado na Praça da Matriz, lembra aos visitantes que a cidade é o “coração do Brasil”.

Ilustração 10 - Monumento ao Centro Geodésico do Brasil – Praça da Matriz/BG.



Acervo da autora, julho de 2018.

Há ainda na mesma praça uma estátua do coronel inglês Percy Harrison Fawcett<sup>25</sup>, que empreendeu uma excursão pela Amazônia e Centro-Oeste do Brasil em 1925, a procura de Atlântida, a cidade perdida. As últimas notícias sobre seu paradeiro seriam na Serra do Roncador – estrutura geológica que se estende pelo território de Barra do Garças – estaria certo que o portal para Atlântida se encontrava ali. O “pioneirismo” do coronel Fawcett e a “distinção” de Rondon, foram algumas das significações representativas cooptadas pela narrativa barragarcense na promoção do poder social e carismático da cidade.

---

<sup>25</sup> Percy Harrison Fawcett, foi um explorador e geógrafo inglês que desapareceu em 1925, enquanto promovia uma excursão pela Serra do Roncador a procura de uma civilização perdida. “O caso de Fawcett inspirou o personagem cinematográfico Indiana Jones e continua a ser algo de interesse literário. Além do clássico livro de Hermes Leal (1996) sobre o tema, o escritor americano David Grann (2010) lançou recentemente uma obra sobre Fawcett” (MAIA, 2012, p. 64). Em 2017, o diretor James Gray lançou a releitura para o cinema da obra de David Grann, o filme recebeu o nome de “A Cidade Perdida de Z”.

Ilustração 11 - Monumento em homenagem ao Cel. Percy Harrison Fawcett.



**CEL. PERCY HARRISON FAWCETT (1867 - ????)**  
 HOMENAGEM À CORAGEM E AO PIONEIRISMO  
 DESTE OFICIAL ENVIADO PELA COROA BRITÂNICA.  
 O MISTICISMO E A ENERGIA DE UMA ESTATUETA  
 DE BASALTO RECEBIDA NA ÍNDIA LEVARAM-NO  
 POR TERRITÓRIOS INEXPLORADOS, NA TENTATIVA  
 DE ENCONTRAR A ATLÂNTIDA PERDIDA, NA SERRA DO  
 RONCADOR. EM 1925 PARTIU DAQUI PARA UMA  
 VIAGEM SEM VOLTA, A ALGUM PONTO DO PARALELO 16°

Acervo da autora, julho 2018.

Evidenciando que as disputas distintivas entre Barra do Garças e Aragarças e a marcação do *eu* e do *outro*, estavam mais relacionadas com as *diferenças* nos “recursos de poder” que cada município pode oferecer e/ou administrar, do que com disparidades identitárias propriamente ditas. Tendo em vista as similaridades daqueles que formaram a sociedade local, migrantes de várias regiões (ELIAS; SCOTSON, 2000). Barra do Garças buscou, através dos monumentos, aumentar sua “rede de relações”, pois ao utilizar marcos históricos e personalidades que tiveram destaque internacional, estabeleceu ligação com diferentes agentes sociais que lhe proporcionaram benefícios materiais e simbólicos (BOURDIEU, 2008; 2010).

Deste modo, Barra do Garças buscou “aparelhar” seu desenvolvimento econômico, social e cultural à personalidades, eventos, momentos e localidades que

elevassem seu poder social ou que lhe propiciassem “absorver” a distinção concedida à outrem. É o caso, por exemplo, da insistência de Barra do Garças em constituir ligação com a capital goiana, Goiânia, e não com Cuiabá, capital mato-grossense, por enxergarem maior proximidade cultural com a capital dos goianos e pelo *status* – cidade moderna e planejada – creditado à Goiânia (MARTINS, 2015). Ao mesmo tempo que procuraram amenizar as relações com Aragarças, pois não bastava *estar* em Goiás se não carregasse em si as significações representativas da distinção e do prestígio social, cultural e econômico daquela. Situação observada por Martins (2015), em sua pesquisa sobre o espaço urbano constituído por Barra do Garças e Aragarças, onde as divergências distintivas entre as duas cidades aparecem na fala do entrevistado Sandro Cristiano de Melo, professor do departamento de Geografia da UFMT, ao estudar a geografia das duas cidades, constatou que

As pessoas de Barra do Garças, ao mesmo tempo que rejeitam a cidade goiana de Aragarças para morar, em situações de terem que buscar por tratamento de saúde, entre outros de maior avanço e investimento tecnológico, compras em atacado para revenda, procuram pela capital goiana, Goiânia ...querem ser goianos (MELO, Sandro Cristiano 2014 apud MARTINS, 2015, p. 80).

Percepções que confirmam a luta simbólica entre Barra do Garças e Aragarças por distinção e pelo poder social de determinar aqueles que são *estabelecidos* e aqueles que são os *outros*, ao mesmo tempo que nos permitiu compreender a importância da *diferença* no estabelecimento das relações de disputas simbólicas e representativas que envolvem a marcação da distinção e da identidade. Barra do Garças buscou os elementos que “excluam” Aragarças – os bons administradores, o respeito pelo garimpo, a localização e as figuras ilustres – e que ao mesmo tempo lhe conferiam maior distinção, prestígio e poder social.

Interessante salientar que Barra do Garças empreendeu significativas “negociações” identitárias na manutenção do seu *status* social, cultural e econômico, ao administrar a chegada dos migrantes sulistas, a partir da década de 1970, como mais um evento que veio para complementar e impulsionar o crescimento e desenvolvimento do município. De maneira que o Agronegócio também foi utilizado na promoção distintiva da cidade e de seus moradores, tidos como visionários e sensíveis as implementações progressistas trazidas pelos “gaúchos”. Assuntos abordados no próximo tópico.

### 3.2 – O Agro é *Pop*: popularidade e estigma em Barra do Garças.

Antes do Agro ser *pop*<sup>26</sup> ele foi dor, isto porque o processo de modernização da agricultura brasileira e sua industrialização para chegar aos moldes do *Agronegócio*, deixaram um rastro de espoliação, exploração e alteração na organização das estruturas rurais, da vida dos trabalhadores do campo, das cidades e do meio ambiente. As discussões sobre como o governo brasileiro esquematizou e executou seu plano de desenvolvimento econômico esbarraram-se na questão da terra.

Recuando um pouco na história observamos ainda na colonização da Terra de Vera Cruz as sesmarias, grandes faixas de terras oferecidas a nobres portugueses, os capitães donatários, como sendo a base dos latifúndios muitas vezes improdutivos e abandonados, mas que balizaram as futuras transações imobiliárias da terra no Brasil.

O entrave para o crescimento econômico do Brasil foram os *espaços vazios*, e as políticas oficiais de ocupação/valorização do território brasileiro tornaram-se metas a serem alcançadas pelo planejamento estatal, de Vargas (1930) aos militares (1964-1985). Para tanto, a ocupação do território e seu povoamento eram imprescindíveis, dever-se-ia ocupar toda a extensão territorial do país por meio da imigração. “A palavra-de-order de levar as fronteiras demográficas e econômicas até as fronteiras políticas quase sempre conduzia à convicção de que a ocupação do território dependia do povoamento, e este, por sua vez, da imigração” (VAINER, pág. 12, 1989).

A revolução de 1930 reconfigurou a cena econômica do Brasil, de uma sociedade agrário-exportadora a urbana-industrial. As políticas migratórias refletiram esse novo momento, e o Estado substituiu a imigração estrangeira por uma “política de colonização em proveito das populações nacionais” (GALVÃO, 2013). Com os olhos voltados para dentro do país, o governo Vargas procurou meios de promover a ascensão da economia brasileira aos padrões do capitalismo externo, mas sem depender por completo das forças econômicas e ideológicas de fora – leia-se Estados Unidos da América – Vargas pretendia uma modernização dos padrões econômicos e produtivos do Brasil numa via autônoma

---

<sup>26</sup> O slogan o “Agro é tech, agro é pop” faz parte de uma peça publicitária produzida pela emissora Globo em 2017, sobre as produções do agronegócio brasileiro. Segundo o diretor de marketing da TV Globo, Roberto Schmidt, o objetivo da campanha: ‘Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil’ foi mostrar para a população em geral que o agronegócio se modernizou e que usa novas tecnologias nos processos de produção. Schmidt ressaltou que a ideia era fazer com que os brasileiros tivessem orgulho do “agro”. Disponível em : <http://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/>.

para a industrialização nacional, ou seja, uma emancipação econômica nacional (IANNI, 2009).

Para alcançar tal feito o governo lança o Plano de Integração Nacional *Marcha para o Oeste*. As pretensões do governo eram integrar o país, promover sua modernização e industrialização atrelando-as aos planos de efetivo povoamento dos *espaços vazios* da região Centro-Oeste e Norte, ocupando efetivamente o Brasil e explorando suas riquezas. Mas, como nossa economia mostrava-se “numa curiosa combinação de moderno-arcaico” (IANNI, 2009, p. 136), coube ao Estado intervir nessa promoção, pois “O estado pode então, e deve, dotado de um saber técnico e de instrumentos operativos determinados, conferir racionalidade à organização sócio-espacial. E a política migratória, por intervir sobre os deslocamentos populacionais, aparece justificada” (VAINER, 1986, p. 19). O objetivo do governo era organizar uma distribuição da população de modo a descentralizar as migrações do Norte e Nordeste somente para o Sudeste, “esvaziando” as áreas que sofriam as mazelas do inchaço urbano, ou seja, interiorizar, ocupando os *espaços vazios*, mas agora de forma racionalizada.

“Nesse sentido, durante o governo de Vargas, são criadas as colônias agrícolas nacionais, visando obter produções lucrativas, além de retirar um excedente populacional da região Sul do Brasil” (SILVA, 2011, p. 224). Em Mato Grosso, entre 1940 e 1950, foram implementadas três colônias agrícolas nacionais – Dourados, Taquari-Mirim e Ministro João Alberto – sobre a orientação do governo. Nenhuma delas deu o resultado esperado, no entanto, serviram de inspiração para as empresas de colonização privadas que passaram a atuar massivamente em Mato Grosso devido às grandes extensões de terras devolutas.

Para regular a venda das terras devolutas o governo mato-grossense criou, em 1946, o Departamento de Terras e Colonização (DTC), e em 1946, a Comissão de Planejamento da Produção (CPP), responsáveis por promover a atração dos colonizadores particulares para Mato Grosso. Esses órgãos passaram por algumas modificações entre 1946 a 1964, mas não alteraram suas diretrizes primeiras – facilitar aos empreendimentos colonizadores aquisição de terras no estado – e sim contornaram uma série de denúncias sobre irregularidades e abusos na concessão de terras a particulares e pessoas públicas no estado (GALVÃO, 2013).

Como mostra a reportagem do jornal *Correio da Manhã*, de 17 de junho de 1960, que ao apurar os nomes dos beneficiados com concessão de títulos de propriedades das terras devolutas do estado, encontrou os do secretário de Agricultura do estado, do diretor

do Departamento de Terras e Colonização, além de deputados e senadores do estado. A reportagem enfatiza a quantidade de hectares – 500,000 hectares – concedida a representantes de um *grupo gaúcho*.

As mudanças nas estratégias governamentais de ocupação e desenvolvimento das regiões Centro-Oeste e Norte tiveram início em 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – SPVEA, em consonância com a delimitação territorial da *Amazônia Legal*<sup>27</sup> o que alterou as configurações orçamentárias que atuariam na região.

A partir de 1964, com o Governo Militar, os incentivos foram destinados para a formação de pequenos latifúndios *produtivos* e ocupados por famílias que possuíssem alguma renda para os fazerem prosperar. Em 1967, com a extinção a Fundação Brasil Central, instituíram as seguintes superintendências de desenvolvimento: SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (1966) e SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (1969). A concessão de créditos e incentivos fiscais foram grandes, atraindo um grande número de sulistas para Mato Grosso e para Barra do Garças, que localizada no paralelo 16°, início da Amazônia Legal em Mato Grosso, foi área privilegiada pelos incrementos econômicos disponibilizados pelo governo.

A partir de 1970, em Barra do Garças, tiveram destaque a atuação das empresas colonizadoras, como a do pastor luterano Norberto Schwantes – Cooperativa 31 de Março, CONAGRO e COOPERCANA – o próprio Norberto em sua autobiografia *Uma Cruz em Terra Nova* (1989), afirma que em 1978, as áreas colonizadas sob sua liderança “somavam aproximadamente meio milhão de hectares, abrigando mais de mil famílias” (SCHWANTES, 1989, p. 10). Os projetos de colonização dirigidos por Schwantes deram origem as cidades como: Água Boa, Canarana e Nova Xavantina (GALVÃO, 2013). No entanto, muitos outros sulistas acudiram para a região de Barra do Garças em processos migratórios organizados, mas não regulamentados em cooperativas. Este foi o caso da participante X, que nos relatou,

[...]Meu marido veio antes como colonizador. Veio trazendo, porque ele viu que o estado era um estado muito grande e tava assim, o pessoal do Sul tava começando querer sair do Sul porque o estado não estava oferecendo mais tantas vantagens. O agricultor já tava com pouca terra

---

<sup>27</sup> Entende-se por Amazônia Legal uma área composta pelos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará, as áreas ao norte do paralelo 16°S de Mato Grosso e do paralelo 13°S de Goiás, além do oeste do meridiano de 44°W do Maranhão.

para cultivar, então aqui tinha muita terra e a terra era barata. Então o Nilo veio com o seu Jorge e começaram a trazer gente lá do Sul pra mostrar as terras aqui.

ENTREVISTADORA: Ele chegou a montar uma empresa de colonização?

Não! Só ele e seu Jorge, os dois veio compravam terrenos, vendiam, mas assim, não montou empresa. Mas venderam muitas terras... (PARTICIPANTE X, 2018).

O que só complementa nossa discussão sobre o processo de colonização de Mato Grosso nesse período, pois de acordo com Barrozo (2008 *apud* GALVÃO, 2013, p. 4),

Nos projetos de colonização privada implantados em Mato Grosso na década de 1970 predominavam agricultores vindos do sul do Brasil, reproduzindo em território mato-grossense padrão sulista de colonização baseado na fundação de cidades, divisão e venda de lotes rurais e urbanos e seleção de colonos, que deveriam dispor de uma reserva de capital para participar do empreendimento.

Ribeiro (2016a: 2016b), ressalta ainda que a política de colonização dos *espaços vazios* adotada pelo Governo Militar tinha, na verdade, a intenção de promover a incorporação desse espaço à atuação do capital. Por isso, o aumento nos incentivos fiscais para compradores que já possuíam algum capital de investimento, “empresários, fazendeiros, banqueiros, especuladores de terra, grileiros, pistoleiros e cooperativas de colonização” (RIBEIRO, 2016a, p. 96). Como parece ser o caso do marido da participante X que possuindo recursos, adquiria as terras para depois revendê-las em Santa Catarina, estado de origem do casal.

Situação semelhante vivenciaram as cooperativas administradas por Norberto Schwantes, que relatou a necessidade em adquirir seis aviões para dar “agilidade” as negociações de compra e venda de terras, pois serviriam para o transporte dos técnicos do Incra e do Banco do Brasil, órgãos responsáveis pela regulamentação e liberação dos incentivos fiscais concedidos pelo governo (SCHWANTES, 1989, p.131-132).

A reportagem do jornal *Diário de Notícias*, de 2 de junho de 1961, expôs essa “nova modalidade” de colonização incentivada pelo governo. Contando a *saga* de Hermann Meyer, imigrante alemão que fez fortuna no Rio Grande do Sul montando uma empresa de transportes, e sua família que resolveram implementar um projeto de colonização no nordeste de Mato Grosso, formando a Colônia Arinus, dedicada ao cultivo da seringueira. A área de três mil km<sup>2</sup> fora comprada do governo do estado de Mato Grosso que prometera ajuda na implementação da colônia, mas “não transformada em ato



suas falas”. A publicação conta que uma das integrantes da família, Marta Meyer, estava no Rio “cuidando da venda de mais terras na região” e aproveitou para justificar as intenções da família com o projeto, “o que queremos é colonizar, a venda de terras é apenas uma consequência disso” também afirmou que “a prova de que não buscavam só o ganho com a venda era a imposição do cultivo aos compradores”.



Diário da Manhã, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1961.

Interessante notar que esse mesmo discurso – proporcionar o acesso à terra a quem quer produzir – foi utilizado por Norberto Schwantes (1989), na promoção de seus projetos de colonização na região de Barra do Garças. Segundo Schwantes (1989), só ele teria acreditado que pequenos agricultores poderiam sobreviver nas “selvagens” regiões mato-grossenses dominadas pelo grande latifúndio. No entanto, os estudos de PALMEIRA (1989); HEREDIA *et al* (2010); MENDES (2012), GALVÃO (2013), RIBEIRO (2016a: 2016b), afirmam que os processos de aquisição de terras do estado de Mato Grosso foram muito lucrativos para aqueles que possuíam capital para investir nesse

mercado. Tanto que a organização social das cidades que surgiram em decorrência dos processos de colonização evidencia uma hierarquia social e econômica bem definida, os grandes proprietários, predominantemente migrantes sulistas, a classe *abastada*, e os pequenos produtores, a mão de obra dos latifúndios.

São essas transformações que evidenciam o quanto a modernização da agricultura brasileira foi *dolorosa* para os pequenos e médios produtores rurais, principais beneficiados pelos empreendimentos de colonização privada em Mato Grosso, pois na década de 1980, o Governo Federal cessou os investimentos e incentivos a colonização desse porte. A intenção do governo era inserir a Amazônia legal no *circuito capitalista*, isso significou converter a terra em mercadoria, em objeto de desejo dos grandes grupos industriais, do capital internacional e da especulação financeira (RIBEIRO, 2016b).

Foram essas novas estruturas que possibilitaram a transformação da grande propriedade fundiária em complexos agroindustriais (CAIs) (MAY, 1999 *apud* RIBEIRO, p. 95, 2016a). A absorção dos créditos agrícolas, a mecanização e a implementação de novas técnicas produtivas, resultaram em uma maior cadeia produtiva que conseguia abastecer o mercado nacional e ainda garantir espaço no lucrativo mercado de exportação. Era o agronegócio se consolidando em Mato Grosso e em toda área da Amazônia Legal que, segundo Palmeira (1989, p. 87), tornara a propriedade rural mais concentrada, aumentando as disparidades de renda, o êxodo rural, a exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas e a auto-exploração dos pequenos produtores, ou seja, houve uma piora significativa na qualidade de vida dos trabalhadores do campo.

José de Souza Martins (1996), classifica como “frente pioneira” esse processo de extensão capitalista sobre as áreas de ocupação e colonização na fronteira *Oeste*. No Vale do Araguaia a expansão capitalista oportunizou a acumulação espacial aos grandes grupos econômicos e às cooperativas (que depois dividiam a terra em lotes menores e revendiam aos migrantes sulistas) que implementaram as grandes lavouras de monocultura em Barra do Garças (MT).

Mais do que o entendimento da fronteira enquanto espaço de transformações econômicas, esta pesquisa levou em consideração as observações de Martins (1996, p. 135), acerca das transformações socioculturais possibilitadas pela frente pioneira. Que segundo o autor “é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social”. Em Barra do Garças os “gaúchos”, mão de obra migrante no processo de expansão capitalista, foram vistos pelos barragarcenses como empreendedores da modernização das relações

socioeconômicas da região. De modo que a ocupação do espaço barragarcense pelos “gaúchos” alterou a maneira de *ser* e *viver* no espaço social da cidade, pois os barragarcenses buscaram introjetar a “alteridade política” representada por aqueles, qual seja, empreendedora e progressista (MARTINS, 1996, p. 134).

No processo de modernização da agricultura e na consolidação dos grandes latifúndios agroindustriais em Mato Grosso e em Barra do Garças a grande maioria dos migrantes que vieram para a região foram os “gaúchos/sulistas”, tidos como *os pioneiros* e *os promotores do progresso*. Pequenos e médios produtores que compraram lotes de terra das grandes empresas colonizadoras como as de Norberto Schwantes que, antes de 1980, foram largamente beneficiadas pelos incentivos do Governo Federal para promoveram a colonização da Amazônia Legal. Após 1980, o Governo Federal adotou uma política de “esferas macroeconômicas mais amplas, como a política cambial, favorável ao interesse do setor exportador e a política de comércio exterior [...]” (HEREDIA *et al*, 2010, p. 166), redirecionando os interesses e incentivos governamentais do crédito rural para o agronegócio.

Assim, os privilégios fiscais dados pelo Estado e que facilitaram os sulistas a chegarem primeiro às áreas de Mato Grosso acarretaram mudanças sociais significativas, pois os sulistas passaram a serem vistos e *viam-se* como “os desbravadores do que teria sido até então um “espaço vazio”, ancorados em uma ideologia do “pioneirismo”, em que o Estado desaparece como protagonista” (HEREDIA *et al*, 2010, p. 169), ficando a representação do “gaúcho” como um visionário. De acordo com Heredia (*et al* 2010), a denominação “gaúcha” nesse caso, não cabe apenas àqueles que nasceram no Rio Grande do Sul, mas contempla também os que vieram de Santa Catarina, Paraná e demais estados *do Sul*.

Parece haver um consenso que “gaúcho” era uma definição para todos aqueles que chegaram em Mato Grosso como “pioneiros”, pois como promotores do progresso teriam maior relevância na organização social dos municípios que, assim como Barra do Garças, foram beneficiados pelo caráter desenvolvimentista creditado aos “gaúchos”. “A primeira impressão que se tem é que essas classificações servem para agrupar, em dois conjuntos distintos, proprietários rurais e outros agentes sociais ligados ao mundo do agronegócio em oposição a migrantes nordestinos vinculados ao mundo do trabalho (HEREDIA *et al*, 2010, p. 171).

O documentário *Os Homens do Presidente (1984)*<sup>28</sup> – ou “Arroz Amargo” – do diretor Paulo Rufino, relata a saga dos *pioneiros* no povoamento da região de Barra do Garças e as consequências das promessas não cumpridas do governo João Figueiredo – Figueiredo daria início ao processo de redemocratização do Brasil lançando slogan “Planta que o João Garante”, o governo prometia subsídios para os agricultores plantarem e a garantia de compra da produção – que levaram à bancarrota e/ou ao abandono da terra por grande número de pequenos e médios produtores na região do Vale do Araguaia.

No filme é possível compreender a percepção que os migrantes sulistas tinham de *si* e das terras de Mato Grosso. De imediato o vídeo traz Norberto Schwantes explicando os motivos de ter iniciado um programa de colonização em Mato Grosso – agricultores experientes, mas sem terras para o cultivo, frente a uma vastidão de terras produtivas e *vazias* – e os progressos que a região teria ao ser inserida no mercado produtivo nacional através dos empreendimentos agrícolas implementados sob sua assessoria. Nessa perspectiva seriam os migrantes sulistas os encarregados de promoverem o desenvolvimento de Barra do Garças.

O documentário nos auxiliou a compreender como a modernização da agricultura brasileira e a instituição do agronegócio em Mato Grosso interferiram nas disputas distintas entre Barra do Garças e Aragarças, além daquelas de caráter interno que contribuíram para a consolidação da figura social do *pioneiro gaúcho*. Perspectiva defendida pelo memorialista barragarcense Valdon Varjão (1985), que creditou à chegada dos migrantes sulistas, o desenvolvimento da cidade e a efetiva implementação do agronegócio na região, alçando o município como maior produtor de arroz do Centro-Oeste.

Além da modernização e embelezamento da cidade a semelhança das cidades gaúchas em detrimento das moradias antigas que eram do “tipo nordestino”, evidenciando

---

<sup>28</sup> Disponível em <https://vimeo.com/80934527>, acessado em 11 de janeiro de 2019. A sinopse do filme já esclarece as mudanças na concessão dos incentivos fiscais, expondo a fragilidade das relações entre os migrantes e o governo: "Fatores que levaram ao insucesso o projeto 'Prioridade Agrícola', iniciado em 1979. Nessa época, pioneiros que no início de 1970 haviam migrado do Rio Grande do Sul para Barra do Garças, Mato Grosso, estimulados por promessas oficiais, transformaram, em três ou quatro anos, uma extensa área inculta numa produtiva plantação de arroz. Com o passar dos anos, insatisfeitos com o descumprimento das promessas do Governo, a maior parte deles procura novos caminhos. As áreas plantadas diminuem e voltam às mãos dos exportadores de soja e criadores de gado. Inúteis foram os protestos e a Marcha à Brasília, em 1981. Em 1984 aumenta a importação de alimentos e os homens do campo que persistem já não tem o otimismo de quando foram chamados de 'Homens de Confiança do Presidente.'" In <http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IscScript=iah.iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=026180&format=detailed.pft> Acessado em 28/02/2019.

como a “migração gaúcha formou uma nova mentalidade” (VARJÃO, 1985, p. 117) em Barra do Garças. Tomando-os como progressista e desenvolvimentista Varjão (1985), concedeu aos gaúchos o direito de se arrogarem os únicos “desbravados” e/ou “pioneiros” da região, anulando a importância e a participação dos índios, nortistas e nordestinos (RIBEIRO, 2016a), pois tais elementos não conferiam à cidade a distinção almejada por seus administradores “modernos”.

Seriam os “gaúchos” os mais *civilizados* e propagadores do sucesso econômico, pois tinham como base cultural o trabalho e as melhores tecnologias que os faziam prosperar (SCHWANTES, 1989). Discurso que influenciou nas escolhas identitárias e representativas de Barra do Garças. Seus gestores buscaram utilizar essas características para promoverem a cidade como progressista e sábia nas escolhas econômicas, como afirma Varjão (1985, p. 134), que foi prefeito de Barra do Garças por duas vezes, “o município conseguiu, pelo esforço de suas lideranças políticas, aproveitar o fluxo de interesses econômicos que hora se dirige para os sertões amazônicos, fazendo com que a Barra [...] galgasse essa posição invejável”.

Schwantes (1989), corrobora o discurso de que as migrações sulistas imprimiram transformações positivas nas relações econômicas e sociais em Barra do Garças, pois afirma que o comércio da cidade cresceu e vendeu como nunca devido a colonização. O que refletia na arrecadação de impostos estaduais que teriam aumentado em 204% em 1977, dando subsídios para reivindicarem do governo estadual melhorias nas vias de comunicação, o que facilitaria o escoamento da produção de arroz da região. Schwantes (1989), destacou a diferença *desse tipo* de produção e de população, que exigiam maior atuação do poder estatal frente aos antigos garimpeiros que não tinham “grandes preocupações com sua saúde e alimentação” pois, “nem a própria vida vale muito no garimpo” e a pecuária não se preocupava com tais melhorias porque seu produto, os bois, iam “andando até o matadouro” (SCHWANTES, 1989, 213).

Essas transformações simbólicas foram usadas pelos moradores na construção de sua identidade no intuito de lhes conferir dinamicidade e constante desenvolvimento. Seus gestores teriam aproveitado as ondas desenvolvimentistas trazidas pelos “gaúchos” de maneira a torna-las permanentes. O que diferenciaria Barra do Garças da vizinha Aragarças, que não conseguira fixar os benefícios oportunizados pela Fundação Brasil Central em solo aragarcense. Como demonstra a nota do jornal *Brasil-Oeste*, de agosto de 1960, a municipalidade mostrava preocupação em criar uma infraestrutura que atraísse os *forasteiros*, garantindo sua permanência e, conseqüentemente, o progresso da cidade.

#### MELHORAMENTOS EM BARRA DO GARÇAS

— Importantes melhoramentos foram inaugurados, em 21 de Julho p. p., na cidade de Barra do Garças, nas lindes com Goiás. Figuram entre eles o calçamento da Rua Coronel Cristino Cortes, o serviço de água encanada e a abertura do Balneário Águas Quentes.

O Prefeito Valdon Varjão está cumprindo, na comuna, um programa progressista, tendo em vista dotar a séde de recursos que a tornem em condições de acomodar os numerosos forasteiros que demandam a região, agora em fase de grande desenvolvimento, dada a sua proximidade com a nova Capital Federal.

Culminando as festividades, realizou-se, na referida data, um comício na Rua Coronel Cristino Cortes, durante o qual usaram da palavra os Deputados Federais Philadelpho Garcia e Rachid Mamed e o Deputado Estadual Clovis Huguenev e o Senador Filinto Müller, candidato da coligação PSD-PSP a Governador de Mato Grosso.

Brasil-Oeste, São Paulo, agosto de 1960.

Interessante observar que Varjão, como representante da elite social barragarcense, buscou conferir a trajetória histórica da cidade a marcação de “fases” – a garimpeira, a da Fundação Brasil Central, a Agropecuária e incentivos fiscais e os gaúchos e a agricultura – numa contínua evolução rumo ao desenvolvimento e progresso consolidados com a chegada dos “gaúchos”. O discurso construído pela cidade, tendo em Varjão um dos principais representantes, buscou utilizar-se de todos os elementos históricos que pudessem conferir *distinção* à municipalidade, desde o garimpo até as migrações sulistas.

Entretanto, compreendendo o período pelo qual passava a consolidação cidadina de Barra do Garças e Aragarças – das políticas desenvolvimentistas e progressista que marcaram o Brasil desde a década de 30 até o Governo Militar – parece evidente a opção da “memória oficial” de Barra do Garças por ressaltar tudo aquilo que a ligara ao desenvolvimento e ao progresso, se distanciando das figuras simples do sertão, ou seja, “dos vencidos”, pelo discurso e ações progressistas que significou a participação dos “gaúchos” na sociedade barragarcense.

De modo que, o garimpo e a figura do garimpeiro apareceram na constituição histórica do município para conferir à cidade e aos seus representantes caráter impávido,

dinâmico e destemido – era comum creditar os garimpeiros uma bravura desmedida, além de ânimo e coragem para revolver a terra, mergulhar no leito dos rios e enfrentar inúmeras intempéries a procura do tesouro – sempre atento para requerer e aproveitar as novas oportunidades que surgiam para e na região.

Tanto é assim que, na primeira edição do Boletim informativo *Divulgação Centroestina*, de setembro de 1987, Valdson Varjão, idealizador e editor do informativo, apresenta um texto justificando aos leitores o porquê do nome de alguns garimpeiros aparecerem como patronos das cadeiras da Academia de Letras, Cultura e Artes do Centro-Oeste, “cada pioneiro lembrado teve página de epopeia e heroísmo ligada a história da implantação da civilização e do desenvolvimento, enaltecendo o passado e dignificando suas proles de descendentes do presente” (VARJÃO, 1987, p. 04), sendo o primeiro patrono Antônio da Costa Bilégo, que nas descrições aparece como fazendeiro, comerciante, garimpeiro e primeiro prefeito de Barra do Garças. Demonstrando que o *pioneiro* exaltado pela memória da cidade seria aquele que, mesmo ligado ao mundo garimpeiro, buscou o desenvolvimento econômico, político e social da urbe.

### 3.3 – Do impresso ao espaço: a representação nos jornais e o estigma do discoporto.

Como Barra do Garças aparece nos jornais de 1940-67, período em que Aragarças despontava como cidade moderna? Como ficou sua representação após 1967? Quais impressões o projeto do discoporto<sup>29</sup> despertou sobre a cidade? E ainda, qual o objetivo do vereador Varjão ao propor esse projeto, e por que ele foi ridicularizado? Esses são alguns questionamentos que direcionam o desenvolvimento desse tópico.

A partir da década de 70, Barra do Garças passou a ocupar lugar de destaque nas notas jornalísticas sobre Mato Grosso. Estando localizada no marco que dá início a Amazônia Legal – o paralelo 16° – e possuindo uma extensão territorial de 121.936 km<sup>2</sup>, tornou-se “garota propaganda” das políticas governamentais e particulares que buscavam incentivar a migração sulista para a região. Encontramos centenas de matérias como a do jornal *O Estado de Mato Grosso*, de agosto de 1971, que traz os avultosos números dos incentivos fiscais concedidos pela SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – para projetos agropecuários que seriam instalados em Barra do Garças e no município de Diamantino.

---

<sup>29</sup> Local especial para pousos e decolagens para Objetos Voadores Não Identificados (OVNIs), também conhecidos como discos voadores.

**SUDAM** — Mais uma vez Mato Grosso leva a melhor na distribuição dos incentivos fiscais da SUDAM. O sr. João José Freire, diretor do Escritório Regional do mencionado órgão, informou ontem que dos cr\$... 31.688.187,00, liberados na última reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM, Mato Grosso ficou com cr\$ 27.914.081,00, para três projetos agro pecuários a serem instalados nos Municípios de Diamantino, com dois, e de Barra do Garças. A próxima reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM será no dia 20 de setembro próximo.

O Estado de Mato Grosso, Cuiabá, 13 de agosto de 1971.

Devido ao intenso discurso em defesa da migração dos sulistas para a região, tivemos a curiosidade de procurar o verbete “Barra do Garças”, no jornal *O Correio Riograndense*. Das 117 ocorrências 116 são propagandas de empresas/fazendas colonizadoras, como da Fazenda Cajueiro, que vendiam glebas de 120 hectares, com “anos de prazo e amplas facilidades”, evidenciando a atuação da SUDAM na promoção desses empreendimentos.

**FAZENDA CAJUEIRO**



Roca de milho na FAZENDA CAJUEIRO.

A FAZENDA CAJUEIRO, situada no município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, está vendendo glebas com 120 Hectares, ou sejam, CINCO COLÔNIAS.

Oferece amplas facilidades, ANOS DE PRAZO para pagar.

Tratar com: **R E B E L A T O**

Rua Lava Pés, 1260 — Passo Fundo — R. G. do Sul

Em nosso quadro de pessoal, necessitamos Agentes-vendedores. Sendo idôneo e capaz, procure-nos ou escreva-nos.

Correio Riograndense, 16 de janeiro de 1971.



A reportagem do *Jornal do Brasil*, de 11 e 12 maio de 1972, demonstra as estratégias adotadas pelo Governo Federal para incentivar a migração – do capital – e dos sulistas para a região da Amazônia Legal. A manchete, “Pasto da Amazônia impressiona Gaúchos”, informa sobre uma viagem organizada por banqueiros, políticos e pecuaristas rio-grandenses e paulistas, para apresentar aos novos investidores os grandes projetos agropecuários já existentes em Mato Grosso. A Agropecuária Suiá Missu S.A, localizada em Barra do Garças, foi o primeiro empreendimento visitado. A reportagem enfatiza que na área de 530 mil hectares, haviam sido investidos 20 milhões de cruzeiros, “sendo 75% provenientes de incentivos fiscais”.

Indicando o sucesso das políticas de incentivo fiscal, já no final da década de 70, as notícias sobre Barra do Garças apresentaram o que parecem ser os *resultados* do esforço governamental na expansão da fronteira agrícola pela Amazônia Legal, além de expor a influência dos *gaúchos* no manejo da produção de arroz em solo mato-grossense. É o que demonstra a matéria veiculada no *Jornal do Commercio*, de 25 e 26 de março de 1979, ao informar que a Fazenda Farroupilha, localizada em Barra do Garças, sediou o “Dia de Campo Nacional” sobre a cultura do arroz irrigado. Uma “técnica já utilizada no Rio Grande do Sul”, que prometia uma “rentabilidade 400% maior do que a cultura sequeira que vinha sendo produzida no estado”.

São esses elementos que nos propiciaram compreender as *seleções* representativas e simbólicas realizadas por Barra do Garças na arquitetura de sua distinção social e identitária, pois as *negociações* foram usadas para engrandecer o carisma e o poder social da cidade, mantendo-se como centro irradiador de influência cultural, social e econômica, justamente por ter sabido atrair e administrar os diferentes projetos governamentais, o que lhe conferiu poder para determinar aqueles que eram *os seus* e os que eram *os outros*.

A cidade obteve sucesso ao levantar diferentes figuras representativas na constituição do seu espaço social. Episódios, conjunturas e personalidades foram usados como *sinais distintivos* para diferenciar e classificar o mundo social barragarcense. Resultando em práticas sociais que apreciaram negativamente o espaço social aragarcense por suas “faltas”, “ou seja, por tudo o que a distingue de tudo o que ela não é” (BOURDIEU, 2008, p. 164). Logo, aquilo que “falta” e que “diminui” Aragarças é tudo aquilo que Barra do Garças construiu para *si*, classificações que só atuam sobre a percepção que os próprios aragarcenses tiveram de si devido ao poder econômico e simbólico acumulado pelos barragarcenses.

No intuito de manter o *controle simbólico* e atrair notoriedade para a cidade, em 1995 o então vereador Valdon Varjão, elaborou o projeto nº 1.840 solicitando uma área de cinco hectares na Serra Azul para a construção de um “aeródromo de pousos de OVNI – Objetos Voadores não Identificados”. O projeto foi aprovado pela câmara e sancionado pelo prefeito Wilmar Peres de Farias, em 05 de setembro de 1995. Segundo Varjão, o *discoporto* – como ficou conhecido o aeroporto para discos voadores – era a representação “comercial e turística” para as muitas estórias místicas que envolviam a região de Barra do Garças, que a décadas receberia ufólogos e pesquisadores brasileiros interessados no assunto (VARJÃO, 2004).

O projeto ganhou visibilidade nacional e Valdon Varjão foi convidado a participar do programa “Jô Soares Onze e Meia”, transmitido pela Rede Globo<sup>30</sup>. Em meio a um clima de incredulidade, deboche e muitas risadas da platéia, Varjão fez questão de evidenciar o quanto *visionário* era seu projeto, correlacionando sua criação a “pessoas de crédito” que fundaram na cidade a Sociedade Teosófica do Brasil e a Sociedade Eubiose, que segundo ele, são “sociedades de pessoas cultas, médicos, sacerdotes, são pessoas intelectuais não é pessoa lá da região não, garimpeiro, porque lá a cidade foi feita por garimpeiros, não é garimpeiro”.

A fala de Varjão, como representante da elite social e econômica barragarcense, evidencia o “jogo representativo e simbólico” adotado pela cidade na composição de sua *identidade distintiva*, pois não nega a figura do garimpeiro, mas a desloca para o passado laborioso, enquanto o presente é constituído por pessoas de “classe”, distintas e de conhecimento científico elevado, o que contribuiu para aumentar o seu poder simbólico.

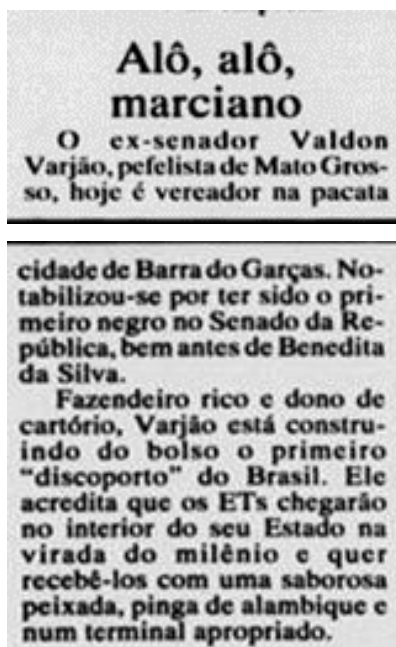
Mesmo sendo bastante ridicularizado Varjão compreendeu a importância econômica e o *prestígio* representativo do *discoporto*<sup>31</sup>, visto que, mesmo com as “chacotas” a cidade ganhou visibilidade e aumento no fluxo de turistas que buscaram conhecer o “primeiro aeroporto de disco voador do mundo”, fortalecendo as práticas representativas da cidade que usufruiu do poder social e econômico para manutenção de seu discurso distintivo.

---

<sup>30</sup>Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QsMvo-0uf0> acessado em 23/01/2019.

<sup>31</sup> Durante a entrevista Varjão fez questão de subsidiar seus argumentos apontando a presença do Secretário de Meio Ambiente de Barra do Garças, Vasco Mil-Homens, que além de aprovar o projeto garantia sua sanidade mental já que era médico psiquiatra. Vasco ainda afirma que as pessoas que relataram terem visto os óvnis não eram “lunáticas nem histéricas”, sendo seus depoimentos confiáveis, justificando a construção do discoporto.

O Jornal carioca *A Tribuna da Imprensa*, de 12 de novembro de 1999, demonstra que a percepção de Varjão surtira efeito, já que noticia a cidade e seu “novo empreendimento” em meio a pilhérias, promovendo a cidade e destacando a singularidade do projeto.



*A Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 12 novembro de 1999.

A reportagem “Direto de outro planeta”, do jornal *Correio Braziliense*, de 02 de outubro de 2002, segue a mesma linha do *A tribuna*, ao apresentar a cidade de Barra do Garças com mapa de localização, buscou acentuar o lado “cômico” do projeto, apresentando Varjão como um contador de “causos” da região. No entanto, Varjão não perde a oportunidade e salienta sua intenção, “eu queria colocar Barra do Garças na mídia”, confirmando a intencionalidade da ação de promover a cidade em detrimento de qualquer ação estapafúrdia e sem anseios representativos e econômicos.

Moradores da cidade garantem terem presenciado os *óvnis* sobrevoando a Serra Azul, entrevistados pela BBC News Brasil em 2018, reafirmaram a aparição de *óvnis* em Barra do Garças no final da década de 90. O jornalista Genito Ribeiro dos Santos, que foi ouvido pela reportagem, diz que “era totalmente cético em relação a isso, até ver pela primeira vez”<sup>32</sup>. Genito Santos, que também é artista plástico, foi quem projetou e

<sup>32</sup> LEMOS, Vinícius. 'Discoporto': como relatos de eventos sobrenaturais levaram cidade brasileira a criar aeroporto para disco voado, 2018. Disponível em [https://www.bbc.com/portuguese/geral-46561204?ocid=socialflow\\_facebook](https://www.bbc.com/portuguese/geral-46561204?ocid=socialflow_facebook) acessado em 23/01/2019.

executou os painéis e a réplica da nave espacial que foram afixados no local destinado ao *discoporto* na Serra Azul, “ele afirma que se inspirou em artes que viu pela televisão em grandes estúdios de animação, como o da Walt Disney” (LEMOS, 2018).

A materialização do *discoporto* oportunizou a divulgação da cidade em *modos comparativos*, suscitando a exaltação da sua posição distintiva já que, mesmo permeado de gracejos, trouxera notoriedade para a urbe frente as outras cidades do estado e do país.

Ilustração 12 - *Meme* sobre o aeroporto para Ets.



Disponível em:  
<https://www.facebook.com/BG.M11Gr4u/photos/a.1743610249201107/2323357817893011/?type=3&theater>

Nesse sentido os gestores de Barra do Garças administraram “seus recursos ecológicos”, tanto no que diz respeito as belezas naturais quanto as que foram *anexadas* para conferir maior notoriedade à urbe. Buscando impulsionar essa nova *perspectiva distintiva* Barra do Garças promoveu a paisagem local como sendo *sua*, ou seja, silenciando que vários dos recursos naturais apresentados como sendo “as belezas de Barra do Garças”, ficam localizados na outra cidade, Aragarças.<sup>33</sup>

Esse “silêncio” naturalizado entre os barragarcenses e aragarcenses, demonstra que Barra do Garças obteve sucesso na construção de seu *status* de *estabelecida*,

<sup>33</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=uGz4IsaU6AQ> vídeo da Câmara Municipal de Barra do Garças promovendo a cidade.

conseguindo monopolizar as principais fontes de poder – econômico e simbólico – enfraquecendo assim a autoimagem de Aragarças, tornando *habitual* sua “invisibilidade”. Seleccionamos dois vídeos sobre a cidade de Barra do Garças que evidenciam o quanto “inconsciente” é feita a anulação do *outro* aragarcense. O primeiro é o resultado de um trabalho escolar, demonstrando a apropriação espacial e cultural, visto que, a conduta de “encobertar” a cidade vizinha não foi questionada pela professora ou mesmo pela escola. O segundo é uma peça publicitária da Câmara de Vereadores de Barra do Garças que buscou destacar as “belezas naturais” da cidade como sendo um incentivo *extra* para atrair novos investidores à cidade.

No vídeo<sup>34</sup>, “Conhecendo minha cidade”, elaborado por uma escola de Barra do Garças, em 2012, um grupo de alunas apresentam a “História de Barra do Garças”, com suas principais personalidades, fases de desenvolvimento e aspectos culturais. Enquanto é feita a narração dos fatos históricos o vídeo mostra os principais atrativos da paisagem local – a Serra Azul, as várias cachoeiras, o mirante do Cristo, a Praia Quarto-Crescente e a ponte sobre os rios Garças e Araguaia – em nenhum momento do vídeo é mencionado que a praia fica em Aragarças, mesmo quando a cena mostra três alunas brincando na areia da praia ou quando a câmera mostra o “Porto do Baé”, local de embarque e desembarque de barcos, com bares e restaurantes ao redor, na margem esquerda do rio Araguaia, visão que se tem estando em Aragarças.

“Barra do Garças - Paraíso das Águas”<sup>35</sup>, é o nome da campanha publicitária divulgada pela Câmara de Vereadores de Barra do Garças, em 2015. O vídeo não deixa de mencionar a cidade de Aragarças, no entanto, usa sua paisagem como sendo “extensão” dos atrativos barragarcenses, suscitando em um vereador a afirmação de que “nossa temporada recebeu mais de vinte mil pessoas”. As festividades da “Temporada de Praia” acontecem no lado aragarcense – final de junho e julho, quando o rio Araguaia apresenta vazante baixa, deixando os bancos de areia expostos, formando as “praias” – Barra do Garças toma para *si* a “posse” da paisagem na intenção de aumentar seu poder social e representativo, sistematizando o “esquecimento” de Aragarças frente a seu *status* e poder social, influenciando os aragarcenses a não questionarem tais ações por terem *interiorizado* a inferioridade imposta por Barra do Garças (ELIAS ; SCOTSON, 2000).

No panfleto abaixo, podemos apreender a extensão dessa “apropriação paisagística” e como ela se tornou frutífera para a imagem de Barra do Garças,

---

<sup>34</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=AOmUgWxE27E>. Acessado em 21/01/2019.

<sup>35</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uGz4IsaU6AQ> Acessado em 21/01/2019.

contribuindo para a consolidação do discurso distintivo da cidade que, de maneira geral, procurou elementos que pudessem lhe conferir notoriedade e *diferença*, lhe permitindo “excluir” o *outro*. Podemos visualizar no impresso uma lista dos vários pontos turísticos que o visitante pode explorar em “Barra do Garças” sendo que o destaque, a “Praia Quarto-Crescente” não se localiza na cidade, além da “Praia da Arara” que pertence a Pontal do Araguaia (MT).

Ilustração 13- Cartaz de divulgação da temporada de praia de Barra do Garças- 2010.

**Seja Bem-vindo**

A Temporada de Praia 2010 começou! Descubra as belezas de Barra do Garças, um município rico em pontos turísticos de beleza incontestável. Com localização privilegiada, sendo banhada pelos rios Garças e Araguaia, a cidade possui praias, cachoeiras, trilhas, parque de Águas Quentes, pontos para rapel, bares, clubes, restaurantes e festas. Aproveite e passe bons momentos na cidade.

Siga esse roteiro e viva bem suas férias:

- Visite o Cristo Redentor;
- Vá à Praia Quarto Crescente;
- Conheça a Praia da Arara;
- Relax nas Águas Quentes;
- Pegue a trilha até a cachoeira Pé da Serra;
- Conheça o Porto do Baé e os bares que o cercam;
- Conheça o exoterismo da Serra do Roncador.

Paraíso ecológico, Barra do Garças é uma cidade rica em cultura, lendas, mistérios, lazer e turismo.

**Bom passeio!**

**Principais Distâncias até Barra do Garças**

Regiões	Distância (km)
Norte	
Centro-Oeste	
Sudeste	
Sul	
Goianá	400 km
Cuiabá	530 km
Brasília	600 km
Uberlândia	760 km
Belo Horizonte	1300 km
São Paulo	1320 km
Curitiba	1586 km
Campo Grande	883 km
Palmas	944 km

**Patrocínio**

**MADEFORTE**  
Rua Independência, 2386  
Bairro: Centro, Barra do Garças/MT  
(66) 3407-3000

**Sac Financeira**  
Av. Ministro João Alberto, 444  
Centro - Barra do Garças  
(66) 3407-2172  
(66) 3408-2292

**BiôBarra**  
Av. Ministro João Alberto, 454  
Centro - Barra do Garças  
(66) 3401-1357  
(66) 3401-6463

**Cogal**  
Supermercado  
R. Leopoldo Viana, 293  
Centro - Barra do Garças/MT  
(66) 3401-1823

**RESTAURANTE VITÓRIA**  
Restaurante  
Rua Mano Ovídio, 51  
Centro - Barra do Garças/MT  
(66) 3401-1940

**Diferente**  
Av. Góes, Juana Campos, km 3  
Bairro: Independência  
Barra do Garças  
(66) 3401-6858

**D.O.S.**  
Computadores e acessórios  
Rua Amaro Leite, 975  
Centro - Barra do Garças  
(66) 3401-3000

**OP**  
Atividades Copoifil  
Cidade: Primavera, Mato Grosso  
Planejamento de Comunicação  
Tel: (66) 3401-7495 / 3408-1627  
www.oppropaganda.blogspot.com  
ocupafil@vovv.com.br  
revisão: agência eletrônica de 041-0113

**Barra do Garças 2010**  
Mato Grosso - Brasil

**Temporada de Praia**

Disponível em <http://opropaganda.blogspot.com/2010/07/mapa-ilustrado-de-barra-do-garcas.html> Acessado em 21/01/2019.

Mesmo que as duas cidades partilhassem e se complementassem no que diz respeito aos recursos naturais, Barra do Garças buscou monopolizar os predicativos, direcionando os recursos simbólicos de classificação e estima para a construção e manutenção de sua imagem como cidade progressista e *estabelecida*, impondo à Aragarças, consciente de *seu* lugar social, ou seja, hierarquicamente inferior, normas e crenças as quais deveria se “submeter”, para demonstrar “enquadramento” e vontade de “participar” do mundo social constituído por Barra do Garças (ELIAS; SCOTSON, 2000).

### 3.4 – De que lado da ponte? o estigma como herança social aragarcense.

A ponte, a construção que facilitou o trânsito entre Barra do Garças e Aragarças, possibilitando uma maior integração urbana entre as cidades, tornou-se o espaço da

diferenciação, a *fronteira* na identidade local. O “lado de lá” foi usado para demarcar a *diferença*, definir o “nós” e “eles” e classificar em “desenvolvido” e “atrasado”, escancarando as disputas pelo poder de impor a *diferença* que garante ao grupo, acesso privilegiado aos bens materiais e sociais (HALL, 2014).

O “lado de lá” foi estabelecido pela bitola de Barra do Garças que – devido as conjunturas políticas e econômicas nacionais já expostas – reteve maior poder econômico, acumulando poder social e simbólico para determinar as diferenças identitárias distintas, ou seja, aqueles que conferiam ao seu mundo social prestígio e legitimidade frente a cidade de Aragarças. Visto que, de maneira geral, as narrativas distintas são *estabelecidas* a partir daquilo que “falta” no *outro*, Barra do Garças procurou situar as *diferenças* desde sua constituição histórica até a “classe” das personalidades que acudiram à cidade.

É prudente que levemos em consideração os jogos de poder que estiveram envolvidos nessa delimitação de *fronteira identitária* tomando a ponte como espaço de marcação, visto que Barra do Garças procurou, discursivamente, esse espaço para “cimentar” as disparidades distintas com a cidade vizinha. Ao anular e/ou silenciar as similaridades e facilidades que a convivência em ambiente de trânsito fluido sinalizava, conseguiu atribuir à Aragarças características depreciativas – atrasada, violenta e mal administrada – estereótipos que foram se consolidando ao longo dos anos e chegando ao século XXI como combustível para um novo modelo de “rede de fofocas”, os *memes*<sup>36</sup> propagados nas redes sociais.

De acordo com Horta (2015), o criador do conceito de *meme*, o etnólogo Richard Dawkins o concebeu a partir de sua teoria sobre o “egoísmo do gene” que, em linhas gerais, afirma que os indivíduos humanos eram “máquinas” projetadas pelos genes para garantir sua sobrevivência, sendo o indivíduo apenas uma carapaça de proteção que os auxiliavam a se propagarem (HORTA, 2015, p. 30). Portanto, o que estava em jogo era a manutenção da propagação. Já no contexto atual, das práticas de comunicação da internet, *memes* são “ideias, brincadeiras, jogos, piadas ou comportamentos que se espalham

---

<sup>36</sup> De acordo com Horta (2015, p. 13), o termo foi originalmente cunhado pelo etnólogo Richard Dawkins, em 1976, que vislumbrou uma relação de sua teoria do “egoísmo do gene” com a cultura. Para ele, o meme é uma unidade de replicação e, assim como o gene que salta de corpo para corpo carregando uma informação, o meme circula de cérebro em cérebro por meio de um processo que, de maneira ampla, pode ser chamado de imitação. Já no contexto das práticas comunicacionais da internet, o uso do termo abrange “ideias, brincadeiras, jogos, piadas ou comportamentos que se espalham através de sua replicação de forma viral” (FONTANELLA, 2009b, p. 8) e que, por vezes, são caracterizados pela repetição de um modelo formal básico, manifestando-se por meio de vídeos, frases, hashtags, foto-legendas, tirinhas, entre outros.

através de sua replicação de forma viral” (FONTANELLA, 2009 *apud* HORTA, 2015, p. 13).

Na teoria de Dawkins os genes se reproduziam e evoluíam para garantir sua continuidade, sua perpetuação em um ambiente de disputa e seleção. De maneira correlata os *memes*, considerados aqui uma “rede de fofocas”, foram usados para dar continuidade a um discurso distintivo, que buscou selecionar os “bons” dos “maus”.

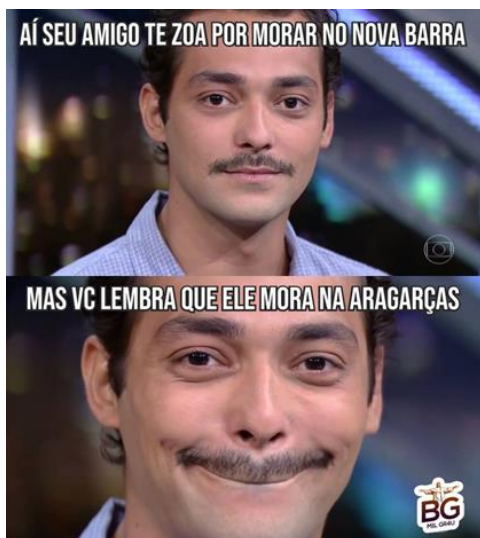
De acordo com Elias e Scotson (2010), a fofoca é uma parte muito significativa no processo de estigmatização, pois demonstra a coesão e força do grupo *estabelecido* que encontra na fofoca depreciativa uma arma que mina qualquer tentativa de rebeldia, por evidenciar a falta de coesão e solidariedade mútua do grupo *outsiders*. Assim, quando nos voltamos aos *memes* produzidos sobre a cidade de Aragarças nas redes sociais, percebemos que estes têm capacidade de disseminar classificações depreciativas sobre os aragarcenses.

A reafirmação e propagação do estigma pela fofoca sucede a existência de dois grupos opostos, onde o que é mais integrado e coeso faz uso dos falatórios depreciativos para reafirmar e assegurar sua superioridade sobre o grupo mais fraco. Os indivíduos *estabelecidos* demonstram essa integração grupal quando utilizam da fofoca para “defender” o grupo ao qual pertencem. No entanto, só há sucesso quando estes pertencem a um grupo de “status superior em comparação com seus adversários” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 131).

Na artimanha ilustrada na imagem abaixo, Barra do Garças buscou evidenciar seu poder representativo frente à cidade vizinha reafirmando sua coesão grupal, visto que, os indivíduos dos grupos estigmatizados não conseguem contestar sua ligação com o grupo depreciado justamente por não existir força de coesão entre eles, o que torna o estigma uma determinante de “superioridade”.



Ilustração 14 - *Meme* sobre morar em Aragarças.



<https://www.facebook.com/BG.M11Gr4u/photos/a.1743610249201107/2289259737969486/?type=3&theater>

O direcionamento do estigma à cidade de Aragarças exigiu dos moradores de Barra do Garças a confecção de um discurso uníssono, que não permitiu apontamentos de *suas* “falhas”, pois mesmo o Nova Barra sendo um bairro afastado do centro da cidade e apresentando algumas dificuldades de infraestrutura – asfalto precário, falta de água, alagamento na época das chuvas – não denota tamanha nódoa como “morar em Aragarças”, confirmando o poder social dos barragarcenses e sua coesão grupal, pois

É comum as pessoas desconcentrarem ou silenciarem aqueles de quem discordam ou a quem estão combatendo, jogando-lhes na cara algum termo grupal depreciativo e infamante ou algum boato vergonhoso que se refira a seu grupo, desde que tais pessoas pertençam a um grupo que tenha sucesso em afirmar seus status superior em comparação ao de seus adversários (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 131).

Mesmo usando novo suporte de propagação – as redes sociais e a internet – os *diz-que-diz* continua tendo a mesma função, qual seja, intensificar o sentimento de inferioridade e vergonha que o grupo estigmatizado sente e suporta calado. Posto que não possui poder social suficiente para revidar as injúrias, nutrindo ainda mais o poder de difamação do grupo *estabelecido* que consegue desacreditar e desqualificar as falas em defesa do grupo estigmatizado.

Nesse sentido Horta (2015, p. 78), afirma que a circulação viral do *meme* está diretamente relacionada à capacidade da coletividade de compreender sua linguagem e de a relacionar com o pensamento social e cultural partilhado por aquele grupo, ou seja,

o sucesso da “linguagem memética” reflete o conhecimento prévio daquilo que originou o comentário, o escárnio, a crítica e o desabafo. Enfim, a emissão de uma opinião carregada de sentimento (HORTA, 2015, p. 77). Se é por meio da linguagem que exteriorizamos as relações culturais e sociais do “mundo” no qual estamos inseridos, demonstrando e expressando nossos pensamentos, podemos afirmar que os *memes* produzidos pelos barragarcenses, sobre a “cultura e sociedade” aragarcenses, buscaram “materializar” a demarcação simbólica do “nós” e o “outro”. Assim, compreendemos os *memes* como uma “ferramenta” discursiva dos barragarcenses, pois ao mesmo tempo que propagou a desestima social e cultural dos aragarcenses, sinalizou a diferenciação distintiva existente entre as municipalidades.

Exemplificando as ponderações de Horta (2015), os memes como veículos linguísticos para a propagação dos pensamentos de um grupo, temos a imagem abaixo, onde a *ironia* é a tônica da crítica feita à cidade vizinha que, desprovida de qualidades, não comportava boa avaliação.

Ilustração 15 - Meme de como é engraçado falar “bem” de Aragarças.



<https://www.facebook.com/BG.M11Gr4u/photos/a.1743610249201107/1969256433303153/?type=3&theater>

O medo de perder o *status* de distinção e coesão do grupo *estabelecido* fizera com que os barragarcenses buscassem “símbolos” que acentuassem a inferioridade de Aragarças. Por isso é atribuído a cidade um maior percentual de violência<sup>37</sup>, elemento

<sup>37</sup>Tentamos captar dados, junto as Secretarias Municipais de Segurança, sobre os índices de violência e criminalidade em Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT), no entanto, não foram nos oportunizadas a documentação no tempo hábil da pesquisa. Assim, aos procurarmos por dados disponíveis na internet, encontramos o levantamento feito pelo site <http://www.deepask.com/goes?page=aragarcas/GO-Confira-a-taxa-de-homicidios-no-seu-municipio>, do período de 2000 a 2013, elaborados a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde e fontes do IBGE. Nele Barra do Garças apresentou menor índice de homicídios 20,76 óbitos/100 mil hab, frente a 31,14 óbitos/100 mil hab homicídios registrados para Aragarças no mesmo período.

usado como marca de inferioridade da cidade e de seus moradores, visto que, são tomados como “marginais em potencial”.

Ilustração 16 - Meme “ninguém é ateu em Aragarças”.



<https://www.facebook.com/BG.M11Gr4u/photos/a.1743610249201107/2060186147543514/?type=3&theater>

Em 2017, uma pesquisa realizada pela Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal, da SESP-MT, constatou que Barra do Garças apresentou o “índice mais positivo de percepção da segurança pública local”. O estudo, feito com base na aplicação de questionários à população local, revelou alto percentual de confiabilidade nas instituições de segurança pública barragarcense.

Para nossa investigação, o ponto mais significativo apresentado pelo boletim da Polícia Judiciária de Barra do Garças<sup>38</sup>, foi o fato de o estudo revelar aspectos da distinção social que os barragarcenses fazem de Aragarças e seus moradores, pois esta municipalidade foi apontada como “porta de entrada” para o tráfico de drogas e de criminosos, “faz importante apontar a preocupação da sociedade local com o tráfico de drogas, com a entrada de grupos criminosos pela fronteira com Aragarças/GO[...]”.

Assim, a imagem social e cultural veiculada por meio dos *memes* sobre os aragarcenses revelou como o pensamento distintivo dos barragarcenses foi firmado na dicotomia do “nós” e “eles”. Sendo creditado a “eles” as ações e características que acarretam violência e criminalidade a região.

<sup>38</sup>In <https://araguaianoticia.com.br/noticia/20122/barra-do-garcas-apresenta-o-melhor-indice-de-seguranca-de-mt> Acessado em 01/03/2019.

Ilustração 17 - Meme “quando alguém fala mal de Aragarças”.

**quando alguém fala que aragarcense  
é tudo ladrão**



<https://www.facebook.com/AragarcasCity/photos/a.1141700345875644/1398752086837134/?type=3&theater>

De modo que, Barra do Garças usa o *estigma* como estratégia de distinção, pois ao passo que foi construindo e introjetando o discurso de inferioridade nos aragarcenses foi estabelecendo comparações benéficas a sua imagem, usando os “desvios” estigmatizados da *outra* para promover sua “elevação” e garantir seu *status* de legitimadora social no Vale do Araguaia.

Ilustração 18 - Meme advertindo sobre os problemas de Aragarças.



<https://www.facebook.com/BG.M11Gr4u/photos/a.1743610249201107/2026871440874985/?type=3&theater>

Desta forma, os “gostos” e as características locais foram expostos como marcas depreciativas e que remetiam a falta de “classe”. Mesmo a cidade ocupando uma área territorial menor – Aragarças possui 662,9 km<sup>2</sup> enquanto Barra do Garças 9.079,291 km<sup>2</sup> (IBGE/2017) – foi lhe conferida uma *distância* que se justifica na importância de sua *extensão* social. As “lonjuras” que o discurso barragarcense procurou explorar foram

àquelas instituídas por Barra através de símbolos e espaços que conferiram distinção à margem esquerda em detrimento da margem direita.

No *meme* abaixo observamos a busca por uma “hierarquia de lugares”, cuja a personagem, aludindo ao espaço no qual o conto da “Cinderela” é ambientado, estando num *espaço* social de distinção, no caso Barra do Garças, precisa retirar-se por conta da distância a percorrer até sua morada, a cidade de Aragarças. Sabendo das facilidades de trânsito entre as duas cidades, entendemos que a distância ressaltada pelo *meme* diz respeito ao *valor* que os espaços sociais adquirem nas relações em que há disputa por poder e prestígio social e cultural.

Ilustração 19 - *Meme* da “Cinderela aragarcense”.



<https://www.facebook.com/BG.M11Gr4u/photos/a.1743610249201107/2261536620741798/?type=3&theater>

A ridicularização e a diminuição do *outro* funcionou como um combustível que impulsionou ainda mais a relação da *diferença*. Expor no *outro* a “falta” implica em possuir aquilo que distingue. Uma vez que, ao insinuar a “euforia” aragarcense com os elementos da modernização – aqueles que denotam progresso, desenvolvimento e conforto – classifica os que a eles tem acesso, os barragarcenses, de superiores, avançados e familiarizados com bens de consumo que não remetem apenas a *necessidade de sobrevivência* (BOURDIEU, 2008), mas sim ao gosto apurado dos que tem “classe”.

Ilustração 20 - Meme “aragarcense ao ver rua asfaltada”.



<https://www.facebook.com/BG.MilGr4u/photos/a.1743610249201107/2198799900348804/?type=3&theater>

O interessante é que na promoção dos monumentos e na marcação cíclica de seu desenvolvimento, Barra do Garças teve a frente representantes da elite econômica, social e cultural da cidade, sendo Valdon Varjão figura de destaque. Já com os *memes*, houve a diluição e, ao mesmo tempo, proliferação dos *agentes* da distinção, explicado pela rapidez e “segurança” da “despersonificação” proporcionados pela internet. Os *memes* podem ser tomados como uma das últimas estratégias de distinção adotadas por Barra do Garças, tendo em vista todo o aparato coletivo levantado pela cidade na consolidação do seu *status*, dos monumentos urbanos à promoção do discoporto – todos buscaram atribuir à cidade elementos de distinção e diferenciação com a cidade de Aragarças.

O espaço e, principalmente, o limite desse espaço de distinção – a ponte – torna novamente a aparecer para confirmar o alcance do discurso depreciativo conferido à Aragarças, sendo o “lado de lá”, o lado aragarcense, interdependente com o “lado de cá”, o lado barra-garcense. Um não poderia existir sem o outro, posto que as relações de estigma e distinção exigem o *outro* para reafirmarem as posições de *estabelecidos* e *outsiders* (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.181).

Ilustração 21 - Meme “o mundo é diferente da ponte pra cá!”



<https://www.facebook.com/BG.M11Gr4u/photos/a.1743610249201107/2043992825829513/?type=3&theater>

O limite territorial representado pela ponte foi utilizado pelos barragarcenses como “marco” simbólico para os espaços sociais entre as duas cidades, pois ao estabelecerem uma fronteira distintiva, buscaram demarcar *seu espaço* como portador de maior poder e *status*. Assim, as “banalidades” – rua asfaltada, localização habitacional, sensação de segurança – do dia-a-dia ganharam atribuições de “classificação”, ou seja, indicação da “posição de classe”. O “lá” e o “cá” passou a ser determinado pelos barragarcenses condicionando a distância física “à ordem simbólica das distinções significantes” (BOURDIEU, 2008, p. 166): atrasado/moderno, seguro/violento, perto/longe e honra/vergonha.

Ilustração 22 - Meme “Rei Leão aragarcense”.



<https://www.facebook.com/BG.M11Gr4u/photos/a.1743610249201107/2110145812547547/?type=3&theater>

Desta forma, os *memes* propiciaram maior alcance e visibilidade às alocações depreciativas contra Aragarças e aumentaram o alcance do poder barragarcense em manipular os símbolos que lhe conferiram notoriedade.

Ilustração 23- *Meme* “comparações simbólicas”.



<https://www.facebook.com/BG.M11Gr4u/photos/a.1743610249201107/1836217413273723/?type=3&theater>

Ilustração 24 – *Meme* do discoporto como um lugar místico do planeta.



<https://www.facebook.com/BG.M11Gr4u/photos/a.1743610249201107/2321552484740211/?type=3&theater>

Os “julgamentos positivos” da fofoca foram utilizados por Barra do Garças para engrandecer seu ego e reafirmar seu *status* de superioridade frente à sua adversária. Evidentemente que devemos ponderar essas *super proporções* no espaço das lutas simbólicas entre Aragarças e Barra do Garças. Possivelmente, fora do contexto local, as proporções distintivas propostas por Barra do Garças parecem descabidas devido a significância da cidade no contexto global.



No entanto, para a autoimagem aragarcense, que há muito se mostrara desgastada e preterida, tais comparações suscitaram comportamentos que colaboraram para a eficácia do estigma, pois “aquele que mora na cidade de Aragarças, não diz, ou raramente diz que mora, quando perguntado por um indivíduo de outra região, logo a resposta é: *moro em Barra do Garças*” (MARTINS, 2015, p. 70). Nesse contexto, comprova-se a força dos instrumentos distintivos elencados por Barra do Garças frente a cidade vizinha, pois conseguiu minar a autoestima dos aragarcenses que ao negarem seu espaço social e cidadão confirmam a estigmatização pela “tentativa de fuga”.

Ao buscarem o *status* conferido à Barra do Garças, os aragarcenses expuseram o desprestígio e a derrocada representativa vivenciados pela cidade. Corroborando o carisma conquistado por Barra do Garças, cujo poder social possibilitara a criação e a proliferação dos *memes*, que contribuíram para tornar a autoimagem do grupo adversário negativa e passiva diante da superioridade significada pelos barragarcenses *via memes*.

Inferimos que, a partir de 1967, as novas políticas de gestão do espaço territorial do Centro-Oeste concorreram para que Barra do Garças passasse a exercer uma supremacia econômica sobre Aragarças e toda a região do Vale do Araguaia. O que logo passou ao campo simbólico, pois os barragarcenses, percebendo que o equilíbrio de poder entre as duas comunidades tornara-se desigual, buscaram selecionar elementos que lhes conferissem maior distinção e *status*.

Para tanto, valeram-se dos símbolos do garimpo, da “cultura gaúcha” – caracterizada pelo gosto pelo trabalho ordeiro e sistemático, pelo empreendedorismo, asseio e “altivez” – e dos recursos naturais e místicos da região. Elementos que fortaleceram sua “somatória distintiva” resultando num discurso de superioridade de poder propagado e intensificado pelos *memes*, que devido a sua ação viral, colaboraram para a manutenção do “desequilíbrio” de poder imposto pelos barragarcenses aos aragarcenses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos conscientes de que, embora os resultados não sejam definitivos, o estudo conseguiu reunir, sistematizar e analisar um corpo documental e bibliográfico que investiga as relações de semelhança e distinção entre as duas cidades por um viés novo, que de certo modo evidência aspectos de autenticidade da pesquisa. Acreditamos que os conceitos de distinção, poder simbólico e estigma ainda não haviam sido utilizados para pensar as “disputas” socio-identitárias vivenciadas entre aragarcenses e barragarcenses que, mesmo percebidas em investigações anteriores, não se constituíram em objeto de estudo específico.

Desta forma, nos dedicamos a análise e compreensão dos elementos simbólicos erigidos por aragarcenses e barragarcenses no intuito de afirmarem sua diferenciação e seu poder distintivo frente à cidade vizinha. A constituição histórica dos municípios de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) apresentou muitas afinidades, e dentre elas podemos destacar: a *representação* paisagística e geográfica da região e de seus tesouros – por vezes míticos – buscados pelas Bandeiras entre os séculos XVIII e XIX; o fluxo migratório do Norte e Nordeste às margens dos rios Garças e Araguaia nas primeiras três décadas do século XX, em busca dos diamantes; as transformações sociais, culturais e econômicas empreendidas pelo *Programa Marcha para o Oeste*, a partir de 1943 – personificado na atuação da Fundação Brasil Central –; e as *alterações* distintivas, representativas e identitárias empreendidas pelas respectivas comunidades após 1967.

A demarcação temporal na narrativa histórica dos municípios acompanhou a própria logística da constituição do Estado Nacional brasileiro, no qual a ocupação dos *espaços vazios* – representados pelo Centro-Oeste e Norte do território brasileiro – foi pauta constante, pois se constituía em entrave para a promoção do crescimento econômico do país. Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) partilhavam as margens do rio Araguaia e o *sertão*, abrigando tudo aquilo que simbolizava o atraso e a “inimizade” à “civilização”: garimpo, migrantes sertanejos e índios.

Desse modo, no início citadino, os dois povoados não apresentavam disparidades identitárias e/ou distintivas, pois tinham sobre si toda a representação simbólica acerca do *sertão* e seus habitantes – lugar distante do mar e da *civilidade*, abrigo da barbárie. Estes compreenderam que a existência em comunidade, partilhando os sonhos “da bateia” e o amargor das contrariedades, proporcionava dignidade e importância às inconstantes relações suportadas no garimpo.

O estudo evidenciou que durante as quatro primeiras décadas do século XX, Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) experimentaram um ambiente de similitude onde a barreira natural, sinalizada pelos rios Araguaia e Garças, constituiu-se em *espaço social* uníssono – pois fora nesse ambiente que os moradores das duas margens buscaram seu sustento na labuta ardilosa do garimpo e/ou no sôfrego cultivar agrícola – num repartir geográfico, cultural e social, onde as relações simbólicas foram fiadas no mesmo tear comunitário.

O “tempo do garimpo” esteve presente na memória de todos os entrevistados que participaram dessa pesquisa, sempre relacionado aos primeiros anos de formação dos povoados. Tempo das balsas, trocas e partilha. Quando os habitantes das duas Barras (Goiana e Cuiabana) disputavam apenas a vontade de *bamburrar* e se desprender das incertezas garimpeiras.

Como e quando foi rompida, então, essa harmonia identitária? Pode-se afirmar que as práticas estatais empreendidas pelo governo de Getúlio Vargas a partir de 1943, através do *Programa Marcha para o Oeste*, e o discurso da modernização do sertão foram elementos que contribuíram para a “quebra” da similaridade vivenciada entre Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT). As ações estatais que buscaram a integração e ocupação dos *espaços vazios* – o Centro-Oeste e o Norte do país – foram orientadas pela racionalização positivista, que condicionava o desenvolvimento econômico de uma nação à *evolução* social e cultural do seu povo. Logo, quando os agentes governamentais – os expedicionários da Expedição Roncador-Xingu e da Fundação Brasil Central – chegaram à Aragarças (GO), enxergaram um lugar carente de “civilidade” e uma população desprovida das ambições progressista, que também “ansiava” pela modernização de suas práticas sociais e culturais.

As reflexões levantadas nessa investigação apontaram que a alocação estatal alcançou profundidade junto à comunidade de Aragarças (GO), fazendo-a introjetar e defender as ações modernizadoras do Estado como sendo as suas, adotando uma postura de negação do garimpo e de seu legado histórico para a cidade, em favor de uma nova identidade: a de propagadores da modernização no *Oeste*. Desta forma, os traços culturais e sociais da “Aragarças garimpeira” foram “silenciados” pelo projeto civilizador do Estado brasileiro no Centro-Oeste. Seus gestores e os pioneiros da cidade passaram a investir no “enquadramento da memória”, *fazendo* presente o passado de *glória* dos tempos da FBC e erigindo narrativas e símbolos que invocavam para o presente a distinção outrora vivenciada.

Por meio da análise dos jornais que circularam no país na época da promoção do *Programa Marcha para o Oeste* e da atuação da Fundação Brasil Central em Aragarças (GO) foi possível perceber a intensidade do discurso estatal. As representações constituídas sobre o espaço geográfico do Brasil Central e sua gente – inóspito, imenso e habitado por “incultos sertanejos e garimpeiros de caráter nômade”<sup>39</sup> – justificara as novas aspirações governamentais para aquela paragem pela modernização das relações econômicas, através do *refinamento* da população. A partir daí, podemos inferir que os aragarcenses compuseram sua identidade distintiva, buscando *status* social e cultural sob o projeto nacional de modernização, integração e “civilização” do *sertão*, de tal modo que se enxergaram como “soldados do progresso”, *selecionando* memórias, símbolos e eventos citadinos que os distanciassem das representações garimpeiras.

Dentre as transformações políticas e econômicas iniciadas com o Governo Militar em 1964 – criação da SUDAM em 1966, a extinção da Fundação Brasil Central em 1967 e criação da SUDECO em 1968 – a que mais pesou sobre a pretensão distintiva dos aragarcenses foi o dismantelamento de toda a infraestrutura da Fundação Brasil Central da cidade, pois deixando de abrigar os promotores da modernização e do progresso no *Oeste*, Aragarças e seus moradores perderam seu suporte ideológico e distintivo.

Podemos afirmar, conforme o que foi exposto por Maia (2012), que foram os recursos financeiros configurados nas ações estatais na organização espacial e econômica do Brasil Central que mais contribuíram para o aparecimento da disputa distintiva entre as cidades de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT). Quando os incentivos fiscais e monetários passaram a beneficiar diretamente os barragarcenses, a cidade se transformou em *polo* econômico, social e cultural de todo o Vale do Araguaia, abarcando e encobrindo o *status* aragarcense. Foi a vez daqueles buscarem elementos de diferenciação. E nesse momento, podemos afirmar que surgiu a relação *outsiders* e *estabelecidos*, com os barragarcenses impondo a estigmatização sobre a cidade de Aragarças e seus moradores.

Tanto foi assim que, quando iniciamos a pesquisa não conhecíamos as paridades do princípio citadino dos dois municípios, pois como residente de Barra do Garças por mais de vinte e cinco anos, conhecíamos “o passado” que era “divulgado” pela memória dos barragarcenses, sendo seu representante maior, o Sr. Valdon Varjão, autor de mais de vinte livros sobre a região, o principal propagador desse discurso.

---

<sup>39</sup> Percepções que o ministro João Alberto declarou em um de seus relatórios. (BARROS, João Alberto Lins, 1945 *apud* MAIA, 2002, p. 145).

Desse modo, acreditávamos que Aragarças nascera à sombra de Barra do Garças e por isso não tivera condições de impulsionar seu crescimento urbano, social, cultural e econômico, pois Barra do Garças apresentava limitações que a impedira de impulsionar seu crescimento e o da “dependente” Aragarças ao mesmo tempo. A facilidade de locomoção aumentara a interação entre as comunidades e fizera com que os aragarcenses buscassem usufruir do “progresso” barra-garcense, momento em que as (supostas) disparidades identitárias, representativas e de distinção foram usadas por estes para lhes conferirem *status* social e cultural superior aos daqueles.

As chacotas sobre a falta de infraestrutura de Aragarças, a violência, a falta de “classe” dos aragarcenses e sua “tendência” ao crime, pareciam apenas “ciúmes” e necessidade de “demarcar” as *singularidades do espaço – desenvolvido, organizado, bem administrado e gerador de emprego e renda* – ocupado na região por Barra do Garças e seus moradores. No entanto, o que observamos foi que a construção da ponte sobre os rios Garças e Araguaia deu espaço para o transitar representativo que propiciou as disputas simbólicas que conferia sentido ao mundo social do qual as cidades faziam parte. E a partir daí cada grupo *selecionou*, dentre os vários feixes que formaram sua identidade cultural e social, aqueles que pudessem lhe conferir prestígio, *status* e diferenciação frente à rival (THOMPSON, 1998).

Os aragarcenses procuraram destacar toda a força representativa do discurso estatal da modernização do *sertão*, tomando como *suas* as qualidades e a pungência de uma narrativa ideológica já caduca. Já os barragarcenses optaram por selecionar e trabalhar diferentes elementos, símbolos, personalidades, espaço e tempo histórico na constituição distintiva: garimpeiros, desbravadores estrangeiros e migrantes sulistas foram algumas das categorias representativas elencadas na constituição da *diferenciação* simbólica do município e de *sua gente*.

Portanto, o mundo é diferente da ponte pra cá? Ou é da ponte pra lá? Constatamos que a percepção depende de qual margem do Araguaia se tomava como referência, ou seja, tanto Aragarças (GO) quanto Barra do Garças (MT) edificaram símbolos e elementos que lhes conferiram *diferenciação* e o poder de distinguir o espaço social do *outro*, que de maneira geral, foi compreendido como inferior, desclassificado e passível de estigma.

A investigação realizada mostrou que tanto aragarcenses quanto os barragarcenses, por partilharem um *espaço social* e geográfico carregado de semelhanças, selecionaram diferentes elementos simbólicos que provocassem a *diferenciação* do *status*

social e cultural da cidade e de seus habitantes. A *vontade de distinção* fizera com que as duas cidades erigissem o discurso da *singularidade* identitária, representativa e simbólica. Os estratagemas buscaram conferir excecionalidade, originalidade – em um espaço geográfico facilmente classificado como “homogêneo” devido as suas *fronteiras fluídas* – às composições socioculturais de cada comunidade. Assim, os barragarcenses, devido às conjunturas econômicas vivenciadas no país a partir da década de 1970, obtiveram maior sucesso na promoção de *seus* elementos distintivos e na estigmatização de Aragarças e de seus moradores.

Concisamente, a análise da relação histórica, simbólica e representativa vivenciada entre os municípios de Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) através do conceito de distinção revelou que as duas comunidades partilharam não só o espaço geográfico e as belezas naturais do Araguaia, mas também estratégias de poder que buscaram demarcação – altivo/vulgar, comum/inédito, atraso/progresso, memória/vivência – do espaço social e cultural compartilhado pelas duas cidades. Desse modo, esperamos ter oferecido uma chave interpretativa para as denominações pejorativas e depreciativas suportadas pelos aragarcenses nos tempos atuais, ou seja, a *vontade de distinção* sobrepôs-se a qualquer paridade identitária, simbólica e representativa experimentada no passado.

## REFERÊNCIAS

- AB' SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ed. Ateliê, 2003.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidade e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru (SP): EDUSC, 2000.
- BARROS, José D'Assunção. **Cidade e história**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BARROZO, João Carlos. **Em Busca da Pedra que Brilha como Estrela: garimpos e garimpeiros do Alto Paraguai – Diamantino**. Cuiabá: EdUFMT; ed. Tanta Tinta, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BHABHA, Homi k. **O local da cultura**. 1º reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001
- BIGIO, Elias dos Santos. **A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990)**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.13-93, dez. 2007
- BOSSI, Bartolomé. **Viaje pintoresco por los rios Paraná, Paraguay San Lorenzo y Cuyabá e el Ario tributário del grande Amazonas com la descripción de la Provincia de Mato Grosso bajo su aspecto físico, geográfico, mineralojico y sus producciones naturales**. Paris, 1985
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 13ª ed.: 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.
- BRASIL, Bruno. **A Noite** (Rio de Janeiro, 1911). 2014. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-noite/>
- BRASIL, Bruno. **O jornal**. 2015. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-jornal/>
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. 1. Ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- CASTELNAU, F. **Expedição as Regiões Centrais da América do Sul**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- CASTRO, Francisco de Paula. “Relatório da Viagem de Matto-Grosso ao Pará pelo rio Xingu, apresentado ao Ministério de Guerra – 1885 – pelo então Capitão...”. **Revista O**

**Arquivo. Coleção fac-similar completa – 1904 – 1906.** Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1993.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1988.

CHAVES, Eudes Roberto de Arruda. **Hino de Barra do Garças.** Barra do Garças, 1993. Disponível em <http://www.barradogarcas.mt.leg.br/institucional/simbolos-oficiais>.

CHAVES, Tereza Maria Cotrim de Paiva. **Memórias em construção no Centro-Oeste brasileiro: a expedição Roncador-Xingu.** Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília – Programa de Pós-Graduação em História, 1994.

CUNHA, Sarah Tavares Corrêa. **No vale do Araguaia mato-grossense: uma análise do mercado imobiliário de Barra do Garças no período de 1950-1975 (2006).** Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista – Programa de Pós-Graduação em Economia, 2006.

D'ALINCOURT, Luiz. **Memória sobre a viagem de Porto de Santos à cidade de Cuiabá.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

DINIZ, Zélia dos Santos. **Aragarças como te vi... Aragarças:** Gráfica Multicor, 2003.

DINIZ, Zélia dos Santos. **Conhecendo Barra do Garças.** Goiânia: Gráfica e Editora Kelps, 1995.

DINIZ, Zélia dos Santos. **Município de Aragarças.** 2º Ed. Aragarças: ALVCACO, 2016.

DOMINGUES, Ivan. **O fio e a trama: reflexões sobre o tempo e a história.** São Paulo: Iluminuras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

DUTRA E SILVA, Sandro. **No Oeste a terra e o céu: a construção simbólica da Colônia Agrícola Nacional de Goiás.** Dissertação (Mestrado) - Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

DUTRA E SILVA, Sandro. **No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DUTRA E SILVA, Sandro. **Os estigmatizados: distinções urbanas às margens do rio das Almas em Goiás (1941-1959).** Tese de doutorado - Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização.** Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.



- GALVÃO, Josiane Aparecida da Cunha. **Notas sobre a colonização em Mato Grosso de 1940-1980.** Mato Grosso, 2013. In: [https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14123/DACUNHAGALVAO\\_Josiani.pdf](https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/14123/DACUNHAGALVAO_Josiani.pdf)
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 1º. ed., 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da mineração: memória e práticas culturais - Mato Grosso na primeira metade do século XX.** Cuiabá: Carline & Caniato; EdUFMT, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** 2º. ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- HALL, Stuart, **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11º Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In: WOODWARD, Kathryn; SILVA, Tomaz Tadeu. (orgs). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** 15. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol. 25. Nº 74, 2010.
- HORTA, Natália Botelho. **O meme como linguagem da internet: uma perspectiva semiótica.** Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2015.
- IANNI, Octavio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- LEENHARDT, Jacques. **Fronteiras, fronteiras culturais e globalização.** In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil - Uruguai – Argentina.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- LEMES, Fernando Lobo (coord.). **Para além das gerais: dinâmica dos povos e instituições na América portuguesa: Bahia, Goiás e Mato Grosso.** SOUSA, Avanete Pereira, REINATO, Eduardo José e MARIA DE JESUS, Nauk (orgs.). Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015.

LEMOS, Vinícius. **'Discoporto': como relatos de eventos sobrenaturais levaram cidade brasileira a criar aeroporto para disco voador**, 2018. Disponível em [https://www.bbc.com/portuguese/geral-46561204?ocid=socialflow\\_facebook](https://www.bbc.com/portuguese/geral-46561204?ocid=socialflow_facebook) acessado em 23/01/2019.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **Aragarças: a cidade encantada no sertão de Goiás**. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 65-87, jun. 2000.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **O desencanto do Oeste**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2013.

LUCA, Tânia Regina. **Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos**. IN: Fontes históricas. PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs). 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

LUZ, Claudemiro de Souza. **História da cidade de Aragarças: Cinquenta anos da Revolta Veloso -1959-2009**. Aragarças, Gráfica Multicor, 2009.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Martins, 1943.

MACIEL, Dulce Portilho. **Aragarças (1943-1968): a moderna urbe na rota para o oeste**. Revista Plurais. Anápolis, v. 1, n.4, 2006.

MACIEL, Dulce Portilho. **Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

MAGALHÃES, José Vieira Couto. **Viagem ao Araguaia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1863.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **Estado, território e imaginação espacial - o caso da Fundação Brasil Central**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Pollyany Pereira. **Dinâmica Socioespacial de Aragarças Goiás: a cotidianidade na construção e estruturação do espaço urbano**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Geografia – Campus Jataí, 2015.

MIGUEZ, José Mario. **Araguaia: de Rondon ao discoporto: Histórias de um pescador**. Barra do Garças, 1996.

MIGUEZ, José Mario. **O primeiro sequestro aéreo da história da humanidade**. 2ª Ed. Goiânia: Kelps, 2008.

MORBECK FILHO, Milton Pessoa. *Revolução Morbeck versus Carvalhinho*, 2007. Disponível em <http://www.morbeckxcarvalhinho.com.br/index.php?ver=pagina&cod=29> acessado em 16/04/2018.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a Província de Mato Grosso seguida d'um roteiro de viagem da sua capital à São Paulo**. São Paulo, 1869.

MURILLO, Aline Lopes. **Histórias que se entrecruzam: narrativas de Valdon Varjão sobre Barra do Garças**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social 2011.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Editora UnB, 2004.

NORA, Pierre. **Entre memória e História: a problemática dos lugares**. Proj. História, 1993. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101> acessado em 15/10/2018.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos**. Política & Sociedade, nº12, p. 13-21, abril de 2008.

PALACIN, Luis. **O século do ouro em Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**. Vol.3 nº 7. São Paulo, 1989. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141989000300006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006)

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Além das fronteiras**. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras culturais: Brasil - Uruguai – Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**: São Paulo, 1997a. In <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>

- PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho – Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História:** São Paulo, 1997b. In <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215>
- RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. **Geopolítica e memória: uma discussão do processo de desenvolvimento.** Jundiaí, Paco Editorial, 2016a.
- RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. **O migrante e a cidade: dilemas e conflitos.** Araraquara, 2001.
- RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. **Políticas territoriais e colonização numa área da Amazônia Oriental.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016b.
- RIBEIRO, Marilena Marzari. **Memória de migrantes: onde viver o fazer faz o saber.** Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2004
- ROCHA, Leandro Mendes. A política indigenista como objeto de estudo: 1930-1967. **História Revista,** 1996. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/11051>
- SANTOS, Alexandre Eduardo. **Agrupamentos de cidades de pequeno porte: um estudo sobre Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2016.
- SANTOS, C. A. **Araguaia – Natureza, Araguaia – projeto: paisagens socioambientais em Couto de Magalhães, século XIX.** Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.
- SANTOS, Carcius Azevedo. **Araguaia-natureza, Araguaia-projeto: paisagens socioambientais em Couto de Magalhães, século XIX.** Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília - Programa de Pós-Graduação em História, 2007.
- SCHWANTES, Norberto. **Uma cruz em Terranova.** São Paulo: Scritta Oficina Editorial, 1989.
- SILVA, Phábio Rocha. Migração, conflito e memória na (re)ocupação do território de Barra do Garças. **Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar,** 2011.
- SIMMEL, Georg. A ponte e a porta. In **Revista Política e Trabalho.** ed. 12. Paraíba. Editora Universitária/UFPB, 1996.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costume em Comum – estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TURNER, J. Frederick. **The Frontier in American History**, 1894. Pag. 119-127. In [www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/archives/the-significance-of-the-frontier-in-american-history&prev=search](http://www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/archives/the-significance-of-the-frontier-in-american-history&prev=search).

VAINER, Carlos B. Da mobilização para o trabalho à política social – Uma reflexão acerca da evolução das políticas de localização da população. **CADERNOS PUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, Ano 3, Nº 1, p. 9-28, jan. / abr.1989.

VARJÃO, Valdon. **Aragarças: portal da marcha para o Oeste**. Brasília: Senado Federal, 1989.

VARJÃO, Valdon. **Barra do Garças: do presente ao passado**. Brasília: Senado Federal, 1992.

VARJÃO, Valdon. **Barra do Garças: migalhas de sua história**. Brasília: Senado Federal, 1985.

VARJÃO, Valdon. **Janela do tempo: homenagem ao passado**. Cuiabá: 3º ed. 2004.

VARJÃO, Valdon. Porque pioneiros, líderes desbravadores, figuram ao lado de intelectuais no quadro de Patronos da Academia? **Boletim Informativo Divulgação Centroestina**. Barra do Garças, 1987.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. **A marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu**. São Paulo: Globo, 1994.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu. (orgs). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 15. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental**. *Estudos Históricos*, vol. 4, n. 8, 1991: 198-215.

#### **Periódicos:**

O nosso El Dorado. **A Notícia**. ed. 00188. Três Lagoas, 09 de outubro de 1924. Disponível em : <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=711896&pesq=morbeck&pasta=ano%20192>

O rio das Garças: no alto sertão de Mato Grosso, a 750 kilometros do eixo da Noroeste, a California rediviva”. **O Jornal**. ed.01838. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1924. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&pesq=O%20rio%20das%20Gar%C3%A7as&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pesq=O%20rio%20das%20Gar%C3%A7as&pasta=ano%20192)

Na região fabulosa dos garimpos: através da palavra do coronel Pedro Celestino, presidente de Matto Grosso, conhecemos os antecedentes e pormenores do trágico encontro entre maranhenses e bahianos. **O Paiz**. ed.14750-14751. Rio de Janeiro, 09-10 de março de 1925. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&pesq=Na%20regi%C3%A3o%20fabulosa%20dos%20garimpos&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=Na%20regi%C3%A3o%20fabulosa%20dos%20garimpos&pasta=ano%20192)

SACRAMENTO, Adalberto Azedo. Morbeck, o demiurgo. **O Jornal**. ed.01854. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1925. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523\\_02&pesq=morbeck&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_02&pesq=morbeck&pasta=ano%20192)

Na região fabulosa dos garimpos: como o deputado Annibal de Toledo encara os últimos acontecimentos - os serviços do engenheiro Morbeck. **O Paiz**. Rio de Janeiro. ed. 14754. 13 de março de 1925. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691\\_05&pesq=morbeck&pasta=ano%20192](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&pesq=morbeck&pasta=ano%20192)

Na região dos garimpos: Um Estado dentro de outro Estado - O Nosso Far-West - O chefe único dos garimpos - Providencias e entendimentos - Exploração e exportação de diamantes - Ninguém paga os 10% de impostos? **O Combate**. ed. 02914. São Paulo, 13 de março de 1925. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830453&pesq=morbeck&pasta=ano%20192>

Em torno dos acontecimentos do Pombas: O engenheiro Morbeck ainda perturba a paz no Garças. **O Pharol**. ed. 0012. Cuiabá, de 21 de abril de 1925. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=165964&pesq=morbeck&pasta=ano%20192>

Morbeck versus Pedro Celestino. **O Republicano**. ed. 00540 Cuiabá, 25 de outubro 1925. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=165964&pesq=morbeck&pasta=ano%20192>

FONSECA, Silvio. No rumo do rio das Garças: fazendo unir fronteiras econômicas a fronteiras políticas – O caminhão, o homem e o gado – na terra dos serrados sem fim. **Diário de Notícias**. ed. 11982. Rio de Janeiro de 7 de maio de 1944. Disponível em :

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_02&pesq=%20expedi%C3%A7%C3%A3o%20roncador-xingu&pasta=ano%20194](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&pesq=%20expedi%C3%A7%C3%A3o%20roncador-xingu&pasta=ano%20194)

NASSER, David. Pânico na cidade dos diamantes. **O Cruzeiro**. ed. 0036. Rio de Janeiro 1 de julho de 1944. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pesq=a%20bandeira%20do%20cruzeiro&pasta=ano%20194>

Plantando cidades no coração do Brasil. **A Noite**. ed. 11566. Rio de Janeiro 25 de abril de 1944. [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_04&pesq=plantando%20cidades&pasta=ano%20194](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=plantando%20cidades&pasta=ano%20194)

Sobrevoando a região dos índios chavantes: além do rio das Mortes a Expedição Roncador-Xingu. **Correio da Manhã**. ed. 1550. Rio de Janeiro, 13 julho de 1945 [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&pesq=%20%C3%A7ndios%20chavantes&pasta=ano%20194](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=%20%C3%A7ndios%20chavantes&pasta=ano%20194)

RIBEIRO, Adalberto. Aragarças. **Correio da Manhã**, p. 31. ed. 15552 Rio de Janeiro, 15 de julho de 1945. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&pesq=aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194)

A visita do presidente Getúlio Vargas aos empreendimentos da Fundação Brasil Central. **A manhã**. ed. 01189. Rio de Janeiro, de 26 de junho de 1945. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116408&pesq=%20Aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194>

GONÇALVES, Alberto. Em Aragarças começa a civilização do Brasil Central. **A Noite**. ed. 11986. Rio de Janeiro, 27 de junho 1945. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_04&pesq=aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194)

O que é Aragarças? **A Noite**. ed. 11982. Rio de Janeiro, 23 de junho de 1945. [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_04&pesq=%20aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=%20aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194)

Testemunha a energia do homem brasileiro. **A Noite**. ed. 11965. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1945 [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_04&pesq=%20aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=%20aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194)

O presidente Vargas sobre a região dos Chavantes. **A Noite**. ed. 11984. Rio de Janeiro, de 25 de junho de 1945

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_04&pesq=%20aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=%20aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194)

BUONO JUNIOR, A. Avança a Expedição Roncador-Xingu. **A Noite**. ed.11868. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1945. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_04&pesq=%20aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pesq=%20aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194)

ALBERTO, João. A cidade de Aragarças. **O Correio da manhã**. ed. 15537. Rio de Janeiro, de 28 de junho de 1948. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&pesq=aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&pesq=aragar%C3%A7as&pasta=ano%20194)

LEAL, José. A bandeira de o Cruzeiro no rio das Mortes. **Revista O Cruzeiro**. ed. 0051 Rio de Janeiro. 8 de outubro de 1949. Disponível em

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&pesq=a%20bandeira%20do%20cruzeiro&pasta=ano%20194>

650 quilômetros até o coração da selva! **A Noite**. ed. 14309. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 1953.

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_05&pesq=aragar%C3%A7as&pasta=ano%20195](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_05&pesq=aragar%C3%A7as&pasta=ano%20195)

Os operários fazem jus à medalha do mérito. **A Noite**. ed. 14426. de 15 de junho de 1953

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970\\_05&pesq=aragar%C3%A7as&pasta=ano%20195](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_05&pesq=aragar%C3%A7as&pasta=ano%20195)

POTYGUAR, Dymacau. Aragarças – marco do Brasil Central. **Diário de Notícias**. ed. 09677. Rio de Janeiro, 23 de maio de 1954. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_03&pesq=ponte%20sobre%20o%20rio%20araguaia&pasta=ano%20195](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_03&pesq=ponte%20sobre%20o%20rio%20araguaia&pasta=ano%20195)

Com a presença do presidente da República, foi ontem inaugurada a ponte João Alberto.

**Imprensa popular**. ed. 02309. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1957. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=108081&pesq=%20ponte%20sobre%20o%20rio%20Araguaia&pasta=ano%20195>

Melhoramentos em Barra do Garças. **Brasil-Oeste**.ed. 00051. São Paulo, agosto de 1960.

Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=081370&pesq=Barra%20do%20Gar%C3%A7as&pasta=ano%20196>



Gaúchos em Mato Grosso vão fazer independência do Brasil nos seringais. **Diário de Notícias**. ed. 11825. Rio de Janeiro 2 de junho de 1961. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_04&pesq=Mato%20Grosso&pasta=ano%20196](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=Mato%20Grosso&pasta=ano%20196)

CARVALHO, Bernardino. Araguaia-Bananal: ano zero. **Correio da Manhã**. ed. 20621. Rio de Janeiro. 17 de junho de 1960. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pesq=Mato%20Grosso&pasta=ano%20196](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Mato%20Grosso&pasta=ano%20196)

Fazenda Cajueiro. **Correio Riograndense**. ed. 0000. p, 21. Caxias do Sul.1º a16 de janeiro de 1971. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=882054&pesq=barra%20do%20gar%C3%A7as&pasta=ano%20197>

LAUS, Lausimar. Aragarças, uma cidade histórica. **Jornal do Commercio**. ed. 00009. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1971. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_16&pesq=aragar%C3%A7as&pasta=ano%20197](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=aragar%C3%A7as&pasta=ano%20197)

SUDAM. **O Estado de Mato Grosso**. ed. 06064. Cuiabá, 13 de agosto de 1971. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098086&pesq=Sudam&pasta=ano%20197>

ALVES, César Francisco. Pasto da Amazônia impressiona Gaúchos. **Jornal do Brasil**. ed. 00055. Rio de Janeiro, 11 e 12 maio de 1972. Disponível em

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_09&pesq=Pasto%20da%20Amaz%C3%B4nia%20impressiona%20Ga%C3%BAchos&pasta=ano%20197](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=Pasto%20da%20Amaz%C3%B4nia%20impressiona%20Ga%C3%BAchos&pasta=ano%20197)

Emater-MT mostra arroz irrigado: Barra do Garças terá um Dia de Campo Nacional.

**Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro. 25 e 26 de março de 1979. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_16&pesq=barra%20do%20gar%C3%A7as&pasta=ano%20197](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pesq=barra%20do%20gar%C3%A7as&pasta=ano%20197)

Alô, Alô marciano. **A Tribuna da Imprensa**. ed. 15208. Economia, p. 07. Rio de Janeiro, 12 novembro de 1999. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083\\_05&pesq=alo%20alo%20marciano&pasta=ano%20199](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_05&pesq=alo%20alo%20marciano&pasta=ano%20199)

Correio Braziliense. **Direto de outro planeta**. Lugares, p.03. Brasília, 02 de outubro de 2002. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_05&pesq=direto%20de%20outro%20planeta&pasta=ano%202000](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&pesq=direto%20de%20outro%20planeta&pasta=ano%202000)

#### **ENTREVISTAS.**

PARTICIPANTE C, 12 de julho 2018. Entrevistador: Bruna Alves da Silva. 2 arquivos (1 hora e 10 minutos) Barra do Garças, 2018.

PARTICIPANTE H, 28 de julho 2018. Entrevistador: Bruna Alves da Silva. 1 arquivo (53 minutos) Barra do Garças, 2018.

PARTICIPANTE P, 16 de julho 2018. Entrevistador: Bruna Alves da Silva. 1 arquivo (60 minutos) Barra do Garças, 2018.

PARTICIPANTE Z, 28 de julho 2018. Entrevistador: Bruna Alves da Silva. 2 arquivos (1 hora e 16 minutos) Barra do Garças, 2018.

PARTICIPANTE X, 27 de julho 2018. Entrevistador: Bruna Alves da Silva. 1 arquivo (1 hora e 02 minutos) Barra do Garças, 2018.